

## RESUMO EXECUTIVO

Edital nº	0289/26
Processo nº	0700/26
Nº da licitação no BB (ID)	1096231
Nº do fluxo público	6458404 <a href="https://web-app.ghc.com.br/lpregao/">(https://web-app.ghc.com.br/lpregao/)</a>
Modalidade	Pregão eletrônico
Objeto	Pregão eletrônico para contratação de serviços especializados para o Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas (HRPS), compreendendo a higienização e desinfecção hospitalar de áreas ambulatoriais e administrativas, com manejo de resíduos e fornecimento de equipamentos, bem como a prestação de serviços de jardinagem em áreas verdes e solos naturais, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e mudas, com o devido recolhimento e descarte de resíduos, pelo período de 12 meses, prorrogáveis até o limite legal.
Data de Publicação no DOU	09/07/2026
Data de Abertura das Propostas	N/A
Início da Disputa	03/08/2026 às 09:30
Plataforma Eletrônica	No Licitações-e ( <a href="https://licitacoes-e2.bb.com.br">https://licitacoes-e2.bb.com.br</a> )
Critério de Julgamento	Menor Preço GLOBAL
Cadastramento da Proposta Inicial	Informar o valor total para cada lote, considerando as quantidades para todo o período contratado.
Exigência de Amostra(s)	Não
<b>Obrigatório Informar a Marca</b>	<b>Não</b>
Este processo exige parecer técnico	Não
Registro de Preços	Não
Vistoria	Não

<b>Local de Entrega</b>	5. Hospital Regional de Pronto Socorro - Pelotas - RS
Regime Jurídico	Lei nº 13.303/16, RILC/GHC e legislações correlatas.
Prazos para Esclarecimentos e Impugnações	Até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para abertura da licitação.
Intervalo entre Lances	R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)
Pregoeiro(a) responsável pela licitação	SIRLEI CARDOSO MACHADO
Contato para Esclarecimentos	comissaodelicitacao@ghc.com.br
Cadastro de fornecedores do GHC	<a href="https://web-app.ghc.com.br/cadastrodefornecedores/">https://web-app.ghc.com.br/cadastrodefornecedores/</a>

Gerência de Licitações  
PROCESSO N.º 0700/26

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0289/26

ENDEREÇO INTERNET:  
**<http://www.ghc.com.br>**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0289/26**

O GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., CNPJ 92.787.118/0001-20, torna público por meio de seu Pregoeiro, designado por Portaria, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo menor preço, de acordo com: a Lei nº 13.303, de 30.06.2016, Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006; Lei nº 11.488, de 15.06.2007; suas respectivas alterações, demais legislações pertinentes e, ainda, pelas condições deste Edital e seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo n.º 0700/26.

Considerando a transição para a plataforma Licitações-e2, será aplicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exclusivamente aos procedimentos operacionais desde sua abertura até a etapa de homologação, assim como o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. A apresentação de propostas e demais procedimentos será conduzida conforme o regulamento do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

**1 - DA ABERTURA E PUBLICAÇÃO:**

1.1. Vide datas e horários previstos no resumo executivo desta licitação.

**2 - DO OBJETO:**

2.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS (HRPS), COMPREENDENDO A HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO HOSPITALAR DE ÁREAS AMBULATORIAIS E ADMINISTRATIVAS, COM MANEJO DE RESÍDUOS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM EM ÁREAS VERDES E SOLOS NATURAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, INSUMOS E MUDAS, COM O DEVIDO RECOLHIMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável até o limite legal, mediante acordo entre as partes, conforme Termo de Referência e demais especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.**

**3 - DA FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES RELATIVAS AO ATO CONVOCATÓRIO:**

3.1. O instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação. As impugnações deverão ser apresentadas por meio eletrônico, preferencialmente, através do e-mail **comissaodelicitacao@ghc.com.br**, ou, protocolando pedido na Gerência de Licitações, Rua Umbú, 857, segundo andar, ao lado da Gerência de Suprimentos do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 18:00 ou, ainda, por meio do Fax: (0\*\*51) 3357.4584. O Grupo Hospitalar Conceição deverá processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 03 (três) dias úteis contados da interposição, exceto em casos excepcionais que requeiram maior tempo para resposta. A impugnação não possui efeito suspensivo. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.1.1. As respostas às impugnações serão comunicadas a todos os interessados, desde que sejam de interesse comum às demais licitantes e não seja pública e notória.

3.1.2. Na hipótese de o Grupo Hospitalar Conceição não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, caso não haja alteração na formulação da proposta, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 39 da lei 13.303/16.

3.1.3. Compete ao Pregoeiro, com a atuação subsidiária das áreas técnicas ou usuárias do Grupo Hospitalar Conceição, decidir as impugnações interpostas.

3.1.4. Se a impugnação for julgada procedente, o Grupo Hospitalar Conceição deverá:

I - na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente; ou

II - na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo no mínimo o prazo de publicidade definido no Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame na formulação de sua proposta; e

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes, desde que sejam de interesse comum às demais licitantes e não seja pública e notória.

3.1.5. De acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, as decisões acima poderão ser comunicadas alternativamente, via correio eletrônico, portal de licitações, Sistema de Contratações (ZEEV-Workflow) ou, ainda, via presencial.

3.1.6. Se a impugnação for julgada improcedente, o Grupo Hospitalar Conceição deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

3.1.7. Findo o prazo previsto no item 3.1, sem a manifestação do interessado, estará precluso o direito à impugnação aos termos do edital, salvo em caso de nulidade que envolva matéria de interesse público.

3.2. Até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca do instrumento convocatório, que deverão ser respondidos pelo Presidente da Gerência de Licitações ou seu substituto ou, ainda, pelo Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis contados da interposição, exceto em casos excepcionais que requeiram maior tempo para resposta. Os esclarecimentos deverão ser apresentados por meio eletrônico, preferencialmente, através do e-mail **comissadelicitacao@ghc.com.br**, ou, protocolando pedido na Gerência de Licitações, Rua Umbú, 857, segundo andar, ao lado da Gerência de Suprimentos do GRUPO HOSPITALAR

CONCEIÇÃO S.A., de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 18:00 ou, ainda, por meio do Fax: (0\*\*51) 3357.4584.

3.2.1. As respostas aos esclarecimentos solicitados serão comunicadas a todos os interessados, desde que sejam de interesse comum às demais licitantes e não seja pública e notória.

3.2.2. Na hipótese do Grupo Hospitalar Conceição não responder ao pedido até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

3.2.3. De acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, as decisões acima poderão ser comunicadas alternativamente, via correio eletrônico, portal de licitações, Sistema de Contratações (ZEEV-Workflow) ou, ainda, via presencial.

3.3. A apresentação das propostas e da documentação de habilitação ou o registro de ofertas no sistema de licitações eletrônicas implica aceitação irrestrita das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório.

#### **4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS, DA DATA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO ORÇAMENTO:**

4.1. A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da(s) proposta(s), atentando também para a data e horário do início da disputa.

4.2. O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de Dezembro de 2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição (RILC) e as regras dispostas neste edital.

4.3. Fundamento legal: **INCISO IV DO ARTIGO 32 DA LEI Nº 13.303/16**

4.4. Forma de Execução da Licitação: **ELETRÔNICO**

4.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO**

4.6. Orçamento: **SIGILOSO** - O valor do orçamento somente ficará disponível para consulta após o término de todas as negociações, ou seja, após a homologação do processo, conforme Lei nº 13303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor do orçamento não será disponibilizado no portal de licitações eletrônicas, nele será lançado um valor simbólico que não representará o valor de referência ou máximo para o julgamento da licitação. O valor do orçamento somente será tornado público no portal do Workflow do Grupo Hospitalar Conceição. Para realizar a consulta após a homologação, a interessada deverá acessar o fluxo do Sistema ZEEV/Workflow através do número originalmente disponibilizado neste edital. Após acessar o fluxo, no quadro “passo a passo”, deverá clicar no atalho abaixo informado: **“+ INÍCIO DA FASE EXTERNA”**.

4.7. Modo de Disputa: **ABERTO** - As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com ou sem prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

#### **5 - DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 - DA PARTICIPAÇÃO:

6.1. **Poderão participar deste Pregão**, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. **Não poderão participar da presente licitação:**

6.2.1. As empresas reunidas em consórcios e que sejam simultaneamente controladas, coligadas ou subsidiárias entre si.

6.2.2. As empresas que em suas propostas façam a previsão de subcontratação, subempreitada, cedência ou transferência parcial ou total dos serviços objeto desta Licitação.

6.2.3. As empresas em recuperação judicial, extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto se no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação em caso de não apresentação do referido documento.

6.2.4. As empresas impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública por algum Órgão da Administração Pública Federal, nos termos da legislação brasileira. Serão verificadas no Portal da Transparência do Governo Federal as situações acima discriminadas – site: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) e no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

6.2.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País.

6.2.6. Quaisquer interessados que estejam proibidos de contratar com a Administração pública em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8º, inciso V, da Lei n.º 9.605/98.

6.2.7. As empresas ou pessoas físicas que constem no Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) - site: <http://portal.tcu.gov.br> e/ou que constem no CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ) – site: <http://www.cnj.jus.br>.

6.2.8. A(s) pessoa(s) jurídica(s):

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Diretor ou empregado do Grupo Hospitalar Conceição;

II - suspensa pelo Grupo Hospitalar Conceição;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; ou

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

6.2.8.1. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o 3º (terceiro) grau civil, com:

- a) Diretor do Grupo Hospitalar Conceição;
- b) empregado do Grupo Hospitalar Conceição cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; e
- c) autoridade da União.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Grupo Hospitalar Conceição há menos de 06 (seis) meses.

6.2.9. As cooperativas de mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

## **REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

7 - DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO ELETRÔNICO LICITAÇÕES-E:

7.1. As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes junto ao órgão provedor (Agência do Banco do Brasil), conforme ORIENTAÇÕES PARA OS FORNECEDORES contidas no site [licitacoes-e2.bb.com.br](http://licitacoes-e2.bb.com.br), antes da data de realização do Pregão.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas no momento do cadastro inicial.

7.3. As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações nas licitações.

7.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da licitante, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Grupo

Hospitalar Conceição a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 8 - DOS PROCEDIMENTOS E DA FORMA DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

8.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Esta etapa será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.1.1. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.1.2. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

8.1.2.1. A falsidade da declaração de que trata o subitem 8.1.2 deste edital sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

8.1.3. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.1.5. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema. Documentos que deveriam constar originariamente no sistema, de acordo com as exigências do edital, poderão ser agregados posteriormente mediante solicitação do Pregoeiro, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

8.1.6. Para informações, download de editais e postagens da proposta no portal **"licitacoes-e2.bb.com.br"** do Banco do Brasil, os interessados poderão acessar o site **www.ghc.com.br**. No portal de licitações eletrônicas haverá a possibilidade de consulta e download de editais. Maiores informações sobre como utilizar o portal de licitações eletrônicas, entrar em contato com os mesmos.

8.2. O encaminhamento de proposta e documentação significará expressa aceitação, conhecimento pleno e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no ou pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. Serão lançadas no sistema as quantidades totais de cada lote, ou seja, representarão a quantidade/período total a que se refere à aquisição ou contratação. **OS ITENS 6, 7 E 9 DO**

**LOTE 1 CONSTANTE DO ANEXO I DESTE EDITAL, NÃO FARÃO PARTE DA DISPUTA, UMA VEZ QUE SE TRATAM DE MERAS RESERVAS ORÇAMENTÁRIAS, NÃO PASSÍVEIS DE REDUÇÃO POR LANCES.**

8.4.1. Na formulação da proposta inicial eletrônica o interessado em participar da licitação deverá informar os valores totais de cada lote, compreendendo-se os valores relativos às quantidades para todo o período do contrato.

8.4.2. A licitante deverá cotar os valores referentes às quantidades relativas à soma de todos os hospitais do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. Ainda, quando existir mais de um item por lote, além da regra acima, deverá cotar o valor do lote prevendo a soma das quantidades de todos os hospitais e de todos os itens que compõem o lote. Não serão aceitas propostas com mais de 01 (uma) cotação por item.

**8.5. Na formulação da proposta inicial eletrônica, em “Descrição/Observações (Opcional - Conforme instrumento convocatório)”, o interessado em participar da licitação podará informar detalhes dos serviços ou bens que façam parte dos serviços.** Neste momento não é necessário apresentação de planilha contendo os valores unitários de todos os itens constantes no lote, conforme modelo de proposta anexo ao Edital, esta somente deverá ser apresentada pela licitante arrematante, após a disputa de lances e solicitação pelo Pregoeiro.

8.6. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

8.7. Os representantes das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas para poderem se beneficiar do disposto na Lei Complementar n.º 123/06 e Lei n.º 11.488/07, respectivamente, deverão identificar o tipo do segmento de empresa que representam. Para tanto, ao acessar o sítio eletrônico do “[licitacoes-e2.bb.com.br](http://licitacoes-e2.bb.com.br)”, do Banco do Brasil com sua chave e senha, deverão identificar sua empresa no seu devido segmento, **sob pena de não poderem utilizar os benefícios da referida Lei.** Não será concedido outro momento processual para visar alcançar os benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 e Lei n.º 11.488/07.

8.8. As licitantes que se identificarem no sítio eletrônico do Banco do Brasil como sendo Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa e no decorrer da licitação forem declaradas vencedoras por se beneficiarem do disposto na Lei Complementar n.º 123/06 e Lei n.º 11.488/07, deverão apresentar junto com a documentação para habilitação das licitantes o Balanço Patrimonial e o demonstrativo de resultado do último exercício, se houver. Na falta destes, a licitante deverá apresentar comprovação que é optante pelo simples nacional (podará ser verificada a situação da licitante através do sítio eletrônico na internet), de forma a comprovar a sua condição de ME/EPP/Cooperativa. A não apresentação destes documentos ou equivalentes acarretará a desclassificação/inabilitação da licitante e a reversão dos atos anteriores que a beneficiaram, sem prejuízo das sanções cabíveis para o caso.

8.9. Em caso de licitações por lote, as licitantes deverão apresentar proposta para todos os itens que compõem os respectivos lotes cotados, constantes do Anexo I deste edital, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.10. Em caso de licitações por lote, as licitantes, desde já ficam cientes que após a negociação com o pregoeiro não deverão apresentar valores diferentes para o mesmo item que, por ventura, estejam contidos em mais de um lote/kit, exceto quando se tratar de marcas diferentes.

9 - DOS CRITÉRIOS DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES E DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO:

9.1. A partir do horário previsto no sistema terá início a sessão pública do Pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

9.1.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema pela própria licitante, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. Na fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.4. Fica estabelecido intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5. O sistema informará a proposta de menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances. O “empate ficto” previsto pelo benefício da Lei Complementar n.º 123/06 (Cooperativas estão também beneficiadas haja vista o disposto na Lei n.º 11.488/07), será detectado automaticamente na sala de disputa da licitação pelo sistema, informando o nome da licitante. Em seguida, o sistema habilitará para o Pregoeiro realizar a convocação da licitante que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a licitante em situação de “empate ficto” que deverá em 05 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item ou lote. Durante esse período, apenas a licitante convocada poderá registrar o novo lance. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da licitante em situação do benefício, o sistema verificará se há outra licitante em situação de “empate ficto”, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de “empate ficto”, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do item ou lote. Todos estes procedimentos acontecerão na sala de disputa do item ou lote, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do Pregão e também para toda a sociedade. Caso ocorra a desclassificação ou inabilitação do primeiro colocado na disputa após o encerramento da sala de disputa, caso o próprio sistema não identifique automaticamente nova situação de “empate ficto”, o Pregoeiro fará a verificação de forma manual do “empate ficto” e se o mesmo se configurar, fará a convocação manual na plataforma de licitações, onde será concedido o mesmo prazo, observando-se também a sequência de convocação acima descrita.

9.6. Caso não ocorra lances durante a fase de envio de lances e não ocorra o desempate previsto na Lei Complementar n.º 123/06, se persistir o empate, mesmo que o sistema automaticamente classifique alguma proposta em primeiro lugar, isto não resultará em classificação definitiva da licitante. Neste caso, o pregoeiro deverá verificar os critérios de desempate estabelecidos no art. 55 da Lei n.º 13.303/16.

- 9.6.1. Para tanto, o Pregoeiro da disputa deverá encerrar a disputa empatada, o que conferirá às licitantes empatadas o prazo para envio de proposta final fechada e lacrada, via presencial, SEDEX, transportadora, ou outro meio eficaz. A proposta fechada e lacrada poderá ser enviada ao endereço da Gerência de Licitações acima citado, imediatamente após o encerramento da disputa empatada, sendo que o recebimento se dará em prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis. Propostas fechadas que forem protocoladas após este prazo no endereço da Gerência de Licitações não serão aceitas e não participarão da disputa final.
- 9.6.2. Após a realização do encerramento da disputa do lote, será habilitado a opção declarar arrematante ao Pregoeiro no resumo do lote, com a licitante que deu a melhor proposta final já selecionada para que o Pregoeiro apenas o confirme como arrematante.
- 9.6.3. Caso, mesmo assim, persista o empate, o sistema habilitará ao Pregoeiro da disputa a opção declarar arrematante no resumo do lote para que possam ser consideradas as demais condições estabelecidas nos Inc. II, III ou IV do art. 55, da Lei nº 13.303/16. As opções dos Incisos II e III do Artigo 55, da Lei nº 13.303/16 somente serão consideradas se o edital de licitação explicitar estas preferências de forma específica que não esta aqui relacionada.
- 9.6.4. Em caso do desempate ter que ser disputado via sorteio, o Pregoeiro deverá convocar as licitantes para realização de um sorteio presencial, para promover o desempate entre as propostas, em local, data e hora marcada.
- 9.7. Declarada encerrada a etapa de lances (inclusive a etapa do benefício concedido pela Lei Complementar n.º 123/06 e Lei n.º 11.488/07, preferências em igualdade de condições, sorteio, se for o caso) e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.7.1. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que expressamente contrariarem ao disposto no edital e que não tenham possibilidade de adequação na fase de saneamento por parte da licitante em virtude de suas condições materiais fáticas; e as que forem manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais àquelas que contiverem preços vis de acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.
- 9.7.2. Não será permitida a troca de marca cotada na proposta no portal de licitações eletrônicas depois de encerrada a fase de apresentação de proposta e documentação.
- 9.7.3. O Pregoeiro deverá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor através de contraproposta pelo sistema eletrônico, que deverá ser respondida no sítio eletrônico no prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo em caso de não manifestação por parte da licitante no prazo estipulado, ter sua proposta desclassificada, caso em que será devidamente justificado pelo Pregoeiro.
- 9.8. Caso aceite o valor pelo Pregoeiro, a licitante correspondente deverá reelaborar e enviar através do sistema do portal de licitações eletrônicas quando este permitir ou via correio eletrônico ([comissaodelicitacao@ghc.com.br](mailto:comissaodelicitacao@ghc.com.br)), no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após solicitação do Pregoeiro via sistema, nova proposta com os valores adequados ao lance vencedor e, quando for o caso, acompanhada de planilhas, documentos complementares ou

demais documentos ausentes ou vencidos, conforme itens 10 e 12 e seus respectivos subitens deste Edital. Poderá ser disponibilizado outro endereço de correio eletrônico na impossibilidade deste descrito acima.

9.8.1. O prazo previsto no “caput” do subitem 9.8 deste edital poderá ser prorrogado, porém, caso o Pregoeiro entenda que ocorreu mera protelação do prazo sem justificativas plausíveis, a proposta poderá ser desclassificada ou a licitante ser inabilitada.

9.8.1.1. No caso de ocorrer atraso no envio, sem as justificativas aceitas pelo Pregoeiro ou na hipótese de apresentação daqueles em desacordo com as especificações previstas, a licitante estará sujeita às sanções dispostas no edital, podendo ser convocada outra licitante, desde que respeitada à ordem de classificação e os critérios de desempate.

9.8.2. O Pregoeiro examinará a proposta ajustada da licitante arrematante e poderá, em caso de discrepâncias dos valores ofertados nos documentos elencados no **item acima**, proceder as correções da seguinte forma:

9.8.2.1. Entre o preço global das planilhas orçamentárias e a Proposta de Preços, prevalecerá o primeiro, desde que se adequem aos valores de desconto.

9.8.2.2. Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

9.8.2.3. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterado o preço unitário e a quantidade.

9.8.2.4. No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

9.9. Nos casos de serviço de engenharia, o Pregoeiro verificará a conformidade do preço global da proposta mais vantajosa, sua adequação aos requisitos do Edital de licitação, promovendo a desclassificação, mediante decisão motivada, daquela que:

9.9.1. Contenha vícios insanáveis.

9.9.2. Não obedeça às especificações técnicas relacionadas no Edital de licitação.

9.9.3. Apresente preços manifestamente inexequíveis para a contratação.

9.9.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Grupo Hospitalar Conceição.

9.9.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis.

9.9.6. Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais Licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.9.7. As propostas não estejam em conformidade com os requisitos previstos neste Edital.

9.9.8. Serão consideradas inexequíveis, exclusivamente para serviços de engenharia, as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

9.9.8.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento previamente estimado pelo Grupo Hospitalar Conceição.

9.9.8.2. Valor do orçamento previamente estimado pelo Grupo Hospitalar Conceição.

9.9.8.3. Pregoeiro promoverá diligência de forma a conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

9.9.8.3.1. A licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

9.9.8.3.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

9.10. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

9.10.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do Grupo Hospitalar Conceição, a fim de subsidiar sua decisão. Caso a proposta arrematante e a documentação de habilitação estejam de acordo com o solicitado no edital, o pregoeiro declarará a proposta como vencedora do item/lote. Durante todo o período entre a avaliação da área solicitada, e a decisão do pregoeiro, mesmo com a desconexão do sistema do portal de licitação eletrônicas, não acarretará a suspensão da sessão pública.

9.10.2. Caso a proposta melhor classificada não esteja adequada ao objeto ou esteja com preço incompatível em relação ao máximo ou de referência de acordo com o critério determinado pela Autoridade Competente, estipulado para contratação, será desclassificada. Caso os documentos apresentados desatendam às exigências habilitatórias previstas no edital, a licitante será inabilitada. Na ocorrência de quaisquer dos casos neste subitem citados, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, respeitando o previsto na Lei Complementar nº 123/06 e dos critérios estabelecidos no art. 55, da Lei 13.303/16, nesta ordem. Decidida a melhor proposta, fará nova verificação da adequação da proposta ao objeto licitado e da compatibilidade do preço, bem como, da habilitação da licitante, seguindo a ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa, o Pregoeiro poderá negociar com a participante para que seja obtido preço melhor.

9.10.3. Nas licitações na forma eletrônica, os atos administrativos que delas decorrerem, inclusive o julgamento de suas fases, poderão ser comunicados, sem aviso prévio e alternativamente, via correio eletrônico, portal de licitações e, preferencialmente, via Sistema de contratações (Sistema ZEEV-Workflow). Desta comunicação passarão a contar os prazos previstos neste edital, inclusive prazos

recursais. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas.

9.11. Os documentos da habilitação e os documentos que devam acompanhar as propostas deverão ser apresentados com validade na data da abertura da licitação. Caso estes documentos venham a vencer após a data de abertura, na intercorrência da licitação, não haverá a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta. Neste caso, a licitante ou a contratada terá por obrigação apresentar os referidos documentos dentro do prazo de validade até a data de início da execução contratual, estando sujeita a aplicação das sanções previstas neste instrumento caso não o apresente nestas condições em tempo de não ocasionar atrasos à execução contratual. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas dos documentos e sua validade jurídica, inclusive solicitar documentos ausentes, que ficarão acessíveis aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11.1. Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o “caput” do subitem 9.11, a decisão correspondente ao saneamento será comunicada no sistema. Os documentos preferencialmente deverão ser enviados via sistema, em caso de impossibilidade técnica, poderão ser enviados pelos meios previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

9.12. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, inclusive quanto à habilitação da licitante, o objeto será adjudicado ao autor da proposta de Menor Preço.

9.13. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública, constarão de ata circunstanciada divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## 10 - DA PROPOSTA E FORNECIMENTO

10.1. A proposta arrematante escrita explicitará o seguinte:

10.1.1. **A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias**, contada a partir da data da entrega da proposta final escrita, entenda-se esta como a data da última proposta enviada à Gerência de Licitações pela licitante.

10.1.2. O número do item e lote, a descrição completa do(s) objeto(s) (ofertados), em conformidade com o solicitado, quantidade e apresentação da unidade, conforme MODELO DE PROPOSTA constante do anexo I deste edital, contendo apenas uma cotação para cada item.

10.1.2.1. A licitante arrematante deverá fornecer planilha contendo os valores unitários de todos os itens constantes no lote, conforme modelo de proposta anexo ao Edital.

10.1.3. A apresentação dos seguintes valores:

10.1.3.1. Preço unitário por posto ou m<sup>2</sup>, incluindo todas as despesas: salários, adicionais, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e, ainda, quaisquer outros custos diretos e indiretos inerentes aos serviços prestados. Os preços deverão estar de acordo com as alíquotas definidas na legislação vigente.

- 10.1.3.2. Preço Mensal por tipo de serviço e preço Anual Global dos serviços.
- 10.1.4. Os prazos de execução dos serviços de acordo com o estabelecido no **Anexo I deste edital**, contados da emissão da Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço.
- 10.1.5. A proposta deverá atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus Anexos, contendo especificações de forma clara e detalhada dos serviços a serem executados em conformidade com o Anexo I deste Edital, discriminando as categorias para o atendimento dos serviços constantes do **Anexo I – A deste edital**, apresentando Planilha de Custos e Formação de Preços conforme **Anexo I – B deste edital (esta planilha poderá sofrer alterações de acordo com o exigido pelo termo de referência)**. Caso haja divergências percentuais ou sobrepreço relativas à planilha de custos e formação de preços, a Gerência de Licitações poderá realizar diligências junto à empresa que obteve menor preço na disputa, declarada vencedora, adjudicatária ou sobre a qual recaiu homologação da proposta, a qualquer tempo, visando à readequação da mesma, sem que haja majoração do preço global proposto. Caso a planilha não seja readequada perante os preços de mercado ou percentuais estabelecidos pela legislação ou Convenções Coletivas de Trabalho/Dissídios Coletivos de Trabalho, a proposta poderá ser desclassificada.
- 10.1.6. Números mínimos de empregados e supervisores, conforme escala e carga horária definida.
- 10.1.7. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme **Anexo III** deste edital.
- 10.1.8. A licitante deverá atender na propostas as exigências constantes do item 13 do termo de referência, constante do anexo I deste edital.
- 10.1.9. A licitante deverá apresentar declaração de que os serviços cotados por sua empresa atendem ao solicitado no edital, especialmente ao que concerne ao exigido no Termo de Referência.
- 10.1.10. As propostas finais escritas deverão indicar o nome, o CPF e o correio eletrônico (e-mail) do representante responsável pela assinatura do Contrato.
- 10.1.11. A proposta deverá estar assinada pelo representante responsável pela licitante.
- 10.2. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, impostos, taxas, fretes, dentre outros necessários a perfeita execução do objeto licitado.
- 10.2.1. Quaisquer valores, tributos, custos e despesas, diretos(as) ou indiretos(as) omitidos(as) da proposta ou incorretamente cotados(as), serão considerados(as) como inclusos(as) nos preços, sendo que não serão aceitos pleitos ou acréscimos, a qualquer título, devendo os equipamentos/acessórios ou serviços serem ofertados ao Grupo Hospitalar Conceição, sem ônus adicionais. A apresentação da proposta implica em pleno conhecimento por parte da licitante das obrigações que lhe são impostas e na aceitação dos termos que este instrumento convocatório dispõe.
- 10.3. Os preços dos serviços objeto do presente edital devem ser compostos conforme Planilha de Custos e Formação de Preços (**Anexo I – B deste Edital - esta planilha poderá sofrer alterações de acordo com o exigido pelo termo de referência**), devendo discriminar o número mínimo de empregados e supervisores. Deverá ser apresentado o cálculo do valor do

homem mês para cada tipo de empregado e carga horária.

10.4. Os serviços serão contratados com base no número mínimo e tipo de empregados, com a proporcional jornada de trabalho, horários, classificação das áreas e atividades que constam nos anexos deste Edital, neste cálculo do valor do funcionário deverão estar incluídos os substitutos de folgas, férias, atestados médicos, licenças e faltas não justificadas, dentre outros valores pertinentes a prestação dos serviços.

10.5. Os salários dos profissionais postos à disposição do CONTRATANTE, por força de contrato e pela Legislação Trabalhista, não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pelo Sindicato da Categoria para a classe ou categoria respectiva no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, como também não poderá ser inferior, o vale refeição e o vale transporte, de acordo com a legislação pertinente, por profissional posto à disposição do CONTRATANTE.

10.6. As licitantes deverão apresentar cópia do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria pertinente ao objeto dos serviços juntamente com a proposta de preços. As licitantes que descumprirem com o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho ou na Convenção Coletiva de Trabalho ou no Dissídio Coletivo de Trabalho da Categoria da Região de Porto Alegre- RS serão desclassificadas.

10.6.1. A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho ou do Dissídio Coletivo de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade da licitante nos termos do subitem 10.6.1.1.

10.6.1.1. É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT/DCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, § 1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT/DCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

10.7. A licitante deverá prever em sua proposta o pagamento de adicional de insalubridade conforme os graus (máximo, médio e mínimo) e seus respectivos percentuais estabelecidos no termo de referência, de acordo com a categoria profissional. A base de cálculo do adicional de insalubridade deverá ser calculada o sobre o Salário Normativo da categoria.

10.8. A licitante deverá apresentar proposta escrita com até quatro casas após a vírgula. Se houver necessidade de arredondamento de valores em relação ao valor apresentado no portal eletrônico do site do Banco do Brasil, o mesmo será feito sempre a menos, ou seja, os números após a quarta casa serão desconsiderados.

10.9. A apresentação da proposta significará expressa aceitação pelas licitantes de todas as disposições deste Edital.

## 11 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital e seus Anexos.

11.2. O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua classificação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

11.4. O serviço a ser realizado e/ou seus valores, que deveriam constar da proposta inicial e não foram relacionados, serão considerados como já inclusos na mesma (tanto quanto a valor, objeto e/ou quantidades). Neste sentido não serão permitidos acréscimos ao valor inicialmente proposto pela licitante, ficando a licitante obrigada a prestar o serviço integralmente, caso vencedora da licitação.

## 12 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

12.1. A licitante arrematante deverá enviar a **Documentação de Habilitação preferencialmente via sistema**, concomitantemente com a proposta de preço final. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes. A verificação pelo pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação e estes documentos poderão ser agregados àqueles documentos originariamente inseridos concomitantemente com a proposta final no portal de licitações eletrônicas. Os documentos vencidos ou ausentes que preferencialmente deveriam ser enviados via sistema, poderão ser encaminhados conjuntamente com a proposta de preços adequada ao lance vencedor ou negociação e, se for o caso, com os demais documentos complementares no prazo de 01 (um) dia útil, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição. As licitantes deverão satisfazer os requisitos relativos a cada nível habilitação relacionados abaixo.

12.1.1. Nas hipóteses de erro sanável ou de ausência ou insuficiência da apresentação dos documentos ou proposta de preços, em respeito aos princípios do saneamento processual e da proposta mais vantajosa, o prazo acima poderá ser renovado por solicitação do Pregoeiro, de forma intermitente, a qualquer momento no decorrer do processo, porém, somente até momento da licitante ser declarada vencedora. Mesmo com a aplicação da regra acima não é permitido a substituição durante a licitação da(s) empresa(s) indicada(s) inicialmente como subcontratada(s), quando permitida a subcontratação pelo edital. Excepcionalmente, por equívoco cometido no “upload” dos arquivos no sistema “workflow” e desde que devidamente datado e comprovado o recebimento anterior de algum documento, este poderá ser anexado após a licitante ter sido declarada vencedora.

12.1.2. O prazo previsto no “caput” também poderá ser renovado uma vez, em caso de solicitação da licitante, todavia, o Pregoeiro poderá inabilitar ou desclassificar a licitante, caso entenda que ocorreu mera protelação do prazo, sem justificativas plausíveis.

12.1.3. Em qualquer dos casos previstos nos subitens acima, a situação material da licitante deverá estar regular na data estabelecida para a abertura das propostas, caso contrário, a licitante será inabilitada ou desclassificada. O prazo não poderá ser dilatado para sanar situação irregular da licitante junto aos órgãos competentes na data da abertura das propostas.

12.1.4. A apresentação de proposta ou documentos em desacordo com as exigências do edital ou a ausência de sua apresentação, mesmo após a(s) renovação(ões) do(s) prazo(s), além de levar à desclassificação da proposta ou à inabilitação da licitante, a sujeitará às sanções dispostas neste Edital. Neste último caso, será convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação e preferências, para depois de realizada negociação e de comprovados os requisitos habilitatórios, ser declarada vencedora.

**12.2. Habilitação Jurídica**, por intermédio dos seguintes documentos:

12.2.1. Comprovante de registro na Junta Comercial, no caso de empresário individual, ou;

12.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, em caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos que comprovem da eleição de seus administradores, ou;

12.2.3. Inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

12.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.3. Qualificação Econômico-Financeira**, por intermédio dos seguintes documentos:

12.3.1. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do último exercício e demais demonstrações contábeis, devidamente registradas na Junta Comercial ou, no caso de balanço digital, com recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital junto ao SPED — Sistema Público de Escrituração Digital da Receita Federal do Brasil (não serão aceitos balancetes ou balanços provisórios, exceto para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, nesta hipótese poderão substituir os demonstrativos contábeis por seu balanço de abertura). As demonstrações contábeis deverão ser apresentadas com assinatura do contador e do representante legal da licitante, e ser apresentadas em original ou em cópia autenticada comprovando no mínimo os índices estabelecidos abaixo:

a) Índice de Liquidez Geral:

$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{maior que } 01 \text{ (um)}.$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

b) Índice de Solvência Geral:

$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{maior que } 01 \text{ (um)}.$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

c) Índice de Liquidez Corrente:

$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{maior que } 01 \text{ (um)}.$

Passivo Circulante

12.3.1.1. Na habilitação de licitações para o **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais**, não será exigida da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte a apresentação de

Balanço Patrimonial do último exercício social (redação dada pelo art. 3º, do Decreto n.º 8.538, de 06.10.2015).

12.3.1.2. A licitante que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em qualquer dos índices acima deverá apresentar balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando possuir patrimônio líquido mínimo, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição. As licitantes terão como prazo máximo para realizar seus balanços patrimoniais e demonstrações contábeis do último exercício social, até o término do quarto mês após encerramento do mesmo. As licitantes que participarem de licitações com data de abertura após este período deverão apresentar balanços patrimoniais e demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior ao ano que for aberta a licitação, conforme dispõem o art. 132, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.); o art. 1065, o art. 1071, inc. I, o art. 1078, inc. I e o art. 1179, todos da Lei nº 10.406/02 (Código Civil).

12.3.2. A licitante deverá comprovar possuir capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante – passivo circulante) de, no mínimo 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício;

12.3.3. A licitante deverá apresentar Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública, constante do Anexo I - C, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na legislação, observados os seguintes requisitos:

12.3.3.1. A declaração deve ser acompanhada da DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, relativa ao último exercício social; e

12.3.3.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

12.3.4. **Certidão negativa de falência**, recuperação judicial, recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou se pessoa física, certidão negativa de execução patrimonial expedida no respectivo local de domicílio.

12.3.4.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

12.4. **Regularidade Fiscal, Previdenciária**, por intermédio dos seguintes documentos:

12.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

12.4.2. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do Fundo – CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos respectivos encargos sociais instituídos por lei. (quando o documento for originado através da INTERNET, o mesmo terá sua autenticidade averiguada).

12.4.3. Caso haja alguma restrição na apresentação dos documentos relativos à regularidade fiscal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas beneficiadas pela Lei Complementar n.º 123/06 e Lei n.º 11.488/07, a elas será assegurada prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação referida, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas. A Prorrogação do prazo citada acima deve ser requerida por escrito pela licitante beneficiária. Caso houver urgência na Contratação ou prazo insuficiente para o empenho poderá ser negado o pedido de prorrogação, desde que devidamente justificado pela administração. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação. A decisão que inabilitar a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a Cooperativa, beneficiada pelas referidas Leis, pela não regularização da documentação fiscal no prazo estabelecido, será comunicada as licitantes participantes pelo “chat” de mensagens do sítio eletrônico do Banco do Brasil.

**12.5. Qualificação Técnica e Declarações**, por intermédio dos seguintes documentos:

12.5.1. A licitante deverá apresentar declaração conforme **anexo II** devidamente assinada pelo representante legal da mesma, sujeitando-se às penalidades previstas.

12.5.2. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade/responsabilidade técnica de no mínimo 50% do quantitativo licitado (serventes e encarregados, jardineiro), no regime de mão de obra exclusiva na área de higienização hospitalar e jardinagem ou de instituições que prestam serviços de saúde.

12.5.2.1. O atestado para os serviços de jardinagem poderá ser de empresas públicas ou privadas, informando que os serviços foram prestados de maneira satisfatória e de maneira ininterrupta/contínua, pelo período mínimo de 6 (seis) meses em um só contrato, ou seja, não será permitida a somatória de atestados para comprovação do período acima exigido.

12.5.2.2. O atestado para os serviços de higienização deverá comprovar que os serviços foram prestados de maneira satisfatória e de maneira ininterrupta/contínua, pelo período mínimo de 1 (um) ano.

12.5.2.3. Para fins de comprovação dos períodos mínimos de experiência (6 meses para jardinagem e 1 ano para higienização), será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que os períodos neles consignados sejam concomitantes/simultâneos, demonstrando que a licitante possui experiência em gerenciar concomitantemente quantitativos de mão de obra compatíveis com o objeto licitado.

12.6. Os documentos referidos nos itens anteriores deverão ser enviados preferencialmente na extensão “pdf”, digitalizados do documento original ou de qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório ou por funcionário da administração do Grupo Hospitalar Conceição ou de publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que o Pregoeiro verificará a autenticidade e veracidade destes. Os documentos emitidos pela Internet não necessitam ser autenticados, sendo sua validade verificada pela equipe de apoio do Pregoeiro/Pregoeiro quando da análise da documentação.

12.7. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente do mesmo estabelecimento, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são validos para matriz e todas as filiais. O Contrato será celebrado ou a Autorização de Execução de Serviço (AES) será emitida em nome do respectivo CNPJ da licitante que apresentou a documentação.

12.8. A não apresentação de qualquer documento relacionado nos itens anteriores, ou com prazo de validade vencido, sem possibilidade de reenvio ou averiguação em sítios eletrônicos ou em desacordo com as quantidades estipuladas, após o encerramento do prazo concedido pelo Pregoeiro, implicará na automática inabilitação da licitante.

12.9. Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, nem documentos com prazo de validade vencido, exceto àquelas situações previstas e permitidas neste edital ou em legislação específica.

12.10. Para fins de habilitação as licitantes deverão apresentar os documentos acima relacionados. Porém, para aqueles licitantes que possuírem o Comprovante do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, **OS DOCUMENTOS CONTIDOS NESTE, DISPENSAM A SUA APRESENTAÇÃO**, desde que dentro do prazo de sua validade. Os documentos não contemplados no SICAF, de acordo com cada nível de habilitação, poderão ser apresentados conjuntamente com a proposta inicial, anexados ao sistema do portal eletrônico de licitações ou encaminhados conforme item 12.1 e seus subitens deste edital. Aplica-se ao Cadastro Corporativo nas habilitações jurídicas e fiscais do Grupo Hospitalar Conceição às disposições aplicáveis neste edital ao SICAF, naquilo que couber.

12.11. É desnecessária a apresentação do SICAF juntamente com a documentação digitalizada, uma vez que a Gerência de Licitações/Pregoeiro consultará o banco de dados do SICAF e apurará a situação da licitante.

12.12. Quando exigidos, os documentos de comprovação de qualificação técnica em nome de(s) profissional(is), deverão ser apresentados em nome do(s) profissional(is) que efetivamente executará(ão) os serviços no Grupo Hospitalar Conceição ou, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) respectivo(s) pela execução do serviço, alternativamente ou conjuntamente, de acordo com o solicitado neste edital.

13 - DO RECURSO, REGISTRO DE QUESTIONAMENTOS E ACESSO AOS AUTOS:

13.1. Ao término da disputa ou, quando for o caso, após o exercido do direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/06, o sistema informará a licitante arrematante da disputa e o respectivo valor ofertado, quando permitirá que às licitantes, a qualquer momento, depois de encerrada a disputa do item ou do lote, possam registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via sistema, acessando para cada item ou lote disputado suas informações e status. Essa opção estará disponível até o momento que o Pregoeiro declarar a LICITANTE VENCEDORA do item ou do lote. Todas as mensagens constarão no histórico de Disputa. O Pregoeiro/Apoio deverá responder os questionamentos formulados pelas licitantes acessando o “chat” para cada item ou lote disputado.

13.2. A intenção de interpor recurso somente poderá ser promovida via Sistema pela licitante.

13.3. Depois de declarada a LICITANTE VENCEDORA da disputa pelo Pregoeiro ou depois de fracassado o lote, qualquer licitante poderá, no prazo de 2 (duas) horas, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.3.1. A licitante desclassificada, antes da fase de disputa, também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

13.4. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos dispostos no subitem 13.3 deste edital; a ausência da apresentação das razões de recurso ou apresentação por meio não permitido ou, ainda, recurso intempestivo ou sem legitimidade, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

13.4.1. Caso a licitante manifeste intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro fora do prazo ou em campo diverso do sistema, a mesma não será recebida como recurso.

13.5. Caso a licitante manifeste intenção de recorrer, no prazo estipulado no subitem 13.3 deste edital, será concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para apresentar as razões de recurso, **contados da data de sua manifestação de intenção de recorrer**.

13.6. As razões de recurso somente serão aceitas caso sejam anexadas via **sistema no portal de licitações eletrônicas quando este permitir ou entregues presencialmente em papel ou mídia eletrônica**.

13.6.1. Não serão aceitos recursos via de **fac-símile** ou **correio eletrônico**.

13.7. As demais licitantes interessadas ficam desde já intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões via **sistema no portal de licitações eletrônicas quando este permitir ou presencialmente em papel ou mídia eletrônica, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação das razões recursais no sistema Workflow ou na plataforma de licitações eletrônica**, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.8. O Pregoeiro poderá, após o término do prazo de contrarrazões, poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento pela Autoridade Administrativa Superior. Estes prazos poderão ser renovados conforme necessidade do Grupo Hospitalar Conceição.

13.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13.10. As decisões dos recursos poderão ser comunicadas alternativamente, via correio eletrônico, portal de licitações eletrônicas, Sistema de Contratações (ZEEV) ou, ainda, presencialmente.

13.11. Decidido(s) o(s) recurso(s), se fará a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA. Essa adjudicação se fará por intermédio do pregoeiro no sistema do portal de licitações eletrônicas e ficará autorizada tácita ou expressamente, quando da decisão do recurso pela Autoridade Competente.

13.12. Os autos do processo poderão ser acessados através do site [www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br), no menu Compras e Licitações, subseção Pregões e Procedimentos Licitatórios, em Processo Digital.

13.13. A presente licitação foi gerada no site [licitacoes-e2.bb.com.br](http://licitacoes-e2.bb.com.br) do Banco do Brasil sob o número discriminado no resumo executivo desta licitação.

13.13.1. Quando a licitação for suspensa o número de identificação da mesma no portal de licitações eletrônicas poderá ser alterado.

#### 14 - DA HOMOLOGAÇÃO:

14.1. À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente do Grupo Hospitalar Conceição, para fins de homologação.

#### 15 - DA CONTRATAÇÃO:

15.1. A contratação da LICITANTE VENCEDORA formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme Contrato que integra este Edital, a qual poderá ser substituída, a critério da Administração, pelo Contrato.

15.1.1. Caso os documentos constantes do processo de licitação não sejam suficientes para determinar os poderes do representante indicado para assinar o Contrato, a LICITANTE VENCEDORA será notificado pela Gerência de Suprimentos a apresentar a documentação pertinente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.1.2. Neste mesmo prazo previsto do item acima, para a formalização do contrato será exigida a Comprovação de inexistência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados no setor público federal (CADIN) (art. 6º-A da Lei nº 10.522, de 2002).

15.1.3. Na hipótese da LICITANTE VENCEDORA não cumprir as condições do subitem 15.1.2, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração da contratação, conforme as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

15.2. A assinatura do Contrato ocorrerá por meio eletrônico, através de certificado digital validado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) – conforme previsto na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 – em nome do representante legal da LICITANTE VENCEDORA.

15.2.1. É possível a assinatura do Contrato ser realizada por meio físico, excepcionalmente, por determinação exclusiva do Grupo Hospitalar Conceição.

15.2.2. Em caso de assinatura física do Contrato, a LICITANTE VENCEDORA deverá retirar o instrumento em até 48 (quarenta e oito) horas da notificação, na Gerência

de Suprimentos do Grupo Hospitalar Conceição, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE VENCEDORA durante o seu transcurso desde que ocorra o motivo justificado aceito pelo Grupo Hospitalar Conceição.

15.2.3. Retirado o Contrato, deverá ser assinado e devolvido em até 10 (dez) dias na Gerência de Suprimentos do Grupo Hospitalar Conceição.

15.3. A LICITANTE VENCEDORA receberá por meio eletrônico o Contrato para assinar, devendo fazê-lo em até 05 (cinco) dias.

15.4. A recusa injustificada da LICITANTE VENCEDORA em assinar o Contrato ou fornecer a documentação exigida na forma do item 15.1.1, dentro dos prazos estabelecidos neste item, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.5. Convocado ou notificado a LICITANTE VENCEDORA para assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos neste Edital e não o fazendo, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

15.6. É facultado ao Grupo Hospitalar Conceição, quando o convocado não assinar o termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente das cominações previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

15.7. A assinatura do Contrato será feita pelo sócio ou por representante legal designado, podendo o Grupo Hospitalar Conceição exigir a apresentação do documento comprobatório de tal condição.

15.8. As obrigações constantes do Contrato são assumidas pelo prazo de vigência estabelecido no mesmo.

15.8.1. O Contrato poderá, ainda, ser anulado, revogado, rescindido mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou apenas executado parcialmente, sem que caiba à CONTRATADA indenização em caso de anulação por motivo de ilegalidade, conforme previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, e no parágrafo 1º, do artigo 62, da lei 13.303/16.

15.9. O edital e seus anexos, bem como a proposta da LICITANTE VENCEDORA e as Autorizações de Execuções de Serviços, integrarão o Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

## 16 - DO CONTRATO

16.1. O Contrato será firmado entre o GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. e a(s) licitante(s) que apresentarem a(s) proposta(s) classificada(s) em 1º (primeiro) lugar no presente certame.

16.2. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, qualitativamente e quantitativamente, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos do CONTRATANTE;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 13.303, de 2016;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; ou

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

16.2.1. O aditamento contratual tramitará mediante prévia manifestação justificada da área demandante, que passará por aval da Gerência de Suprimentos, e será apreciado pela Assessoria Jurídica quanto a sua adequação à lei e a este Regulamento antes de ser encaminhada para assinatura dos Diretores, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

16.3. A alteração quantitativa prevista no inciso II do item anterior poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.1. Em hipótese de reforma de imóvel ou de equipamento, os acréscimos ou supressões poderão ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.2. Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pela CONTRATADA na licitação ou no processo de contratação direta.

16.3.3. Se no contrato não foram contemplados preços unitários para obras, serviços ou bens, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput do item 16.3 e no subitem 16.3.1 acima.

16.3.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos neste artigo, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes.

16.4. As alterações qualitativas podem excepcionalmente ultrapassar os limites previstos neste Regulamento, desde que observadas as seguintes situações:

I - não acarrete para o CONTRATANTE, encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual acrescidos aos custos da instauração de um novo processo licitatório;

- II - não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira da CONTRATADA;
  - III - decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
  - IV - não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;
  - V - seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes; e
  - VI - que seja demonstrado, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual, que as consequências de uma rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em gravame para o CONTRATANTE.
- 16.5. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão no reequilíbrio deste para mais ou para menos, conforme o caso.
- 16.6. A substituição da garantia de execução contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA e se submeterá à aprovação do CONTRATANTE.
- 16.7. Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.
- 16.8. As alterações de que trata este Contrato deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.
- 16.9. A CONTRATADA é responsável integral e exclusivamente por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecida na MATRIZ DE RISCO constante do Anexo I deste edital, naquilo que lhe couber.
- 16.10. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.
- 16.11. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantida as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 16.12. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reajuste devido a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.
- 16.13. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 17 - DA FORMA DE PAGAMENTO:
- 17.1. O período de competência de cada nota fiscal deverá iniciar no dia 15 (quinze) de cada mês e encerrar no dia 14 (quatorze) do mês subsequente.
- 17.2. A apresentação da nota fiscal relativa ao faturamento dos serviços prestados será realizada pela CONTRATADA, até o 3º (terceiro) dia útil após o recebimento da tarefa na

plataforma Workflow, mediante execução de tarefa na plataforma supracitada, utilizada pelo CONTRATANTE para tramitação de processos eletrônicos.

17.3. O CNPJ do Emitente, a ser incluído pela CONTRATADA na nota fiscal, deverá ser o mesmo constante do Contrato de Prestação de Serviços, salvo quando for matriz e filial, e estar vinculado a uma conta bancária no Brasil.

17.3.1. Para fins de instrução da CONTRATADA para a correta forma de emissão das notas fiscais/faturas de fornecimento de bens e ou serviços ao GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. e suas filiais, serão adotado os seguintes critérios:

17.3.1.1. Para as notas fiscais de fornecimento de material de consumo, bens e ou serviços ao GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. (matriz), a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em nome do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., utilizando como dados do destinatário o CNPJ e o endereço da matriz, realizando a entrega do material de consumo, dos bens e ou serviços no endereço informado na Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço.

17.3.1.2. Para as notas fiscais de fornecimento de material de consumo, bens e ou serviços para as filiais, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em nome de GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. e utilizar nos demais dados do destinatário o CNPJ e o endereço da filial destinatária dos bens ou serviços, fazendo a entrega do material de consumo, dos bens e ou serviços no endereço informado na Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço.

17.3.1.3. Em cada nota fiscal emitida deverão constar os seguintes dados:

- a) número do Processo;
- b) número do Contrato;
- c) dados bancários para recebimento do preço; e
- d) o período relativo ao serviço prestado.

17.3.1.4. A CONTRATADA obriga-se a informar o número da AES (Autorização de Execução de Serviço) ou OS (Ordem de Serviço) ou similar no campo xPed (equivalente ao número do pedido de compra do cliente) dentro do XML da NFe.

17.4. O vencimento de cada nota fiscal deverá ocorrer no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente do período de competência que se refere à prestação dos serviços.

17.5. Caso a CONTRATADA não anexe a nota fiscal e/ou não execute a tarefa devida na data aprazada no subitem 17.2 deste instrumento ou anexe e execute a tarefa, porém a nota fiscal esteja em desconformidade no que tange as informações e valores, poderá haver atraso no pagamento, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

17.6. O arquivo "xml" relativo à nota fiscal deverá ser enviado ao seguinte endereço eletrônico do GHC: [recnfehns@ghc.com.br](mailto:recnfehns@ghc.com.br).

17.7. Na hipótese de atraso de pagamento pelo CONTRATANTE dos créditos resultantes deste Contrato, ao seu valor será acrescida a variação correspondente à taxa mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC do mês da emissão da fatura, a título de

compensação financeira, calculada *pro rata die*, desde o dia imediatamente subsequente ao vencimento até o seu efetivo pagamento.

17.8. A critério do CONTRATANTE poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA, decorrentes da prestação dos serviços deste contrato.

17.9. No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE poderá este confiar a outro a execução dos serviços reclamados e não executados e o custo correspondente será abatido da fatura mensal de prestação de serviço, independente das demais penalidades cabíveis.

17.10. O Gestor de Contrato será responsável pelo ateste e autorização do pagamento da nota fiscal, tramitados na plataforma Workflow, e constituídos pela avaliação da quantidade e da qualidade dos serviços executados, que deverão ocorrer em perfeita conformidade com os critérios estabelecidos no Edital da Licitação, no Termo de Referência e no Contrato de Prestação de Serviços.

17.11. Caso a CONTRATADA não receba a tarefa de anexar a nota fiscal no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de início do período de competência da nota fiscal, o prazo de pagamento passará ao 5º (quinto) dia útil, após o anexo da nota fiscal e execução da tarefa no Workflow, salvo as situações em que o documento for anexado com pendências.

17.12. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) deverá comunicar tal condição à Gerência Financeira do CONTRATANTE, em data anterior a entrega da primeira parcela do objeto contratual, que conferirá, no sítio da Receita Federal do Brasil, a situação atualizada das empresas no cadastro do Simples Nacional.

17.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

17.14. O CONTRATANTE reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) incidente sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA do certame, conforme prevê o artigo 34, da Lei nº 10.833, de 29.12.2003, combinado com o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

17.14.1. As alíquotas corresponderão às fixadas no Anexo I, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

17.14.2. Para o fim do atendimento do § 3º, do artigo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarem à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

17.15. A CONTRATADA, se aplicável, deverá discriminar os materiais e/ou equipamentos utilizados, quando da emissão da nota fiscal/fatura, conforme determinação contida na Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17.10.2022. A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal/fatura o valor de Retenção para Previdência Social (INSS), se aplicável, conforme determinação dos artigos 121, §§ 1º e 2º e 122, da Instrução Normativa RFB nº 2110, de

17.10.2022.

17.16. A CONTRATADA e o CONTRATANTE, este por último na condição de substituto tributário, deverão reter e recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ao município da prestação dos serviços, ou na falta do estabelecimento deste local, naquele do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003, quando o imposto será devido no local.

17.17. O CONTRATANTE poderá sustar ou reter parte do pagamento de qualquer nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

17.17.1. execução defeituosa dos serviços;

17.17.2. descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;

17.17.3. débito da CONTRATADA para com o CONTRATANTE quer proveniente da execução do Contrato decorrente desta licitação, quer de obrigações de outros instrumentos contratuais;

17.17.4. não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

17.17.5. obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o CONTRATANTE;

17.17.6. paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA; e

17.17.7. falta de pagamento de obrigações trabalhistas e sociais aos seus empregados, facultando ao CONTRATANTE o pagamento direto a eles, caso assim entender necessário.

17.18. O pagamento será realizado de acordo com os serviços efetivamente realizados pela CONTRATADA durante o período de competência correspondente.

17.19. A emissão da Nota fiscal só poderá ocorrer após o recebimento do Nº de Empenho ou Nota de Empenho, o qual representa a existência de saldo orçamentário, possibilitando o posterior pagamento das notas.

17.20. A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, emitir a Nota Fiscal sem ter recebido o Nº de Empenho ou Nota de Empenho, ou seja, a data de emissão da nota fiscal NUNCA poderá ser anterior à data da liberação destes documentos e geração do saldo orçamentário. Nesses casos, será devolvida.

17.21. Os pagamentos serão processados conforme estabelecido no Edital de Licitação/Contrato. Devem acompanhar a Nota Fiscal / Fatura, além da planilha de serviços.

17.22. Em virtude do disposto no Art. 59-A da CLT, nos contratos de prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra com jornada de 12x36, quando esta jornada for permitida pela legislação, não serão mais devidos o pagamento em dobro pelo trabalho realizado em feriados e o adicional noturno nas prorrogações de trabalho noturno, caso não previsto em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou em contrato individual.

17.23. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá adotar os seguintes procedimentos:

17.23.1. Os valores provisionados para pagamento das férias, um terço constitucional de férias, 13º salário, encargos previdenciários e de FGTS incidentes sobre as rubricas supracitadas e a multa sobre o saldo do FGTS dos empregados da CONTRATADA, serão depositados pelo CONTRATANTE em conta depósito vinculada específica, conforme o disposto no inciso IX do artigo 45 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO.

17.23.2. Os valores provisionados ficarão resguardados na conta-depósito vinculada, podendo a empresa solicitar o resgate desses valores proporcionalmente ao período laborado pelos empregados nas dependências do CONTRATANTE, quando ocorrerem as seguintes situações:

17.23.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;

17.23.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 (um terço) de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

17.23.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e multa rescisória sobre o FGTS (dependendo da causa do afastamento);

17.23.2.4. O saldo remanescente para a CONTRATADA, com a execução completa do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, consulta ao Sindicato da categoria e consulta a Assessoria Jurídica do CONTRATANTE no que se refere à situação das reclamações trabalhistas ajuizadas por funcionários terceirizados desta empresa CONTRATADA no qual o CONTRATANTE consta no polo passivo.

17.23.3. A solicitação da liberação dos valores da conta-depósito vinculada pelos motivos expostos na subcláusula 17.23.2 acima somente serão liberados com a autorização expressa do CONTRATANTE.

17.23.4. O CONTRATANTE poderá, considerando o caso em concreto, autorizar a movimentação dos recursos da conta-depósito vinculada bloqueada, antes da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista, mediante a solicitação da CONTRATADA. Nessa situação a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante da quitação das obrigações trabalhistas.

17.23.5. O CONTRATANTE poderá descontar valores de multas e de indenizações de reclamações trabalhistas do saldo remanescente da conta-depósito vinculada.

#### 18 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de créditos de Despesas Correntes consignado no Orçamento Geral da União, do exercício de 2026, Programa de Trabalho - ATENÇÃO A SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

#### 19 - DAS SANÇÕES:

19.1. O processo administrativo sancionatório é operacionalizado através do Sistema ZEEV (workflow GHC), sendo responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados cadastrais e de acesso atualizados, bem como operar adequadamente o sistema. O CONTRATANTE informa que todas as notificações, e as respectivas respostas, relativamente à execução contratual e o eventual processo sancionatório serão enviadas exclusivamente pelo Sistema ZEEV.

19.2. Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste instrumento, erro,

imperfeição, mora na execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, incidência em quaisquer das condutas previstas no artigo 246 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, a CONTRATADA estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

19.3. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição e neste instrumento, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no termo de Contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no termo de Contrato;
- IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos; e

19.4.1. As sanções pecuniárias previstas nos incisos II e III do caput poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e IV do caput.

19.4. No caso de reincidência no atraso da execução dos serviços, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem prejuízo das cobranças das multas.

19.5. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos, implicará a não aceitação dos mesmos, sem prejuízo da cobrança de multa.

19.6. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.7. Se, pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE necessitar contratar os serviços no mercado, fica a CONTRATADA responsável por arcar com o pagamento da diferença entre o preço contratado originariamente e o praticado no momento da nova contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

19.8. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e compensatórias à CONTRATADA, diante do não cumprimento das disposições editalícias e contratuais. Poderá a CONTRATADA ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

19.8.1. **DAS MULTAS MORATÓRIAS POR ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

19.8.1.1. Sem prejuízo da faculdade de rescindir o Contrato ou cumular outras sanções, inclusive multas compensatórias, o CONTRATANTE poderá aplicar multas moratórias por retardo injustificado no cumprimento do objeto contratual, seja pela entrega em atraso dos bens, insumos ou materiais ou atraso na prestação dos serviços, conforme Termo de Referência/Projeto Básico.

19.8.1.2. A multa moratória incidirá sobre a parcela correspondente do objeto contratual, conforme o parcelamento do fornecimento dos bens,

insumos ou materiais, o cronograma de execução dos serviços ou cronograma físico-financeiro, em caso de obras.

19.8.1.3. A multa moratória será de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até um limite de 30 (trinta) dias corridos.

19.8.1.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ensejar a rescisão unilateral do Contrato, incidindo demais sanções previstas no Edital e no instrumento contratual.

**19.8.2. DA MULTA MORATÓRIA POR ATRASO DA ENTREGA DA GARANTIA.**

19.8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

19.8.2.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato, conforme dispõem o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

19.8.2.3. O disposto no item 19.8.2 e seus subitens somente será aplicado quando houver cláusula específica que exija a apresentação de garantia de execução contratual, previsão esta que deverá constar ao menos do edital ou do Contrato.

**19.8.3. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA AVERIGUADA PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

19.8.3.1. Se a **CONTRATADA** não entregar a documentação de apresentação obrigatória, exigida pelo Edital ou Contrato, será considerada inadimplente com a obrigação acessória e estará sujeita a aplicação de multa compensatória de até 03,00% (três por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, podendo esse percentual variar devido às situações verificadas ou por decisão do Gerente de Suprimentos. Caso a apresentação dos documentos ocorra de forma incompleta e/ou adversa ao contrato, o percentual da multa será inferior ao percentual da situação que não houve entrega de determinados documentos, conforme quadro abaixo:

Situações	Percentual de inconformidade averiguada (*) (A)	Percentual ponderado (B)	Percentual considerando a ponderação (AxB)
Percentual de ponderação da quantidade de documentos não recebidos sobre o percentual de multa estabelecido no caput		100,00%	
Percentual de consideração sobre a quantidade de documentos recebidos de forma adversa e/ou incompletos		95,00%	

sobre o percentual de multa estabelecido no caput			
<b>Percentual ponderado total (PPT)</b> do não cumprimento da empresa nesta competência (Conforme previsão contratual, esse percentual é definido da seguinte forma: (Percentual do "recebido adverso ao contrato" + "recebido parcialmente" + "recebido parcialmente adverso ao contrato") x 95,00% + Percentual do "não recebido" x 100,00%.			
<b>Percentual Máximo Contratual (PMC)</b> em virtude da não entrega completa da documentação trabalhista obrigatória:			3,00%
<b>Percentual de multa, caso a sanção definida seja essa (PPT x PMC):</b>			

(<sup>1</sup>) A relação analítica desses documentos constará no checklist emitido pela fiscalização administrativa do contrato;

(<sup>2</sup>) Cálculo que deverá ser efetuado é o seguinte: Quantidade de documentos pendentes desta ocorrência / Quantidade de documentos totais analisados (agrupados por espécie) = Resultado desta operação (Convertido para porcentagem) x Percentual Ponderado x Percentual de multa estabelecido no caput = Percentual devido para aplicação de multa).

19.8.3.2. Se a **CONTRATADA** não cumprir quaisquer exigências contratuais, normativas, jurisprudenciais e legais perante aos seus funcionários, estará sujeita a aplicação de multa compensatória de até 02,00% (dois por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, podendo esse percentual variar, conforme situações verificadas ou por decisão do Gerente de Suprimentos. O percentual será definido com base no quantitativo e qualitativo das ocorrências verificadas, por meio da análise evidenciada no checklist elaborado pelos fiscais administrativos:

Situações	Percentual de inconformidade averiguada ( <sup>1</sup> ) (A)	Percentual ponderado (B)	Percentual considerando a ponderação (AxB)
Ocorreu atraso de pagamentos (Salários, rescisões, férias, benefícios, encargos sociais, impostos e demais pagamentos)		95%	
Ocorreu ausência de pagamentos (Salários, rescisões, férias, benefícios, encargos sociais, impostos e demais pagamentos)		100% ( <sup>1</sup> )	
Ocorreu inconformidade na análise efetuada dos cálculos trabalhistas que impactam no recolhimento do FGTS e INSS		95%	

<b>Média do percentual ponderado (MPP)</b> do não cumprimento da empresa nesta competência (Conforme previsão contratual, esse percentual é definido pela média do seguinte cálculo: Percentual do "Sim" nos assuntos atraso de salário e inconformidade dos cálculos trabalhistas x 95,00%, com o cálculo do Percentual do "Sim" da ausência de pagamentos x 100%)	
<b>Percentual Máximo Contratual</b> em virtude da inconformidade averiguada na análise da documentação trabalhista ( <b>PMC</b> )	2,00%
<b>Percentual de multa, caso a sanção definida seja essa (MPP X PMC):</b>	

(<sup>1</sup>) Por conta da gravidade da ausência de pagamentos, consideramos o percentual ponderado superior aos demais itens.

**19.8.4. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL**

19.8.4.1. O descumprimento do contrato, pela inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado ou qualquer outra inconformidade que as não enquadráveis nos subitens 19.8.1, 19.8.2 e 19.8.3, nas quais serão apontados como pendentes após a discordância da defesa prévia dos itens notificados, ensejará a aplicação de multa compensatória de até 10% (dez por cento), que será calculada sobre a parte não cumprida da parcela ou etapa do objeto, devendo ser aplicada a seguinte tabela para definição do percentual de multa ou definida por decisão do Gerente de Suprimentos.

<b>Percentual máximo de multa (A)</b>	<b>Percentual não atendido na prestação de serviço (<sup>1</sup>) (B)</b>	<b>Percentual da multa (AxB)</b>

(<sup>1</sup>) Essa informação constará no relatório mensal elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato (CAFC), sendo que esse percentual significa a inconformidade averiguada na prestação dos serviços (Pontuação não atingida em relação à pontuação total)."

19.8.4.2. Será retido o pagamento correspondente à parte não cumprida da parcela ou etapa do objeto.

**19.8.5. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO TOTAL DO OBJETO.**

19.8.5.1. Pela inexecução total do objeto contratado, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela contratual correspondente não cumprida.

19.8.5.2. Configura a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, quando aplicável.

**19.8.6. DA MULTA COMPENSATÓRIA PELA RECUSA INJUSTIFICADA EM ASSINAR O CONTRATO OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE OU PELA RESCISÃO CONTRATUAL**

19.8.6.1. Pela recusa injustificada pela CONTRATADA em assinar o termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este Instrumento, será aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato.

19.9. As multas previstas nos itens anteriores, quando cumuladas, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

19.10. Os valores relativos a multas poderão ser retidos e abatidos dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, sem prejuízo da cobrança judicial, conforme o caso.

19.11. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais previstas na Lei nº 13.303/16 e demais sanções penais cabíveis, previstas na Lei n.º 14.133/21, sendo que estas infrações penais tipificadas nesta lei serão objetos de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

19.12. A(s) defesa(s) prévia(s) de qualquer notificação de sanção ou glosa será(ão) apresentada(s) ao Setor de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, da Gerência de Suprimentos do CONTRATANTE, que encaminhará, conforme o caso, as justificativas que ocasionaram o eventual atraso para o Gestor de Contrato ou área contratante, para avaliação e parecer.

19.13. Em caso de não acolhimento da defesa prévia apresentada, poderá a CONTRATADA apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias, que será remetido à autoridade imediatamente superior, apresentando razões para o acolhimento da defesa.

19.13.1. O recurso administrativo será recebido pelo Setor de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, da Gerência de Suprimentos do CONTRATANTE, que o remeterá para Diretoria do CONTRATANTE para decisão.

19.14. Em caso de não acolhimento das defesas e recursos administrativos apresentados, a CONTRATADA será notificada pela Gerência de Suprimentos, por meio de instrumento formal, juntamente com cópia do ato aplicando a sanção.

19.15. O prazo de recolhimento da multa administrativa será de 30 (trinta) dias corridos após o encaminhamento da Guia de Recolhimento da União à empresa CONTRATADA. Em caso de não recolhimento no prazo estipulado, acarretará cobrança de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento desta obrigação.

## 20 - DOS ILÍCITOS PENAIIS:

20.1. De acordo com o artigo 41 da Lei nº 13.303/16, aplicam-se às licitações e contratos as normas de direito penal contidas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, conforme art. 185, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021. As infrações penais previstas na Lei n.º 14.133/21 serão objetos de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## 21 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO:

21.1. O Grupo Hospitalar Conceição/CONTRATANTE poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado bem como

adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

## 22 - DA FISCALIZAÇÃO:

22.1. A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Gestor de Contrato.

22.2. A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

22.3. Quaisquer exigências do Gestor de Contrato, inerentes ao objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

22.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato do CONTRATANTE deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas apropriadas.

22.5. A fiscalização do cumprimento do objeto contratual integra, igualmente, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais dos trabalhadores da CONTRATADA, e compreende as seguintes comprovações:

22.5.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

22.5.1.1. Planilha padronizada contendo a relação de empregados, informando: (1) número de registro, (2) nome completo, (3) data de admissão, (4) número de identidade (Registro Geral-RG), (5) número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS), (6) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), (7) cargo, (8) função, (9) turno de trabalho, (10) horário de trabalho (inclusive com horário de intervalo), (11) salário, (12) local do posto de trabalho do empregado e (13) quaisquer informações ou observações pertinentes, com indicação de quais empregados serão responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

22.5.1.2. Cópia da Carta de Apresentação do funcionário para prestação de serviços no CONTRATANTE, contendo posto de trabalho e data de início, com a ciência do empregado.

22.5.1.3. Cópia do Contrato de Trabalho.

22.5.1.4. Cópia da Ficha de Registro de Empregado.

22.5.1.5. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento "pdf" gerado no aplicativo CTPS digital, na opção "Enviar Carteira de Trabalho") dos empregados admitidos ou cópia do registro do evento de Admissão do eSocial (S-2200).

22.5.1.6. Cópia do recibo de entrega e devolução da CTPS aos empregados, devidamente assinado, nos casos que não for utilizada a CTPS Digital.

22.5.1.7. Cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

- 22.5.1.8. Cópia do Requerimento de Vale-Transporte ou Declaração de Renúncia, assinada pelo funcionário.
- 22.5.1.9. Cópia do Termo de responsabilidade para Concessão do Salário-Família ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
- 22.5.1.10. Cópia da Declaração de dependentes do Imposto de Renda ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
- 22.5.1.11. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.
- 22.5.1.12. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 22.5.1.13. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação) e de Uniformes, com ciência do empregado.
- 22.5.1.14. Recibos de entrega de Crachá, com ciência do empregado.
- 22.5.1.15. Sempre que houver admissão ou transferência de empregados da CONTRATADA para prestação de serviços no CONTRATANTE, os documentos elencados na cláusula 22.5.1 deverão ser apresentados à fiscalização.
- 22.5.2. Até o 30º (trigésimo) dia de cada mês, relativamente ao mês anterior, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos:
  - 22.5.2.1. Prova de inexistência de débitos com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
  - 22.5.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.
  - 22.5.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
  - 22.5.2.4. Declaração do Ministério do Trabalho e Emprego de Informação sobre Infrações.
  - 22.5.2.5. Relação de funcionários que prestaram serviço no CONTRATANTE, no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.
  - 22.5.2.6. Cópia da Carta de Transferência do funcionário, contendo data de início e/ou saída do posto de trabalho deste CONTRATANTE, com assinatura do empregado, quando aplicável.
  - 22.5.2.7. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE.
  - 22.5.2.8. Cópia dos contracheques com assinatura dos empregados (caso seja utilizado contracheque virtual, deve ser enviado documento

contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao documento).

22.5.2.9. Cópia do comprovante de pagamento de salário em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.

22.5.2.10. Cópia dos comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, de todos empregados a serviço do CONTRATANTE, relativos ao mês da prestação dos serviços, sendo que o vale-transporte e o vale alimentação devem ser realizados por recarga de cartão eletrônico.

22.5.2.11. Cópia do comprovante de repasse de contribuições previstas nas normas coletivas, quando for o caso.

22.5.2.12. Cópia do registro de frequência com totalizador dos eventos (horas extras, horas noturnas, horas intervalares, entre outros) dos empregados da CONTRATADA, através de sistema de registro eletrônico autenticado por biometria, adequado às regras do Ministério do Trabalho e Previdência, e com a assinatura do empregado;

22.5.2.13. Cópia do DARF de recolhimento de INSS e IRRF e respectivo comprovante de pagamento.

22.5.2.14. Em caso de parcelamento dos débitos, cópia do requerimento de parcelamento, do DARF de recolhimento e do comprovante de pagamento das parcelas.

22.5.2.15. Cópia do Relatório da Declaração Completa da DCTFWeb, do Relatório Resumo de Débitos e Créditos, e do Recibo de Entrega.

22.5.2.16. Cópia da guia de recolhimento de FGTS Digital e respectivo comprovante de pagamento.

22.5.2.17. Relação de Trabalhadores do FGTS Digital referente aos funcionários terceirizados lotados no GHC;

22.5.2.18. Aviso e recibo de férias com assinatura do empregado.

22.5.2.19. Comprovante de pagamento do adiantamento das férias, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado.

22.5.2.20. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do Décimo Terceiro Salário (13º), em que conste como tomador o CONTRATANTE, quando aplicável.

22.5.2.21. Cópia dos contracheques do Décimo Terceiro Salário (13º) com assinatura dos empregados (caso seja utilizado o contracheque virtual, deve ser enviado documento contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao contracheque), quando aplicável.

22.5.2.22. Cópia do comprovante de pagamento Décimo Terceiro Salário (13º) em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.

22.5.2.23. Cópia da DCTFWeb ou Relação de Trabalhadores do FGTS Digital pertinente ao Décimo Terceiro Salário (13º);

22.5.2.24. Cópia dos registros de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

- 22.5.2.25. Cópias dos atestados médicos apresentados no mês de competência pelos empregados a serviço do CONTRATANTE.
  - 22.5.2.26. Comprovante de encaminhamento ou retorno ao/do INSS de empregado da CONTRATADA ocorrido no mês de competência.
  - 22.5.2.27. Cópia do relatório da composição de médias de salários variáveis para férias, décimo terceiro salário e rescisão, quando aplicável.
  - 22.5.2.28. Cópia do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho assinado pelo empregado demitido no mês de competência, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria.
  - 22.5.2.29. Cópia do pedido de demissão ou comunicado de desligamento do empregado.
  - 22.5.2.30. Recibo de entrega de requerimento do seguro desemprego, quando aplicável.
  - 22.5.2.31. Cópia dos comprovantes de pagamento da rescisão, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
  - 22.5.2.32. Cópia do Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório, cópia da Guia de FGTS Rescisório Digital e cópia do respectivo comprovante de recolhimento, quando aplicável.
  - 22.5.2.33. Extrato integral da conta vinculada do FGTS de cada empregado que teve o contrato de trabalho rescindido.
  - 22.5.2.34. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento "pdf" gerado no aplicativo CTPS digital, na opção "Enviar Carteira de Trabalho") dos empregados demitidos ou cópia do registro do evento de Desligamento do eSocial (S-2299). Em caso de registro na CTPS física, deverá ser encaminhado o recibo de entrega e devolução da CTPS referente a este evento.
  - 22.5.2.35. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional (demissionais) dos funcionários desligados no mês de competência.
  - 22.5.2.36. Cópia do termo de prorrogação do contrato de trabalho de prazo determinado/experiência, nos casos de desligamentos de funcionários terceirizados pelos motivos de término de contrato e antecipação do término do contrato de trabalho, independentemente se foi motivado pelo empregador ou empregado, caso a data do desligamento esteja abrangida neste documento.
- 22.5.3. Quando da extinção ou rescisão deste contrato, entrega da documentação relacionada no subitem 22.5.2, após o último mês de prestação dos serviços, até o dia 30º (trigésimo) do mês subsequente:
- 22.5.3.1. Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
    - 22.5.3.1.1. Extrato da conta do FGTS de qualquer empregado, a critério do CONTRATANTE.
    - 22.5.3.1.2. Declaração anual de que possui as demonstrações contábeis atualizadas, assinado por

contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;

22.5.3.1.3. Memória de cálculo correspondente à composição de quaisquer valores de direito que envolvam a esfera trabalhista.

22.5.3.1.4. Cópia da declaração do EFD-Reinf.

22.5.3.1.5. Comprovantes de pagamento de parcelamento dos débitos.

22.5.4. A critério da Administração, quando necessário, poderão ser solicitados documentos e informações complementares, a fim de elidir eventuais dúvidas quanto ao adimplemento de obrigações previdenciárias e trabalhistas.

22.5.5. Mensalmente, ou quando aplicável, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos pertinentes à Segurança do Trabalho:

22.5.5.1. Relação de funcionários que prestaram serviços no CONTRATANTE, e foram admitidos/transferidos ou desligados no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.

22.5.5.2. Cópias do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR), que deverão ser reapresentados após expiração da respectiva validade.

22.5.5.3. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.

22.5.5.4. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação), com ciência do empregado.

22.5.5.5. Cópia da Carteira de Vacinação Nacional.

22.5.5.6. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO (admissionais, demissionais ou periódicos) emitidos no mês de competência.

22.6. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados no subitem 22.5 de acordo com a periodicidade de apresentação exigida anteriormente, organizados e agrupados por nome de empregado, em cópias digitalizadas no formato "Portable Document Format" (pdf), devendo ser compactados em um único arquivo no formato ZIP e encaminhados através da Plataforma Zeev Workflow.

22.7. Mensalmente, além dos documentos e informações já elencados nesta Cláusula, a CONTRATADA deverá fornecer à CAFC os seguintes documentos:

22.7.1. Checklist, emitido por filial, preenchido e assinado pelo representante da CONTRATADA e por responsável de cada filial onde ocorrem os serviços, conforme modelo existente no respectivo Edital de licitação que dá origem ao contrato.

22.7.2. Cópias dos relatórios de visita diários da CONTRATADA; e

- 22.7.3. Quando da admissão ou transferência de algum empregado da CONTRATADA para prestação de serviços para o CONTRATANTE, encaminhar cópia da carta de apresentação do funcionário.
- 22.8. O CONTRATANTE deverá verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:
- 22.8.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.
  - 22.8.2. À concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional.
  - 22.8.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.
  - 22.8.4. Aos depósitos do FGTS e;
  - 22.8.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 22.9. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, podendo executar a garantia em valor correspondente ou, na insuficiência da garantia, poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.
- 22.10. Na hipótese prevista no subitem acima e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até quinze dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados. Dependendo da gravidade apurada, o prazo estabelecido neste subitem poderá ser reduzido.
- 22.11. O sindicato representante da categoria do trabalhador poderá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos itens anteriores.
- 22.12. O pagamento direto das obrigações, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 22.13. A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:
- 22.13.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela CONTRATADA.
  - 22.13.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e
  - 22.13.3. Prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato à solução de problemas relacionados ao objeto.
- 22.14. A gestão e a fiscalização de que trata o item anterior competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.
- 22.15. A glosa será calculada considerando os seguintes critérios:

22.15.1. Para área física não limpa ou higienizada em desacordo com as premissas definidas nos instrumentos que compõem essa contratação, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC) deverá informar, através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado, a metragem quadrada (m<sup>2</sup>), a data da ocorrência e a identificação da desconformidade ocorrida na prestação de serviços objeto deste contrato. O cálculo consistirá na seguinte equação: total do metro quadrado (m<sup>2</sup>) não limpo ou limpo em desacordo às premissas definidas nos instrumentos que compõe essa contratação, multiplicado pelo valor do metro quadrado (m<sup>2</sup>) conforme constante na planilha de custos e formação de preços, correspondente ao período da aferição da glosa e do tipo de área relacionada.

22.15.2. Em relação aos recursos humanos (serventes e encarregados) e insumos (materiais, equipamentos, uniformes, EPIs, entre outros) que forem disponibilizados em desconformidade com os preceitos estabelecidos nesta contratação, deverá haver glosa correspondente à ausência identificada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC), através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado. Essa glosa deverá ser calculada da seguinte forma:

22.15.2.1. Desconformidade na disponibilização dos recursos humanos:

22.15.2.1.1. Ausência de recursos humanos diária: Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela quantidade de dias contidos na composição do seu cálculo na planilha de custos e formação de preços, multiplicado pela quantidade de dias em que ocorreram as faltas.

22.15.2.1.2. Ausência de recursos humanos por hora:

Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela carga horária contratada do preço-homem, multiplicada pela quantidade de tempo que ocorreu a falta.

22.15.2.1.3. Nas glosas apuradas nas subcláusulas acima, quando essas forem especificamente de serventes, também deverá ser apurada a glosa por ausência de supervisão por parte do encarregado, proporcionalmente ao período averiguado de falta de servente.

22.15.2.2. Desconformidade na disponibilização dos insumos:

22.15.2.2.1. Diferença entre o valor contratual mensal contendo todos os insumos e o valor contratual em que se aplica a diminuição dos insumos relacionados como faltantes. Este cálculo deverá estar proporcionalizado pelo período correspondente à glosa.

22.15.3. Na identificação de área física não limpa proveniente da ausência de servente, o critério que será adotado para fins de cálculo de glosa é a área física não limpa.

22.16. As demais disposições relativas à fiscalização, contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem ao contrato, se houver, deverão ser atendidas.

**23 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

23.1. A CONTRATADA obriga-se até o adimplemento total de suas obrigações, a manter suas condições de habilitação e qualificação exigidas para ser admitida no processo de licitação.

23.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme exigências da legislação, condições deste contrato e especificações contidas na proposta apresentada e neste Edital e seus Anexos.

23.3. A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências e condições contidas no Contrato e neste Edital de licitação e seu Termo de Referência.

23.4. A CONTRATADA deverá atender todas as exigências legais quanto ao devido cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais incidentes sobre os contratos de trabalho mantidos com os empregados que contratar para prestar serviços no CONTRATANTE.

23.5. Em cumprimento à Lei nº 9.294, de 17 de julho de 1996, às determinações contidas na Portaria nº 571, de 08 de abril de 2013 do Ministério da Saúde e em atendimento ao Projeto Ambiente Livres de Fumaça do Cigarro no CONTRATANTE, fica expressamente proibido o uso do fumo nas dependências internas e externas dos hospitais.

23.6. Fica vedado que familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no CONTRATANTE preste serviços através da CONTRATADA neste contrato.

23.7. A CONTRATADA está ciente e concorda com as políticas de integridade e conduta ética do CONTRATANTE, comprometendo-se em cumprir com todas as disposições do Código de Ética e Conduta do CONTRATANTE, disponível no site do CONTRATANTE ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)), especialmente as que constam nos capítulos que tratam das condutas exigidas e das condutas vedadas às empresas fornecedoras do CONTRATANTE.

23.8. Se a CONTRATADA deixar de prestar o serviço objeto do Contrato dentro do prazo previsto, obrigando o CONTRATANTE a contratá-lo por dispensa, face às necessidades da mesma, fica obrigado a cobrir a diferença de preço a maior, eventualmente ocorrida sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor.

23.9. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços, ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependência do hospital, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

23.10. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto aos serviços prestados.

23.11. A CONTRATADA deverá manter seus dados cadastrais atualizados no sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, para permitir o envio e recebimento de informações por meio digital.

23.12. Na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá anexar ao sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

23.13. NA assinatura do contrato a CONTRATADA deverá indicar no sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, preposto para representá-la na execução do contrato.

23.14. Os contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da CONTRATADA de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual exigirão:

I - apresentação pela CONTRATADA do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;

II - o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato; e

III - a relação de benefícios a serem concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, que conterà, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses forem concedidos pelo CONTRATANTE.

23.14.1. O CONTRATANTE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa CONTRATADA;

II - matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

23.15. A CONTRATADA se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT/DCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete seu enquadramento sindical ou de sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho na qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

23.16. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas afetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, exceto previsão legal em contrário.

23.17. A CONTRATADA declara estar plenamente ciente e de acordo com as Políticas Institucionais do CONTRATANTE, comprometendo-se a observar e cumprir integralmente as disposições do Código de Ética e Conduta, da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, da Política de Integridade e Conformidade, bem como de todas as demais normas e políticas institucionais aplicáveis do CONTRATANTE, disponíveis para consulta no site oficial ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)). A CONTRATADA compromete-se, em especial, a adotar as condutas exigidas e a abster-se das condutas vedadas nos capítulos destinados às empresas fornecedoras, além de assegurar o cumprimento rigoroso dessas normas em todas as suas interações com o CONTRATANTE.

23.18. A CONTRATADA deverá atender na íntegra a todas as disposições a ela atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

24 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

24.1. O CONTRATANTE deverá efetuar mensalmente o pagamento dos serviços que são o objeto do Contrato e, no caso de inadimplemento, os valores deverão ser reajustados de acordo com a **Cláusula Terceira** do instrumento contratual.

24.2. O CONTRATANTE deverá garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos aos locais relativos à execução dos serviços.

24.3. O CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

24.4. O CONTRATANTE deverá acompanhar, verificar, fiscalizar e intervir na execução do Contrato, para assegurar a fiel observância das cláusulas e condições nele previstas, no respectivo Edital e nas especificações dos seus Anexos.

24.5. O CONTRATANTE deverá estabelecer o controle através de documento próprio, das ocorrências, em conjunto com o responsável designado pela CONTRATADA.

24.6. O CONTRATANTE deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA, compatível com os registros previstos no subitem anterior, no que refere à execução do contrato.

24.7. O CONTRATANTE deverá atender na íntegra a todas as disposições a ele atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

## 25 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE:

25.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão avaliados pelo Gestor de Contrato, indicada como responsável do acompanhamento do contrato, conforme previsto na **Cláusula Sexta** do instrumento contratual, e terão seu recebimento conforme procedimento e prazos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

25.2. O prazo de execução dos serviços contratados deverá ser **conforme disposto no Anexo I do respectivo edital de licitação**, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas no Edital/Contrato.

25.3. O prazo só poderá ser prorrogado mediante solicitação e justificativa, sujeito à aprovação do CONTRATANTE.

25.4. A CONTRATADA deverá atender como condição de fornecimento e execução dos serviços, a todas as exigências contidas no Termo de Referência.

25.5. Os serviços deverão ser iniciados **conforme disposto no Anexo I deste edital de licitação**, momento em que deverá ser apresentado o cronograma de execução mensal, para fins de fiscalização do cumprimento do Contrato, por parte de todos os setores da envolvidos, conforme estabelecido no **Anexo I deste edital de licitação (Termo de Referência)**, após serão aplicadas as sanções cabíveis constantes no Contrato.

25.6. A CONTRATADA deverá respeitar as normas de identificação e de acesso de pessoal e materiais nas instalações do CONTRATANTE.

25.7. A CONTRATADA é obrigada a contratar, remunerar e dirigir o trabalho realizado por seus empregados.

25.8. Em decorrência da presente prestação de serviços, não se configurará vínculo empregatício entre os empregados, ou sócios da CONTRATADA, qualquer que seja o seu ramo, com o CONTRATANTE.

25.9. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 4º-B, da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

25.10. A CONTRATADA deverá garantir que seus empregados, quando e enquanto os serviços forem executados nas dependências do CONTRATANTE, as mesmas condições:

- a) relativas a:
  - 1. alimentação garantida aos empregados do CONTRATANTE, quando oferecida em refeitórios.
  - 2. direito de utilizar os serviços de transporte, caso oferecidos.
  - 3. atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências do CONTRATANTE ou local por ele designado, quando disponível; e
  - 4. treinamento adequado, fornecido pela CONTRATADA, quando a atividade o exigir.
- b) sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço.

25.11. A pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos 18 (dezoito) meses, prestado serviços ao CONTRATANTE, na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados, não poderá se configurar como CONTRATADA deste último.

25.12. Na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá declarar sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato à Gerência de Suprimentos.

25.13. A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la na execução do Contrato.

25.14. A CONTRATADA deverá manter permanente contato, através de preposto credenciado junto ao CONTRATANTE, para tratar de assuntos relativos ao serviço, com especificações dos limites do seu poder de decisão imediata.

25.15. O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato por ato unilateral e escrito e a aplicar as penalidades cabíveis, em caso de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por parte da CONTRATADA.

25.16. O CONTRATANTE, de acordo com a necessidade, verificará a comprovação mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS; e
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

25.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de que trata o **item 25.12**, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e executará a garantia em valor correspondente ou, na insuficiência da garantia, reterá do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

25.17.1. Na hipótese de haver quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, após o comunicado do CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

25.17.1.1. Os pagamentos previstos acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

25.17.2. O sindicato representante da categoria do empregado da CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas a que se referem estes subitens.

25.18. A utilização da conta vinculada deverá ser apresentada, exceto se dispensada mediante decisão da autoridade competente no planejamento da licitação.

25.19. A CONTRATADA deverá atender na íntegra a todas as disposições a ela atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

## 26 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

26.1. Por determinação da Autoridade Competente, será exigida prestação de garantia.

26.1.1. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

26.1.2. A garantia poderá ser utilizada inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias após o encerramento do contrato. A garantia a que se refere o caput será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do Contrato originalmente pactuado, bem como por ocasião de prorrogação da vigência do Contrato. (Alteração feita ao Decreto nº 9.507 de 21/09/2018 pelo Decreto nº 10.183 de 20/12/19).

26.1.3. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, a critério do CONTRATANTE, o limite de garantia previsto no subitem 26.1.2 poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

26.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia de execução contratual no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a celebração do respectivo instrumento, sob pena de aplicação de multa, prazo que é aplicável igualmente à renovação de vigência por aditamento contratual.

26.1.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis para a apresentação da garantia a que se refere o parágrafo anterior, autoriza o CONTRATANTE a rescindir o Contrato por descumprimento de suas cláusulas.

26.1.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II - prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- IV - obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA e arcadas pelo CONTRATANTE em função de pagamento voluntário ou por sentença condenatória transitado em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes, com prévia anuência do terceiro garantidor, e consequente homologação do Poder Judiciário.

26.1.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída em até 90 (noventa) dias após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante a apresentação, quando aplicável:

- I - de comprovação de regularidade com a Previdência Social relativa à baixa da matrícula do Cadastro Específico do INSS (CEI); e
- II - de comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do Contrato.

26.1.8. A garantia somente será restituída desde que não exista ação judicial trabalhista contra o CONTRATANTE de empregado vinculado ao Contrato e, havendo demanda judicial desta natureza, a liberação se dará após o trânsito em julgado da demanda.

26.1.9. Nos casos de Contratos que importem na entrega de bens pelo CONTRATANTE, dos quais a CONTRATADA ficará depositário, à garantia deverá ser acrescido o valor destes bens.

26.1.10. A caução em dinheiro será realizada unicamente em depósito de conta remunerada da Caixa Econômica Federal em nome da CONTRATADA e que somente poderá ser movimentada por autorização do CONTRATANTE, mediante ajuste a ser firmado com a instituição bancária, se possível.

26.1.11. Reduzida ou perdida a garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a sua recomposição imediata para o prosseguimento do Contrato sob pena de rescisão unilateral por inadimplência.

## 27 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

27.2. É facultado ao Pregoeiro:

- a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, até momento da licitante ser declarada vencedora (exceto PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS que pode ser a qualquer momento no pregão), sendo permitida a inclusão de documento, desde que dentro dos prazos estabelecidos pelo Pregoeiro, incluindo as renovações de prazo. É permitida a

inclusão de documento com data posterior ao prazo para envio, desde que a situação já estivesse regular à data da abertura das propostas. É permitida a inclusão de documento com data posterior ao prazo para envio, desde que os serviços já tenham sido realizados a data da abertura das propostas. É permitida também a inclusão de documentos, se for solicitado, na hipótese de renovação de documento que fora entregue com validade no prazo inicialmente estabelecido, mas que tenha sua validade expirada no decurso da licitação.

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação das licitantes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

c) convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

c.1) as licitantes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.3. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

27.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

27.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

27.6. É vedado a LICITANTE VENCEDORA caucionar ou utilizar o Contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Grupo Hospitalar Conceição.

27.7. No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do Grupo Hospitalar Conceição poderá este confiar a outro a execução do objeto da licitação reclamado e não executado e o custo correspondente será abatido da fatura mensal de pagamento, independente das demais penalidades cabíveis.

27.8. Os esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser apresentados por meio eletrônico, preferencialmente através do e-mail **comissaodelicitacao@ghc.com.br**, ou, protocolando pedido na Gerência de Licitações, Rua Umbú, 857, segundo andar, ao lado da Gerência de Suprimentos do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 18:00 ou, ainda, por meio do Fax: (0\*\*51) 3357.4584.

27.9. Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Lotes - Termo De Referência - Planilha De Custos e Formação de Preços - Matriz de Riscos - Declaração de Contratos Firmados Com a Iniciativa Privada e a Administração Pública - Conta Vinculada Para a Quitação De Obrigações Trabalhistas - Modelo de Proposta;

Anexo II - Modelo de Declaração (Lei n.º 9.854, de 27.10.1999);

Anexo III - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, e

Anexo IV - Minuta de Contrato de Prestação de Serviços.

27.10. Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições constantes da Lei n.º 13.303/16.

27.11. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete a licitante à aceitação

incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor. A apresentação da proposta resultará na concordância da licitante com a adequação do objeto que integrar o edital de licitação, estando ciente que deverá cotar e entregar objeto que atende estritamente ao solicitado no edital, sendo passível de sanções caso leve à Administração a contratar objeto que não atenda estritamente ao solicitado na licitação.

28 - DO FORO:

28.1. Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato será competente o Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul da Justiça Federal da 4ª Região.

Porto Alegre, 03 de julho de 2026

---

**Autoridade Competente**

**ANEXO I DO EDITAL**

**(LOTES - TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - MATRIZ DE RISCOS - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - MODELO DE PROPOSTA)**

**ATENSTAR PARA O ITEM 8.4.1 DESTE EDITAL, QUANDO DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS INICIAIS.**

LOTE: 1

Item: 1

Código GHC: 9001

Especificação: Serviço de higienização - Área com 1 Frequência - (Diurno: das 07às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

Item: 2

Código GHC: 9002

Especificação: Serviços de higienização - Área com 2 Frequências - 1 Frequência (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

Item: 3

Código GHC: 9003

Especificação: Serviços de higienização - Área com 2 Frequências - 1 Frequência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

Item: 4

Código GHC: 9004

Especificação: Área com 3 Frequências - 1 Manhã e 1 Tarde (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

Item: 5

Código GHC: 9005

Especificação: Área com 3 Frequências - 1 Frequência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

**O ITEM ABAIXO NÃO FARÁ PARTE DA DISPUTA, UMA VEZ QUE SE TRATA DE MERA RESERVA ORÇAMENTÁRIA, NÃO PASSÍVEL DE REDUÇÃO POR LANCES.**

Item: 6

Código GHC: 9006

Especificação: Reserva orçamentária - Horas eventuais servente - 24h/mês

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

**O ITEM ABAIXO NÃO FARÁ PARTE DA DISPUTA, UMA VEZ QUE SE TRATA DE MERA RESERVA ORÇAMENTÁRIA, NÃO PASSÍVEL DE REDUÇÃO POR LANCES.**

Item: 7

Código GHC: 9007

Especificação: Reserva orçamentária - Supervisor - 16h/mês

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

Item: 8

Código GHC: 9008

Especificação: Serviços de jardinagem - Posto de trabalho (200h/mês) - Jardineiro

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

**O ITEM ABAIXO NÃO FARÁ PARTE DA DISPUTA, UMA VEZ QUE SE TRATA DE MERA RESERVA ORÇAMENTÁRIA, NÃO PASSÍVEL DE REDUÇÃO POR LANCES.**

Item: 9

Código GHC: 9009

Especificação: Reserva orçamentária -serviços eventuais jardinagem

Unidade: UNIDADE

-Quantidade Hosp. Reg. P.S. Pelotasmensal: 1 -> Total Contrato: 12 mes(es)=12

-Quantidade Total: 12

---

ANEXO I – A DO EDITAL  
(TERMO DE REFERÊNCIA)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Área demandante:** Gerência de Projetos Estratégicos Nacionais (GPEN)

**Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência (TR):** Leonardo Bichinho Stefanuto, Ana Lúcia Santos.

**Gerente Responsável:** Leonardo Bichinho Stefanuto

**Gerência demandante:** Gerência de Projetos Estratégicos Nacionais (GPEN)

**Natureza da Demanda:** Contratação de serviços – pessoal terceirizado

**1. OBJETO**

1.1. Prestação de serviço de:

1.2. Higienização e desinfecção hospitalar, com manejo de resíduos e fornecimento de equipamentos, para as áreas ambulatoriais e administrativas do HRPS de Pelotas; pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite legal.

1.3. Jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, insumos e mudas, com o recolhimento e descarte dos resíduos em local apropriado, para as áreas verdes e para os solos naturais localizados no Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas (HRPS), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite legal.

1.4. Estimativa das metragens para contratação de postos de higienização por tipo de área:

TIPO DE ÁREA	ANDAR	SERVIÇO	Não Crítica	Semi Crítica	Crítica	Banheiro	Vidros	METRAGEM TOTAL	HORÁRIO DE FUNC.	DIAS FUNC.	FREQ.	ÁREA LIMPA POR DIA	PROD. IN 05/2017	Produtividade e readequada (MÍNIMA)	Produtividade e readequada (MÁXIMA)	
ÁREAS EXTERNAS (12H)	TÉRREO	ACESSOS E PÁTIOS	6840	0	0	0	0	6.840	12H	Seg. a Sex.	1	6840	1800	2700	1800	2700
ÁREAS INTERNAS (24H)	TÉRREO	ÁREAS CIRCULAÇÃO/ESCADAS/ELEVA DORESSOLARIO/DIVERSAS	2.050,10	0,00	0,00	0,00	0,00	2.050	24H	Seg. a Dom.	1	2.050,10	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	TÉRREO	DIVERSOS	0	0	1.395,65	0	0	1.396	24H	Seg. a Dom.	3	4186,95	360	450	360	450
ÁREAS ATENDIMENTO (24H)	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0	0	0	0	459	24H	Seg. a Dom.	2	918,6	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	ENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRI	0	0	428,2	0	0	428,2	24H	Seg. a Dom.	3	1284,6	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	CME	0	0	150,76	0	0	150,76	24H	Seg. a Dom.	2	301,52	360	450	360	450
ÁREAS APOIO (24H)	2º PAV	DIVERSOS	341,71	0	0	0	0	342	24H	Seg. a Dom.	1	341,71	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	2º PAV	UTI	0,00	0,00	633,29	0,00	0,00	633	24H	Seg. a Dom.	3	1.899,87	360	450	360	450
ÁREAS APOIO (24H)	3º PAV	APOIO	15,58	0	0	0	0	16	24H	Seg. a Dom.	1	15,58	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	3º PAV	INTERNAÇÃO	0,00	0,00	3.227,46	0,00	0,00	3.227	24H	Seg. a Dom.	2	6.454,92	360	450	360	450
ÁREAS APOIO (24H)	4º PAV	DIVERSOS	95,27	0	0	0	0	95	24H	Seg. a Dom.	1	95,27	360	450	360	450
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	4º PAV	INTERNAÇÃO	0,00	0,00	519,14	0,00	0,00	519	24H	Seg. a Dom.	2	1.038,28	360	450	360	450
VIDROS	TODOS ANDARES	ESQUADRIAS	0	0	0	0	610	610	24H	Seg. a Dom.	1	610	300	380	300	380
RESÍDUOS (24H)	ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	0,00	0,00	87,44	0,00	0,00	87	24H	Seg. a Dom.	2	174,88	360	450	360	450
ÁREAS DE APOIO (24H)	PAV. TÉCNICO	ÁREAS TÉCNICAS	325,38	0,00	0,00	0,00	0,00	325	24H	Seg. a Dom.	1	325,38	360	440	360	440
ÁREAS DE APOIO (24H)	ANEXOS	ANEXOS	123,17	0,00	0,00	0,00	0,00	123	24H	Seg. a Dom.	1	123,17	360	440	360	440
BANHEIROS (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	0,00	0,00	0,00	218,78	0,00	219	24H	Seg. a Dom.	2	437,56	200	300	200	300
BANHEIROS (CRÍTICOS) (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	0	0	0	452,4	0	452	24H	Seg. a Dom.	3	1.357,20	200	300	200	300
SUPERVISÃO (24H)	TODOS ANDARES	SUPERVISÃO	-	-	-	-	-	-	24H	Seg. a Dom.	3	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>10.250,51</b>	<b>0,00</b>	<b>6.441,94</b>	<b>671,18</b>	<b>610,00</b>	<b>17.302,45</b>				<b>28.455,59</b>				

1.5. Quadro demonstrativo de postos de jardinagem:

1.5.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, insumos e mudas, com o recolhimento e descarte dos resíduos em local apropriado, para as áreas verdes e para os solos naturais localizados no Hospital;

1.5.2. O objeto da contratação está subdivido em dois grupos, conforme dimensionamento da demanda apresentado no decorrer deste termo de referência, os quais se referem: aos serviços continuados, que deverão ser executados regularmente e remunerados mediante valor fixo e aos insumos e materiais necessários à realização das atividades, os quais serão fornecidos mediante aprovação da contratante e remunerados mediante efetivo fornecimento:

**VALORES GRUPO I- MÃO DE OBRA:**

Posto	Qtde. mensal	Composição do Item	Unidade de medida
Posto de trabalho (200h/mês) - Jardineiro Jornada: Segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.	1	Serviços de Corte, retirada de inço, oxigenação e limpeza de canteiros, podas, rega, plantio de grama, plantio de mudas, replantio, etc.	Unidade valor mensal

**VALORES GRUPO II – INSUMOS: QUADRO EXEMPLIFICATIVO DE INSUMOS OS QUAIS SERÃO PAGOS SOB DEMANDA, CONFORME A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE.**

Valores poderão ou não ser utilizados no mês.

VALORES SOB DEMANDA, NÃO SERÃO FIXOS, DEVENDO SER UTILIZADOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE		
UNIDADE	TETO MENSAL	TETO ANUAL
HRPS	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

1.22. A carga horária contratual de referência será de 200 (duzentas) horas mensais. Excepcionalmente, nos casos em que o Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa aplicável à categoria profissional dos trabalhadores terceirizados estabeleça expressamente uma jornada reduzida, a carga horária e a respectiva remuneração deverão observar o disposto no referido instrumento coletivo, constituindo encargo trabalhista ordinário da empresa contratada.

**2. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E JARDINAGEM:**

2.1. O Grupo Hospitalar Conceição inaugurará no mês de junho de 2026 o Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas (HRPS), o qual se constitui como uma nova unidade assistencial estratégica para a Rede de Atenção às Urgências e Emergências da região sul do estado. Projetado para substituir o atual Pronto Socorro do município, visando ampliar a capacidade instalada e qualificar o atendimento às demandas de urgência e emergência em âmbito regional. Tal iniciativa busca mitigar o cenário de superlotação que impacta a assistência aos usuários, considerando que atualmente se apresentam limitações no acesso, na qualidade e na resolutividade dos atendimentos aos usuários, uma vez que o

serviço não dispõe de estrutura suficiente para atender a população referenciada. Nesse contexto, o HRPS será estruturado para fortalecer a organização regional da atenção às urgências e emergências, ampliando a oferta assistencial e contribuindo para a melhoria do atendimento à população da região sul, em articulação com os demais pontos da rede de saúde;

2.1.1. O ambiente dos serviços de saúde é importante reservatório de diversos microrganismos que podem causar infecções e representar riscos à segurança dos pacientes e profissionais. Sendo assim, o uso de técnicas corretas no processo de limpeza e desinfecção de superfícies e o manejo adequado dos resíduos é a melhor forma de reduzir o número de microrganismos e evitar a disseminação nos locais de assistência à saúde (ANVISA, 2012);

2.2. Há a necessidade de contratação do serviço para conservação e para a manutenção das áreas verdes, bem como para garantir a segurança, a higiene e a saúde do público em geral, dos pacientes, familiares, trabalhadores, fornecedores e terceirizados que transitam nas áreas externas, internas e adjacentes às unidades demandantes;

2.2.1. Com o não atendimento desse serviço poderá ocorrer o crescimento exagerado da grama, de inço e de arbustos em geral, acúmulo de folhas oriundos das árvores e arbustos, tendo como consequência o surgimento de insetos e de sujidades, risco de acidente e a atração de pragas e vetores (tais como pombos e outras aves);

2.3. As áreas abrangidas por este Termo de Referência não possuem no quadro de recursos humanos de suas Gerências e Setores, profissionais contratados pelo GHC para desempenhar tais atividades.

### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO:**

3.1. Prestação de serviços de Higienização e Desinfecção Hospitalar, com manejo de resíduos, das áreas internas e externas (internação, exames, ambulatórios e de apoio) do HRPS ;

3.2. Os serviços serão prestados de forma contínua e com regime de mão de obra exclusiva;

3.3. Os postos de trabalho deverão observar os horários de funcionamento das unidades a que se referem, de modo que deverão possuir higienização 24 horas por dia e 7(sete) dias por semana, exceto as áreas externas, as quais deverão ser higienizadas das 7h às 19 h, de segunda à sexta ;

3.4. Serão ainda reservadas **horas eventuais em lote adicional** da contratação, com fulcro a realização de serviços não rotineiros, tais como, mutirão de atendimentos nos finais de semana ou limpezas terminais específicas fora de horário de funcionamento;

3.4.1. A contratante indicará previamente à contratada, sempre que necessário, a quantidade de trabalhadores adequada e o quantitativo de horas para cobertura da demanda eventual;

3.4.2. As horas eventuais ou extraordinárias serão pagas por valor hora de servente e valor hora de supervisor, conforme necessidade do serviço;

3.4.3. Deverão ser reservadas **mensalmente 24 (vinte e quatro) horas eventuais** para higienizadores e 16 (dezesseis) horas eventuais para supervisores;

3.4.4. As horas eventuais somente serão utilizadas caso haja necessidade excepcional que as justifique, portanto, somente poderão ser cobradas mediante serviço executado e em conformidade ao requerido pela contratante;

3.4.5. As horas eventuais poderão ser utilizadas de forma única ou em parcelas, de acordo com a necessidade da contratante;

3.5. A prestação dos serviços deverá ocorrer em pleno acordo e observância ao **Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies para o Serviço de Higienização** do Grupo Hospitalar Conceição e suas eventuais atualizações;

3.6. Deverá ainda observar plenamente o Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, excetuados os eventuais aspectos onde haja divergência entre os documentos, situações nas quais deverá ser observado o Manual do GHC, dado seu caráter específico para o serviço de interesse.

3.7. Os serviços serão prestados pelos serventes (higienizadores), cuja força de trabalho deverá ser organizada e gerenciada por intermédio dos supervisores;

3.8. As atribuições dos serventes e supervisores seguem detalhadas nos itens subsequentes deste documento;

3.9. Os postos de trabalho deverão atender às metragens, horários, dias e horários de funcionamento, frequência e produtividade aproximada descritos no quadro de estimativas de metragens;

3.9.1. A CONTRATADA deverá definir os intervalos de repouso e alimentação dos empregados terceirizados de acordo com o exigido pelos artigos 71, 611-A e Inciso XVII do 611-B da Consolidação das Leis Trabalhistas / CLT.

3.9.2. Os intervalos para descanso e alimentação (intraornadas) deverão ser usufruídos pelos empregados da CONTRATADA. Não haverá substituto para renição/cobertura dos mesmos;

3.9.3. Todos os intervalos intraornada e interornada previstos na legislação deverão ser gozados pelos funcionários da CONTRATADA e deverão ser registrados diariamente com o horário efetivamente realizado pelo funcionário, não sendo aceito registros conhecidos como "ponto britânico".

3.10. Será concedido e respeitado o tempo de 01h (uma hora) de intervalo diário, a combinar com a equipe de trabalho. Para a equipe de trabalho o horário de intervalo intraornada deverá ser intercalado, de forma que sempre esteja (**NO MINIMO A METADA DA EQUIPE DO TURNO**) à disposição para atendimento de chamados e de acordo com a aprovação da FISCALIZAÇÃO contratual. Os intervalos dos serventes devem ser distribuídos, a fim de que seja mantida a cobertura mínima de todas as áreas durante todo turno de funcionamento;

3.10.1. Não há necessidade de disponibilização de trabalhadores adicionais para cobertura de intervalos regulares;

3.11. Na elaboração da proposta a licitante deverá respeitar a produtividade mínima conforme Instrução Normativa 05/2017 e aspectos previstos neste termo de referência e em seus anexos.

3.12. Complementam o presente termo de referência os seguintes documentos:

3.12.1. Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies para o Serviço de Higienização do Grupo Hospitalar Conceição e suas eventuais atualizações;

3.12.2. Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

3.13. A CONTRATADA deve se atentar aos dias e horários de funcionamento previstos para cada um dos postos;

3.13.1. Deverá garantir especial atenção ao fato de que os postos relativos às áreas de funcionamento ininterrupto (24 horas com cobertura de postos sugerida em 12x36), deverão funcionar normalmente aos sábados, domingos e feriados, sem incidência de horas adicionais ou eventuais para tal;

3.14. A distribuição de características de áreas, metragens, frequências, horário de funcionamento e produtividade, consta resumida no quadro abaixo:

TIPO DE ÁREA	ANDAR	SERVIÇO	Não Crítica	Semi Crítica	Crítica	Banheiro	Vidros	METRAGEM TOTAL
ÁREAS EXTERNAS (12H)	TÉRREO	ACESSOS E PÁTIOS	6840	0	0	0	0	<b>6.840</b>
ÁREAS INTERNAS (24H)	TÉRREO	ÁREAS CIRCULAÇÃO/ESCADAS/ELEVA DORESSOLARIO/DIVERSAS	2.050,10	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>2.050</b>
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	TÉRREO	DIVERSAS	0	0	1.395,65	0	0	<b>1.396</b>
ÁREAS ATENDIMENTO (24H)	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0	0	0	0	<b>459</b>
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	CENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	0	0	428,2	0	0	428,2
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	CME	0	0	150,76	0	0	150,76
ÁREAS APOIO (24H)	2º PAV	DIVERSOS	341,71	0	0	0	0	<b>342</b>
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	2º PAV	UTI	0,00	0,00	633,29	0,00	0,00	<b>633</b>
ÁREAS APOIO (24H)	3º PAV	APOIO	15,58	0	0	0	0	<b>16</b>
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	3º PAV	INTERNAÇÃO	0,00	0,00	3.227,46	0,00	0,00	<b>3.227</b>
ÁREAS APOIO (24H)	4º PAV	DIVERSOS	95,27	0	0	0	0	<b>95</b>
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	4º PAV	INTERNAÇÃO	0,00	0,00	519,14	0,00	0,00	<b>519</b>
VIDROS	TODOS ANDARES	ESQUADRIAS	0	0	0	0	610	<b>610</b>
RESÍDUOS (24H)	ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	0,00	0,00	87,44	0,00	0,00	<b>87</b>
ÁREAS DE APOIO (24H)	PAV. TÉCNICO	ÁREAS TÉCNICAS	325,38	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>325</b>
ÁREAS DE APOIO (24H)	ANEXOS	ANEXOS	123,17	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>123</b>
BANHEIROS (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	0,00	0,00	0,00	218,78	0,00	<b>219</b>
BANHEIROS (CRÍTICOS) (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	0	0	0	452,4	0	<b>452</b>
SUPERVISÃO (24H)	TODOS ANDARES	SUPERVISÃO	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>10.250,51</b>	<b>0,00</b>	<b>6.441,94</b>	<b>671,18</b>	<b>610,00</b>	<b>17.302,45</b>

TIPO DE ÁREA	ANDAR	SERVIÇO	METRAGEM TOTAL	HORÁRIO DE FUNC.	DIAS FUNC.	FREQ.	ÁREA LIMPA POR DIA
ÁREAS EXTERNAS (12H)	TÉRREO	ACESSOS E PÁTIOS	<b>6.840</b>	12H	Seg. a Sex.	1	6840
ÁREAS INTERNAS (24H)	TÉRREO	ÁREAS CIRCULAÇÃO/ESCADAS/ELEVA DORESSOLARIO/DIVERSAS	<b>2.050</b>	24H	Seg. a Dom.	1	2.050,10
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	TÉRREO	DIVERSAS	<b>1.396</b>	24H	Seg. a Dom.	3	4186,95
ÁREAS ATENDIMENTO (24H)	1º PAV	DIVERSOS	<b>459</b>	24H	Seg. a Dom.	2	918,6
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	ENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	428,2	24H	Seg. a Dom.	3	1284,6
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	1º PAV	CME	150,76	24H	Seg. a Dom.	2	301,52
ÁREAS APOIO (24H)	2º PAV	DIVERSOS	<b>342</b>	24H	Seg. a Dom.	1	341,71
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	2º PAV	UTI	<b>633</b>	24H	Seg. a Dom.	3	1.899,87
ÁREAS APOIO (24H)	3º PAV	APOIO	<b>16</b>	24H	Seg. a Dom.	1	15,58
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	3º PAV	INTERNAÇÃO	<b>3.227</b>	24H	Seg. a Dom.	2	6.454,92
ÁREAS APOIO (24H)	4º PAV	DIVERSOS	<b>95</b>	24H	Seg. a Dom.	1	95,27
ÁREAS CRÍTICAS (24H)	4º PAV	INTERNAÇÃO	<b>519</b>	24H	Seg. a Dom.	2	1.038,28
VIDROS	TODOS ANDARES	ESQUADRIAS	<b>610</b>	24H	Seg. a Dom.	1	610
RESÍDUOS (24H)	ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	<b>87</b>	24H	Seg. a Dom.	2	174,88
ÁREAS DE APOIO (24H)	PAV. TÉCNICO	ÁREAS TÉCNICAS	<b>325</b>	24H	Seg. a Dom.	1	325,38
ÁREAS DE APOIO (24H)	ANEXOS	ANEXOS	<b>123</b>	24H	Seg. a Dom.	1	123,17
BANHEIROS (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	<b>219</b>	24H	Seg. a Dom.	2	437,56
BANHEIROS (CRÍTICOS) (24H)	DIVERSOS	BANHEIROS	<b>452</b>	24H	Seg. a Dom.	3	1.357,20
SUPERVISÃO (24H)	TODOS ANDARES	SUPERVISÃO	-	24H	Seg. a Dom.	3	-
<b>TOTAL</b>			<b>17.302,45</b>				<b>28.455,59</b>

#### 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE JARDINAGEM:

No quadro abaixo segue as quantidades estimadas, em metros quadrados das áreas onde serão prestados os serviços de jardinagem:

<b>Serviço</b>	<b>Varrição Sopro</b>	<b>Frequência Mensal</b>	<b>Corte Grama</b>	<b>Frequência Mensal</b>	<b>Retirada Inço Poda</b>	<b>Frequência Mensal</b>	<b>Rega</b>	<b>Frequência Mensal</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL POR UNIDADE</b>
<b>Unidade</b>	<b>(m²)</b>	<b>Mínima</b>	<b>(m²)</b>	<b>Mínima</b>	<b>(m²)</b>	<b>Mínima</b>	<b>(m²)</b>	<b>Mínima</b>	
Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas (HRPS)	1.600	4	1.600	1	1.650	4	1.650	4	6.500

- 4.1. A empresa contratada deverá efetuar, juntamente com a fiscalização do contrato, o gerenciamento das demandas de jardinagem, identificando as estratégias mais adequadas de corte, rega, plantio, oxigenação, substituição de plantas e pintura;
- 4.2. O cronograma das atividades a serem desenvolvidas em cada local será montado pela CONTRATANTE e fornecido à CONTRATADA;
- 4.3. Poderão ser elaborados cronogramas quinzenais, mensais ou trimestrais, conforme conveniência e acordo entre as partes;
- 4.4. Para o planejamento das atividades no decorrer do contrato, a contratada deverá preferencialmente utilizar planilha padronizada e acordada junto ao contratante, a qual deverá ser fornecida regularmente de forma impressa;
- 4.5. Configuram-se como principais atividades pertinentes a execução dos serviços, as seguintes:
  - 4.5.1. Corte Mecanizado: o corte mecanizado de grama, arbustos, capins e correlatos deverá ser realizado por profissional devidamente treinado e observando o uso correto de equipamentos de proteção individual (EPIs), deverá ainda ser utilizada tela protetora ou equipamento correlato para evitar a projeção de resíduos e ou objetos nos casos aplicáveis;
  - 4.5.2. Ao final da execução do procedimento de corte mecanizado, deverá a CONTRATADA entregar a área dos serviços completamente limpa, ou seja, sem resíduos de folhas, gramas, etc.;
  - 4.5.3. Deverão ser retirados no mesmo dia os resíduos e eventuais entulhos, os quais deverão ser acondicionados em recipientes apropriados e destinando-os de forma ambientalmente correta;
- 4.6. Retirada de Inço: A retirada e o controle dos inço (mediante aplicação de produtos apropriados) deverão ser realizados nas áreas calçadas e de paralelepípedos (ou similares), nos pisos junto às laterais dos prédios e dos meios-fios;
- 4.7. Oxigenação, Limpeza de Canteiros, de Floreiras e Podas: A oxigenação, limpeza de canteiros, de floreiras, e podas devem ser realizadas mediante atividades como: a remoção de plantas mortas e doentes; a retirada de ervas daninha, de galhos caídos e de folhas secas; o afobar e adubar do solo quando necessário; a poda de galhos, de arbustos e de plantas promovendo o controle de seu crescimento;

- 4.8. Rega: A rega deve ser realizada com equipamento próprio da CONTRATADA (regadores, mangueiras, irrigadores, etc.), nos canteiros, vasos e floreiras;
- 4.9. Pintura de Floreiras e Vasos com tinta plástica: A pintura de floreiras e vasos deve ser realizada com o uso de tinta plástica apropriada. A cobertura da área pintada deve ser completa, livre de falhas e sem resíduos e marcas na área adjacente, se eventualmente ocorrerem danos, estes deverão ser sanados de imediato quando possível, ou em prazo a ser combinado com o Fiscal quando mais complexos. Todos os materiais e mão de obra necessária devem ser fornecidos pela CONTRATADA. O serviço deve ser pontabilizado por unidade pintada
- 4.10. Pintura de Meios-Fios e Canteiros com tinta acrílica à base de água (de demarcação ou sinalização): A pintura de meios-fios, canteiros e calçadas deve ser realizada com o uso de tinta acrílica à base de água apropriada, preferencialmente as versões não tóxicas ou com baixo/zero COV (Compostos Orgânicos Voláteis). A cobertura da área pintada deve ser completa, livre de falhas e sem resíduos e marcas na área adjacente, se eventualmente ocorrerem danos, estes deverão ser sanados de imediato quando possível, ou em prazo a ser combinado com o Fiscal quando mais complexos;
- 4.11. Plantio de Grama: O plantio de grama deve ser realizado em quantidade e nas áreas sugeridas pela Contratada e aprovadas pela CONTRATANTE. A contratada deverá prever a quantidade necessária para realização da atividade. A estimativa de plantio de grama deverá ser apresentada em termos de metros quadrados a serem cobertos, bem como, na forma do número de leivas a ser utilizado;
- 4.12. Plantio de Mudanças, Flores e Folhagens: O plantio, replantio e trocas de locais no solo, de flores e folhagens já existentes, ou fornecidas pela CONTRATANTE, devem ser realizados em quantidade e nas áreas previamente propostas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE os insumos, quando necessários, deverão ser aprovados pela CONTRATANTE;
- 4.13. Fornecimento de Mudanças e demais Insumos: As mudanças novas, leivas de gramas e os insumos como terra preta e substratos compõem o terceiro grupo de itens desse contrato e deverão ser adquiridos mediante emissão de Autorização de Fornecimento de Material (AFM), a qual será realizada pela CONTRATANTE após aprovação de planejamento de trabalho, que pode ser proposto e encaminhado pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;
- 4.14. A CONTRATADA deverá sempre efetuar a limpeza completa das áreas após a execução de quaisquer serviços, bem como das áreas adjacentes, não deixando nenhum vestígio e responsabilizando-se pela remoção dos entulhos no mesmo dia, acondicionando-os em recipientes específicos e destinando-os a locais apropriados;

- 4.14.1. Deve certificar-se de que os resíduos que ultrapassarem a sua capacidade de transporte devem ser acondicionados de maneira a não espalharem-se nas áreas de circulação até o retorno da CONTRATADA para a completa remoção;
  - 4.14.2. A CONTRATANTE, a qualquer tempo poderá, requerer a revisão do planejamento das atividades em decorrência de fatos novos que possam atrapalhar a execução inicialmente pactuada;
  - 4.14.3. A CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme cronograma aprovado no planejamento, executando todas as funções necessárias para a limpeza, conservação e embelezamento das áreas verdes da CONTRATANTE;
  - 4.14.4. A CONTRATADA deverá dar destinação final ambientalmente adequada aos resíduos remanescentes atendendo integralmente à Política Nacional de Resíduos Sólidos(PNRS);
- 4.15. Das atribuições do Jardineiro:
- 4.15.1. Executar trabalho de jardinagem conforme o planejamento realizado, executando todas as atividades pertinentes para a boa prestação os serviços, compreendendo, dentre outros, os seguintes aspectos:
    - 4.15.1.1. Coletar os resíduos, depositando-os em local adequado;
    - 4.15.1.2. Realizar a limpeza e pintura com tinta adequada das áreas indicadas e conforme planejamento
    - 4.15.1.3. Retirar os coletores de resíduos;
    - 4.15.1.4. Auxiliar na remoção/ e ou organização de móveis, materiais e equipamentos, relacionados aos serviços prestados de jardinagem;
    - 4.15.1.5. Limpar e organizar materiais e equipamentos;
    - 4.15.1.6. Auxiliar no controle e organização de materiais e equipamentos, comunicando danos ou extravios;
    - 4.15.1.7. Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apenas para a finalidade a que se destinam, responsabilizando-se pela guarda e conservação;
    - 4.15.1.8. Informar ao supervisor quando encontrar algum bem estragado;
    - 4.15.1.9. O terreno (jardim, pátio e calçada) deve ser varrido e organizado sempre após o trabalho;
  - 4.15.2. DINÂMICA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 4.15.2.1. Os planejamentos feitos entre as partes poderão ser quinzenais, mensais ou trimestrais, desde que previamente acordados entre elas;
- 4.15.2.2. Nos casos onde há previsão de atividade cuja execução depende de boas condições climáticas e houver alteração das condições, a contratada deverá sinalizar à contratante, a alteração do planejamento, devendo, preferencialmente, substituir as atividades por outras passíveis de execução nas condições que não eram esperadas;
- 4.15.2.3. Em dias de chuva onde não for possível a realização de atividades de corte de grama e outras que dependem de boas condições, em havendo planejamento para execução dessas atividades, a CONTRATADA deverá sinalizar a postergação da execução, substituindo por atividades compatíveis ao clima no dia;
- 4.15.2.4. Em dias de chuva a contratada poderá, dentre outras possibilidades, executar atividades nas áreas cobertas tais como o cuidado em vasos, floreiras internas e varreção das áreas;
- 4.15.2.5. A CAFC responsável pelo Contrato poderá, a qualquer tempo, acionar o preposto da empresa para tratar de assuntos relativos ao planejamento e a execução do contrato;

#### 4.15.3. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

- 4.15.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra, EPIs, equipamentos, combustível, transporte, materiais, ferramentas e utensílios necessários e adequados à perfeita execução dos serviços, tais como: pás, enxadas, escadas, tesouras de jardim, roçadeira à gasolina e a óleo, máquina de cortar grama, telas protetoras, vassouras, vassoura de grama, redes de proteção, baldes, rastelo, sacos para resíduos, mangueiras, acessórios para rega, cabos de extensão (cabo PP 2 x 2,5mm), lavajatos, sopradores, lixeiras com rodas, materiais para pintura (pincel, brocha, rolo, trincha), carrinhos de mão, carrinho para carga, aparador elétrico, cavadeira, facão, foice, serrote, pulverizador, etc. Os custos relativos aos materiais descritos acima devem compor os custos indiretos das planilhas de custo já que serão de propriedade da CONTRATADA;
- 4.15.3.2. A CONTRATADA é a única responsável pela guarda, manutenção, fornecimento e transporte desses materiais, ferramentas e equipamentos sempre que necessários;
- 4.15.3.3. Os recipientes utilizados para armazenar combustível devem ser rígidos, fabricados com material que permita a sua reutilização, devidamente certificados pelo Inmetro e fabricados para este fim, com capacidade máxima para 20 litros (ABNT NBR 7.500).

- 4.15.3.4. A CONTRATADA deverá verificar in loco os pontos de água e luz disponíveis em cada localização e imóvel, para assim planejar a execução de suas atividades que demandem os recursos mencionados (metragem de cabos, mangueiras, voltagem 220V ou 110V, etc).
- 4.15.3.5. A CONTRATADA deverá fornecer as mudas de flores, de plantas, de arbustos, de gramíneas, leivas de gramas, adubos, terra preta e substratos, conforme aprovação da CONTRATANTE ao planejamento enviado ( valor fixo a ser contratado sob demanda conforme solicitação do gestor do contrato);
- 4.15.3.6. Os Uniformes devem possuir logotipo da empresa CONTRATADA, serem adequados às funções a serem executados pelos empregados (Jardineiros ) e adequados ao tamanho do trabalhador.
- 4.15.3.7. É obrigação da CONTRATADA fornecer e realizar a reposição imediata de todos os Uniformes, Calçados e EPIs necessários à boa execução dos serviços;
- 4.15.3.8. Atividade de corte de grama deverá ter o uso dos seguintes EPCs: • Cones; • Fita zebra para isolamento; • Placas de aviso ao público;
- 4.15.3.9. EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva): para as atividades de corte de grama, a CONTRATADA deverá fornecer Tela Protetora( preferencialmente com rodinhas para dispensar a necessidade de mais dois jardineiros para segurar), que deverá ser posicionada adequadamente, visando evitar a projeção de resíduos. Conforme o andamento dos trabalhos a tela protetora deverá ser movimentada pelos empregados da CONTRATADA.
- 4.15.3.10. Os referidos EPCs deverão ser cotados junto com as despesas indiretas da planilha de custo.
- 4.15.3.11. No uso de produtos químicos, antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) do produto para a Segurança do Trabalho correspondente da Unidade onde serão utilizados;
- 4.15.3.12. Todos os frascos de produtos químicos devem estar acondicionados em sua embalagem original, com exceção da gasolina, que deverá ser utilizado frasco padrão fornecido nos postos de abastecimento. Todas as embalagens devem estar devidamente identificadas com rótulo. Não é permitido o uso de garrafas tipo Pet para armazenar produtos químicos.

## **5. DO PAGAMENTO:**

- 5.1. O pagamento pela prestação dos serviços ocorrerá MENSALMENTE mediante o ateste de nota fiscal pelo Gestor do Contrato em decorrência dos serviços prestados;
- 5.2. O pagamento das mudas, plantas, etc, somente se dará após aprovação do orçamento prévio e realização do serviço pela CAFC, levando-se em consideração a relação dos itens deste Termo de Referência. Para fins de previsão orçamentária, será destinada para este contrato uma verba máxima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais para o fornecimento destes materiais;
- 5.3. Quando verificada a necessidade de aquisição do(s) produto(s), a CONTRATANTE enviará pedido de orçamento à CONTRATADA e esta deverá encaminhar os valores prévios à CAFC (Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato). Esse orçamento, então, estará sujeito à aprovação para posterior aquisição do(s) produto(s);
- 5.4. O valor é previsto e estimado e poderá vir a não ser utilizado, caso não seja de interesse do GHC ou necessário;
- 5.5. A CONTRATADA deverá encaminhar o orçamento, quando solicitado, em um prazo máximo de 3 dias úteis, via sistema de gestão próprio do GHC (Grupo Hospitalar Conceição)
- 5.6. O pagamento somente será realizado após a avaliação do objeto contratado pela Comissão de Acompanhamento de Fiscalização Contratual (CAFC), que observará aspectos sobre a quantidade e a qualidade do serviço executado, os caracterizando em relatório formal;
- 5.7. Inexistindo irregularidade nos serviços, o Gestor da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato (CAFC) emitirá parecer positivo (ou equivalente) da Nota Fiscal, para o devido pagamento dos serviços;
- 5.8. A CONTRATADA deverá entregar as Notas Fiscais/faturas através do sistema Zeev (Workflow) dentro dos prazos e condições estabelecidas no edital.
- 5.9. Os documentos de cobrança deverão ser emitidos da seguinte forma:
- 5.10. **Nota Fiscal de Serviços:** Que terá os valores fixos de serviços, será emitida sem a necessidade de constar AFM, através do sistema Zeev(Workflow);
- 5.11. **Nota Fiscal dos Insumos:** Que somente será emitida com a relação de todos os insumos(containers, mudas, etc) os insumos utilizados no mês, será emitida com a necessidade de constar o número da AFM a ser informada pela CONTRATANTE através do sistema Zeev(Workflow);
- 5.12. A Contratante não receberá notas ou faturas de terceiros, que não a contratada, para pagamento, bem como, não efetuará o pagamento de insumos e serviços antes do efetivo recebimento dos mesmos.

## **6. ATRIBUIÇÕES DOS HIGIENIZADORES**

- 6.1. Executar as atribuições de limpeza e desinfecção hospitalar de acordo com as técnicas e procedimentos previstos no âmbito do Manual de Limpeza e Desinfecção de Superfícies para o Serviço de Higienização;
- 6.2. Executar os trabalhos de limpeza e desinfecção, passando pano, lavando, escovando, maquinando, encerando, conforme técnica, as dependências, móveis e instalações, para manter as condições de higiene, conservação e ambiência;

- 6.3. Remover o pó dos móveis, equipamentos e acessórios, limpando com pano úmido ou correlato adequado para conservar a limpeza e aparência;
- 6.4. Limpar escadas, paredes, tetos, pisos, instalações sanitárias, expurgos, bebedouros, azulejos, portas, janelas, venezianas e persianas, lavando, escovando e encerando, conforme necessidade e aplicabilidade, para retirada de poeira, detritos e sujidades;
- 6.5. Coletar os resíduos, depositando-os em local adequado;
- 6.6. Limpar e conservar os coletores de resíduos;
- 6.7. Abastecer quartos, enfermarias, salas, corredores e banheiros com papel higiênico, papel toalha, álcool espuma e sabonete líquido, de acordo com as necessidades de cada um dos ambientes.
- 6.8. Auxiliar na remoção e organização de móveis, materiais e equipamentos quando necessário.
- 6.9. Limpar e organizar materiais e equipamentos de limpeza, comunicando danos ou extravios quando de sua ocorrência;
- 6.10. Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) sempre que se fizerem recomendados para a execução da atividade;
- 6.11. Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apenas para a finalidade a que se destinam, responsabilizando-se pela guarda e conservação destes materiais.
- 6.12. Avisar a supervisora sempre que se deparar com algum bem danificado ou com problemas de funcionamento, fundamentalmente quando se tratarem de bens atrelados a sua lida diária como dispensadores, lixeiras, carros de higienização, etc.
- 6.13. Promover a limpeza das áreas internas e externas ,aplicando as técnicas e o rigor mais adequados para cada tipo de unidade e necessidade.

## **7. ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR DE HIGIENIZAÇÃO**

- 7.1. Dirigir e controlar a equipe visando o pleno cumprimento dos objetivos contratuais, prezando pela plena observância dos manuais de Limpeza e Desinfecção de Superfícies para os Serviços de Higienização referidos anteriormente;
- 7.2. Supervisionar as atividades de limpeza e/ou desinfecção a fim de conferir se a técnica empregada está correta e adequada;
- 7.3. Supervisionar a frequências das atividades de higienização das áreas sob sua supervisão conforme cronograma das áreas;
- 7.4. Realizar o check list das atividades desenvolvidas pelo auxiliar de higienização por amostragem, conforme acordado com a Comissão de Infecção Hospitalar (CIH);
- 7.5. Supervisionar o abastecimento de sabonete líquido, papel toalha e álcool gel;
- 7.6. Supervisionar a utilização dos EPI'S do Higienizador, providenciando a troca do mesmo quando necessário;
- 7.7. Supervisionar a organização e a utilização correta dos equipamentos e produtos (diluição, rotulagem, etc);
- 7.8. Supervisionar a higienização dos materiais de trabalho como panos, baldes, rodos, luvas e carrinho.
- 7.9. Deverá efetuar o Controle funcional ao final do turno;
- 7.10. Receber e encaminhar demandas de equipamentos que necessitam de consertos;
- 7.11. Receber e encaminhar os panos de higienização e demais enxovais relacionados ao processo para lavagem;

## **8. DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELA HIGIENIZAÇÃO**

8.1. LIMPEZA CONCORRENTE é aquela realizada diariamente na presença do paciente. Consiste na limpeza do mobiliário da unidade, banheiro e piso e a reposição do material de higiene e recolhimento do lixo.

8.2. LIMPEZA IMEDIATA é realizada sempre que necessário, quando ocorrer sujidade em qualquer hora ou momento do dia, após a limpeza concorrente em áreas críticas ou semicríticas. Essa limpeza limita-se a remoção imediata dessa sujidade e de seu risco de contaminação. Seguindo o regimento do Ministério da Saúde de descontaminação ou desinfecção.

8.3. LIMPEZA DE MANUTENÇÃO esta limpeza esta deve ser realizada sempre que houver necessidade, restringem-se ao piso, banheiros e retirada de lixo, em locais de grande fluxo de pessoas e de procedimentos.

8.4. LIMPEZA TERMINAL é uma limpeza mais completa, incluem pisos, paredes, mobiliários, vidros, portas, janelas, peitoris, luminárias, teto, etc. a periodicidade da limpeza depende da frequência de sujidade de cada área onde se encontra. Por exemplo, a limpeza terminal da unidade de um paciente deverá ser feita após sua alta, transferência ou óbito. Mas a limpeza terminal das salas cirúrgica é realizada diariamente após as cirurgias eletivas no dia, e os pacientes internados com longa permanência no mesmo leito deverão ser transferidos a cada quinze dias, para a realização de uma limpeza terminal na unidade.

## **9. DA MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO**

9.1. A contratação dos serviços será com base na Área Física a ser higienizada, utilizando-se os parâmetros de **produtividade** demonstrados na planilha demonstrativa das áreas;

9.2. O HRPS possui funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana ;

9.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais Serventes, compreendidos como Auxiliares de Limpeza, conforme CBO 5143-20.

9.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar supervisores de higienização (12X36) para atuarem distribuídos nos turnos de funcionamento das unidades;

9.5. A atividade de supervisão deverá acontecer durante todo o horário de funcionamento das unidades;

9.6. O Supervisor deverá realizar a fiscalização e acompanhamento das atividades executadas pelos Serventes, bem como supervisionar a conduta e postura profissional, acompanhando diariamente os serviços em todos os setores. Em caso de não conformidade, deverá informar ao responsável designado pela CONTRATANTE, tomando as providências pertinentes para que sejam corrigidas as falhas detectadas;

## **10. TAREFAS DE HIGIENE E LIMPEZA**

### **10.1. ÁREA INTERNA**

#### **10.1.1. DIARIAMENTE:**

10.1.1.1. Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, geladeiras, ar condicionados, computadores; extintores de incêndio; bem como demais móveis existentes;

- 10.1.1.2. Proceder à lavagem de assentos e pia dos sanitários com os produtos indicados, em conformidade ao Manual de Técnicas e Rotinas da Higienização do Hospital Conceição, quantas vezes forem necessárias para mantê-los limpos;
- 10.1.1.3. Passar pano úmido, com rodo, para remoção de manchas e detritos aderidos ao piso, no mínimo uma vez ao dia e sempre que necessário, com água e ou detergente com auxílio de espátula, conforme manual de padronização;
- 10.1.1.4. Limpar dispensadores de papel toalha, álcool, sabonete líquido e papel higiênico;
- 10.1.1.5. Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabão líquido, os sanitários, uma vez ao dia e sempre que necessário;
- 10.1.1.6. Limpar maçanetas, espelhos e interruptores de luz;
- 10.1.1.7. Tirar pó dos telefones e demais equipamentos utilizando pano umedecido com álcool a 70%;
- 10.1.1.8. Retirar o lixo, uma vez ao dia, no mínimo, e sempre que solicitado, acondicionando-o em saco plástico e bem vedado, conforme orientação da Comissão de Resíduos Sólidos, para o abrigo externo de resíduos;
- 10.1.1.9. Executar a limpeza úmida dos corredores uma vez ao dia e encerá-los nos dias de higienização terminal mecânica;
- 10.1.1.10. Proceder à coleta seletiva de papel e outros resíduos para reciclagem.
- 10.1.1.11. Retirar mancha das paredes, divisórias, azulejos, portas, vidros e outros;
- 10.1.1.12. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária por solicitação do Setor de Higienização;
- 10.1.1.13. Realizar coleta, transporte e destino final dos resíduos comerciais.
- 10.1.2. SEMANALMENTE:
  - 10.1.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
  - 10.1.2.2. Passar máquina no piso, nas áreas determinadas conforme cronograma;
  - 10.1.2.3. Realizar a limpeza terminal (vidros, azulejos, paredes, pias, espelhos, portas) dos banheiros e áreas a serem determinadas conforme rotina e/ou necessidade das áreas;
  - 10.1.2.4. Retirar pó e resíduos com pano úmido, de quadros, espelhos, molduras e outros;
  - 10.1.2.5. Remover cera e encerrar as áreas que forem necessárias, conforme orientação do Hospital, seguindo a rotina e técnica do serviço;
  - 10.1.2.6. Executar demais tarefas necessárias à frequência semanal, conforme rotinas de acordo com os tipos de áreas conforme manual de padronização e planilha de planejamento, cumprindo todas as orientações e técnicas;
- 10.1.3. QUINZENALMENTE:
  - 10.1.3.1. Realizar as limpezas gerais terminais nos setores de áreas não críticas, conforme manual de padronização.
- 10.1.4. MENSALMENTE:
  - 10.1.4.1. Limpar luminárias, externamente;
  - 10.1.4.2. Limpar placas indicativas, internas;
  - 10.1.4.3. Limpar persianas, forros, paredes e rodapés, portas, janelas e vidros (face interna e externa);

- 10.1.4.4. Limpar vidros externos; limpeza interna de geladeiras, conforme necessidade do setor.
- 10.1.4.5. Proceder à revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês, conforme rotina existente na Unidade;
- 10.1.4.6. Proceder à limpeza terminal geral, de azulejos, divisórios e demais superfícies determinadas pelo Setor de Higienização;
- 10.1.5. SEMESTRALMENTE:
  - 10.1.5.1. Lavar grades, muros, pedras, calçadas e outras partes externas.
- 10.2. **ÁREA EXTERNA:**
  - 10.2.1. O terreno deve ser varrido diariamente;
  - 10.2.2. As calçadas e terreno à frente da instituição devem ser varridos semanalmente;
  - 10.2.3. O produto da varrição deve ser acondicionado em sacos plásticos e depositado nos locais pré-determinados.
  - 10.2.4. Retirar as folhas secas, para evitar aparecimento de insetos;
  - 10.2.5. **ROTINA PARA OS DIAS DE CHUVA:**
    - 10.2.5.1. Realizar higienização de manutenção em todas as entradas a cada duas horas.

## **11. PROCEDIMENTOS E CONDUTAS A SEREM OBSERVADOS PELOS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA**

- 11.1. Portar-se sempre com boas atitudes evitando falar com tom alto, assobiar, usar equipamentos de som ou fones de ouvido;
- 11.2. Manter ética e discrição evitando comentários de qualquer natureza dentro e fora da instituição a respeito de questões internas;
- 11.3. Usar o telefone somente para fins de trabalhos ou comunicações urgentes;
- 11.4. O controle de materiais, equipamentos e produtos fornecidos pelo hospital, são de responsabilidade da empresa contratada, ficando a mesma comprometida por sua limpeza e conservação, bem como sua guarda. O uso deverá ser adequado e controlado.
- 11.5. Todo o equipamento ou material que estragar, deve ser comunicado, imediatamente, à chefia de Higienização ou supervisor responsável para posterior reembolso ao hospital;
- 11.6. Cada funcionário deverá manter os materiais e equipamentos limpos, organizados e guardados quando não estiver em uso;
- 11.7. É expressamente proibido o uso de vassouras dentro da Unidade, o seu uso é restrito unicamente às áreas externas (pátios e calçadas);
- 11.8. A limpeza das áreas do hospital deve ser sempre úmida, usando pano e rodo ou MOP;
- 11.9. Em área que se encontra em construção, deixar pano grande umedecido, em frente à porta;
- 11.10. Iniciar a limpeza do local mais limpo para o mais sujo, de dentro para fora;
- 11.11. Comunicar intercorrências ou urgências, bem como preencher as fichas de controle das tarefas a serem executadas, ao responsável pela Higienização do Hospital, para providências cabíveis;
- 11.12. Nunca misturar os produtos, excetuados os casos onde houver orientação expressa do serviço de higienização do hospital;
- 11.13. Diluir os produtos no momento da aplicação, conforme orientação para uso;

- 11.14. Os produtos devem estar rotulados e com tampa;
- 11.15. Avisar a supervisão quando encontrar qualquer equipamento estragado; bem como dispensadores, lâmpada, torneira, assento sanitária, pia; entre outros;

## **12. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

- 12.1. A contratante fornecerá os insumos de limpeza e os equipamentos necessários que não estiverem relacionados entre os previstos na planilha de custos desta contratação;
- 12.2. Os equipamentos de proteção individual dos trabalhadores, assim como os equipamentos e materiais que estiverem previstos na planilha de custos deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, nas quantidades e na qualidade esperados para o adequado fornecimento dos serviços;
- 12.3. Os insumos e equipamentos cujo fornecimento se dará pelo GHC deverão ser solicitados pela CONTRATADA, que deverá zelar por sua conservação e uso racional;
- 12.4. Deverá ser fornecido um telefone celular para uso dos supervisores enquanto da realização de suas atividades nas dependências da contratante.

## **13. UNIFORMES, EPI'S E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA: (SERVENTE E SUPERVISOR)**

13.1. Os Uniformes devem possuir logotipo da empresa CONTRATADA, serem adequados às funções a serem executados pelos empregados (serventes e supervisores) e adequados ao tamanho de cada trabalhador.

13.2. Os quantitativos a serem fornecidos deverão observar a previsão constante a seguir.

### **13.3. UNIFORMES\_SUPERVISOR**

13.3.1. CALÇA SOCIAL: 03 unidades/trabalhador

13.3.2. CAMISA MANGA CURTA: 04 unidades/trabalhador

13.3.3. CAMISA MANGA LONGA: 04 unidades/trabalhador

13.3.4. BLAZER OU JAQUETA: 02 unidades/ trabalhador

13.3.5. CRACHÁ (COM FOTO): 01 unidade

### **13.4. UNIFORMES\_SERVENTES**

13.4.1. CALÇA: 03 unidades/trabalhador

13.4.2. CAMISETA MANGA CURTA: 04 unidades/trabalhador

13.4.3. CAMISETA MANGA LONGA: 04 unidades/trabalhador

13.4.4. MOLETON OU JAQUETA: 02 unidades/trabalhador

13.4.5. CRACHÁ (COM FOTO): 01 unidade/por trabalhador

13.4.6. Os EPI's devem ser adequados às funções a serem executadas pelos empregados (serventes e supervisor) e adequados ao tamanho de cada trabalhador.

### **13.5. EPIs\_SERVENTES**

13.5.1. CALÇADOS: Devem oferecer proteção aos pés contra respingos e extravasamentos de material biológico ou produtos químicos e impacto de material perfurocortantes. Devem ser fechados em cima e nas laterais, impermeável, resistente, solado antiderrapante e evitar transpiração excessiva. Quantidade mínima por Servente: 02 pares

13.5.2. BOTAS DE BORRACHA: Devem ser impermeáveis, resistentes, ter cano alto e solado antiderrapante. Quantidade mínima por Servente: 01 par.

13.5.3.LUVAS DE LÁTEX: Devem ser utilizadas em todas as atividades onde houver possibilidade de exposição das mãos dos funcionários ao sangue, fluidos corporais e produtos químicos, portanto em todos os procedimentos de higienização. As luvas devem ser de látex, cano longo (39 a 42 cm), tamanhos "P", "M" e "G", sem revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, punho ranhurado (tipo virola), indicada para agentes mecânicos e químicos, com CA (Certificado de Aprovação). Não utilizar as luvas de látex cirúrgicas. Devem ser fornecidas nas cores e quantidades relacionadas abaixo:

13.5.3.1. LUIVA DE LÁTEX – COR AZUL: Uso exclusivo na higienização de sanitários e expurgos: Quantidade mínima por Servente: 02 pares (por mês)

13.5.3.2. LUIVA DE LÁTEX – COR LARANJA: Uso exclusivo na higienização de copas, cozinhas e refeitórios: Quantidade mínima por Servente: 02 pares (por mês)

13.5.3.3. LUIVA DE LÁTEX – COR AMARELA: uso na higienização das demais áreas; Quantidade mínima por Servente: 02 pares (por mês)

13.5.4.RESPIRADOR COM FILTROS ESPECIAIS (N95 OU PFF2): Devem ser utilizados pelos Serventes nas áreas com precauções por aerossóis. Quantidade mínima por Servente: 02 unidades (por mês).

13.5.4.1. Descrição técnica: respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante, classe PFF2, formato tipo dobrável, com dois tirantes de elásticos para fixação no alto da cabeça e proteção clip nasal. Deve proporcionar conforto durante o uso, os elásticos devem ter qualidade e robustez suficiente para manter a PFF2 firme e já devem vir montado/fixados na peça.

13.5.5.RESPIRADOR DE CARVÃO ATIVADO: Devem ser utilizadas nos procedimentos de higienização após desinsetização no setor, conforme orientações da Segurança do Trabalho da CONTRATANTE. Quantidade mínima por Servente: 01 unidade (por mês).

13.5.6.ÓCULOS DE PROTEÇÃO: São utilizados para a proteção dos olhos e laterais, contra exposições e respingos de material biológico e produtos químicos. Quantidade mínima por Servente: 02 unidades a cada 12 meses.

13.5.7.TOUCA DESCARTÁVEL: Devem ser utilizadas nas atividades de higienização das áreas de precaução por aerossóis e de precaução por contato e sempre que houver necessidade de proteção do couro cabeludo em locais que contenham poeira em suspensão ou outro tipo de sujidade que possa atingi-lo. Quantidade mínima para a unidade: 01 caixa/pacote com 100 unidades (por mês).

13.5.8.AVENTAL DESCARTÁVEL: Devem ser utilizados nas atividades de higienização das áreas de precaução por aerossóis e de precaução por contato. Quantidade mínima para a unidade: 01 caixa/pacote com 100 unidades (por mês).

### 13.6. **EPIs\_SUPERVISOR**

13.6.1.CALÇADOS: Devem oferecer proteção aos pés contra respingos e extravasamentos de material biológico ou produtos químicos e impacto de material perfurocortantes. Devem ser fechados em cima e nas laterais, impermeável, resistente, solado antiderrapante e evitar transpiração excessiva. Quantidade mínima por supervisor: 02 pares.

13.6.2.LUVAS DE LÁTEX: Devem ser utilizadas em todas as atividades onde houver possibilidade de exposição das mãos dos funcionários ao sangue, fluidos corporais e produtos químicos, portanto em todos os procedimentos de higienização. As luvas devem ser de látex, cano longo (39 a 42 cm), tamanhos "P", "M" e "G", sem revestimento interno, antiderrapante

na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, punho ranhurado (tipo virola), indicada para agentes mecânicos e químicos, com CA (Certificado de Aprovação). Não utilizar as luvas de látex cirúrgicas. Devem ser fornecidas nas cores e quantidades relacionadas abaixo:

13.6.2.1. LUBA DE LÁTEX – COR AZUL: Quantidade mínima por supervisor: 01 par (por mês)

13.7. A aquisição dos EPI's deve obedecer à descrição técnica mínima exigida, e quando aplicável, possuírem CA (Certificado de Aprovação);

13.8. É obrigação da CONTRATADA fornecer e realizar a reposição imediata de todos os Uniformes, Calçados e EPI's relacionados neste Termo de Referência;

13.9. Ainda que a contratação possa não contemplar doze meses de vigência, deverão ser respeitados os quantitativos previstos de uniformes e equipamentos;

#### **14. UNIFORMES, EPI'S E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA: (JARDINEIRO)**

14.1.1.1. CALÇA: 03 unidades/trabalhador

14.1.1.2. CAMISETA MANGA CURTA: 04 unidades/trabalhador

14.1.1.3. CAMISETA MANGA LONGA: 04 unidades/trabalhador

14.1.1.4. MOLETON OU JAQUETA: 02 unidades/trabalhador

14.1.1.5. CRACHÁ (COM FOTO): 01 unidade/por trabalhador

14.1.1.6. Os EPI's devem ser adequados às funções a serem executadas pelos empregados (serventes e supervisor) e adequados ao tamanho de cada trabalhador.

##### **14.2. EPIs\_JARDINEIRO**

14.2.1.1. CALÇADOS: Devem oferecer proteção aos pés contra respingos e extravasamentos de material biológico ou produtos químicos e impacto de material perfurocortantes. Devem ser fechados em cima e nas laterais, impermeável, resistente, solado antiderrapante e evitar transpiração excessiva. Quantidade mínima por Servente: 02 pares

14.2.1.2. BOTAS DE BORRACHA: Devem ser impermeáveis, resistentes, ter cano alto e solado antiderrapante. Quantidade mínima por Servente: 01 par.

14.2.1.3. PERNEIRAS: Para proteção contra cortes de roçadeiras, ferramentas perfurocortantes e animais peçonhentos;

14.2.1.4. LUVAS DE RASPA: de couro para manuseio de galhos e ferramentas, ou luvas nitrílicas/borracha para manipulação de agroquímicos e produtos de limpeza.

14.2.1.5. Proteção dos Olhos e Rosto: Óculos de proteção ou protetores faciais (viseira) são cruciais para evitar ferimentos por detritos lançados.

14.2.1.6. Proteção Auditiva: Abafadores de ruído ou protetores tipo plug são indispensáveis ao operar cortadores de grama, motosserras e sopradores

14.2.1.7. Proteção Respiratória e do Corpo: Máscaras para poeira ou vapores (especialmente na aplicação de produtos) e avental de raspa ou PVC.

14.2.1.8. Proteção Solar: Uso de chapéu, camisa com proteção UV e protetor solar/repelente (não EPI, mas essencial).

#### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1. Capacitar funcionários para atividades a serem desenvolvidas, com emissão de certificados;
- 15.2. Manter seus funcionários uniformizados de acordo com os critérios estipulados pela contratante;
- 15.3. Cumprir as políticas, portarias e normativas vigentes na Unidade e outras que por ventura entrem em vigor;
- 15.4. Manter os postos de trabalho permanentemente lotados durante o horário contratado;
- 15.5. A contratada, além do fornecimento da mão de obra para a perfeita execução dos serviços de higiene e limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, obrigar-se-á:
  - 15.5.1. Cumprir fielmente o contrato responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, de modo que os mesmos se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, nos termos da legislação vigente.
  - 15.5.2. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra na Instituição Contratante, no horário fixado pelo Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço do local conforme o estabelecido.
  - 15.5.3. Prever toda mão de obra necessária para garantir os serviços contratados nas áreas da Unidade Contratante, considerando que o número de funcionários por área deve obedecer ao quantitativo de produção de mão de obra por metro quadrado de área durante todo o seu funcionamento, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente. Preparando-a através de treinamento os empregados que irão prestar os serviços.
  - 15.5.4. Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme descrito neste termo de referência, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, não podendo repassar a seus empregados os custos de qualquer um desses itens de uniformes.
  - 15.5.5. Manter pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual com uso obrigatório - EPI's, conforme descrito neste Termo de Referência.
  - 15.5.6. Cuidar para que seus funcionários se apresentem diariamente ao seu local de trabalho, devidamente uniformizados, não utilizando bijuterias e adereços que possam aumentar o risco de infecções e acidentes do trabalho.
  - 15.5.7. São obrigatórios a manutenção da limpeza e o bom estado de conservação dos uniformes e EPI's que deverão ser substituídos sempre que se tornarem danificados ou impróprios para uso, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
  - 15.5.8. Fornecer vale transporte e vale alimentação aos seus empregados de acordo com a legislação pertinente.
  - 15.5.9. Responsabilizar-se, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal.
  - 15.5.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Unidade Contratante, inclusive quanto à prevenção de incêndios nas áreas internas e externas dos Hospitais, e as de Segurança e Medicina do Trabalho.
  - 15.5.11. Orientar seus funcionários no sentido de se manterem em seus locais de trabalho, não devendo os mesmos se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
  - 15.5.12. Diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos e mantenha-se nas dependências da Unidade durante o turno de trabalho.
  - 15.5.13. Efetuar reposição de mão de obra especializada, em caráter imediato, em eventuais ausências, férias e afastamentos por motivo de saúde, mantendo sempre o número de funcionários,

respeitando o quantitativo de mão de obra por metro quadrado de área em funcionamento, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços.

15.5.14. Manter disciplina nos locais dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Unidade Contratante, devendo, a Contratada, afastar ou substituir qualquer empregado considerado com conduta inadequada, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação da Contratante.

15.5.15. Comunicar imediatamente à Contratante, quaisquer anormalidades verificadas, tanto nas instalações onde houver a prestação do serviço, quanto de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

15.5.16. Repor, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer objetos da Unidade Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

15.5.17. Substituir, sem ônus para a Unidade contratante, todo material ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados.

15.5.18. Indenizar a instituição Contratante por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, equipamentos, roubos e furtos, após comunicação à CONTRATADA, com a devida apuração da Unidade Contratante, desde que venha a ser constatada a responsabilidade da mesma.

15.5.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Unidade;

15.5.20. Submeter-se à fiscalização direta do responsável da Unidade Contratante, que verificará quanto ao cumprimento do disposto neste Edital, bem como atestará junto à Contratante, quanto ao rendimento da prestação e a observância do pactuado;

15.5.21. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução dos serviços contratados, objeto desta licitação.

15.5.22. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços, elaborando em conjunto com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e Serviço de Higienização da Unidade, check-list diário por área, implementando e fiscalizando a sua execução.

15.5.23. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

15.5.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceita pelas boas técnicas, normas e legislação e recomendações contidas no Manual de Padronização de Limpeza e Desinfecção de Superfícies.

15.5.25. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cuja jornada a ser estabelecida deverá atender o interesse e conveniência da Contratante.

15.5.26. A programação dos serviços será acordada junto ao responsável pela Higienização da Unidade e deverá ser cumprido pela Contratada, com atendimento eficiente de forma a garantir o fiel cumprimento do Contrato, em condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas em geral que se façam presentes.

15.5.27. Apresentar, sempre que exigido prova de quitação de todos os tributos, impostos, taxas e quaisquer encargos inerentes direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços contratados.

15.5.28. Proceder ao atendimento extraordinário, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de estado de greve da categoria, a Contratada fica obrigada à prestação do serviço, através de esquema de emergência, com supervisão do Serviço de Higienização.

15.5.29. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir parcialmente os serviços, objeto desta Licitação.

- 15.5.30. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução incorreta dos serviços.
- 15.5.31. Apresentar programa de execução dos serviços com o respectivo cronograma, no início das atividades, relatórios mensais, além de outros que vierem a ser solicitados pela Fiscalização.
- 15.5.32. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.5.33. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados a Unidade Contratante e seu patrimônio e/ou terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de ação ou omissão ou de que em seu nome agir.
- 15.5.34. Considerar a necessidade de compatibilização dos horários de realização dos serviços com o horário de funcionamento das dependências da Unidade;
- 15.5.35. Fornecer armários individuais para guarda de uniformes e objetos pessoais, conforme legislação do Ministério do Trabalho;
- 15.5.36. Fornecer forno micro-ondas (com voltagem compatível à rede elétrica de Pelotas);
- 15.5.37. Refrigerador (de tamanho compatível, que possa ser usado pelos funcionários de seu quadro total);
- 15.5.38. Fornecer mobiliário necessário para que os funcionários possam fazer suas refeições e guardar seus pertences ;
- 15.5.39. Sujeitar-se a mais irrestrita fiscalização por parte da Contratante encarregada de acompanhar a execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 15.5.40. Observar aos seus empregados a terminante proibição de permanecer na Unidade após o horário de trabalho, fazer compras ou transportar volumes a pedido dos pacientes internados, organizar jogos de qualquer espécie, bem como a venda de objetos e gêneros alimentícios.
- 15.5.41. Promover aos funcionários, treinamento específico para a manipulação e o uso correto dos produtos empregados, bem como, o trato para com os funcionários da Unidade Contratante, com os seus visitantes e apresentar o programa de treinamento aplicado aos funcionários por ela contratada à Comissão de fiscalização contratual.
- 15.5.42. Responder por danos e furtos eventualmente causados às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas e demais pertences do Contratante, ainda que involuntários, praticados por atos, omissões, negligências ou imperícias de seus empregados.
- 15.5.43. Atender todas as regulamentações aplicáveis emitidas pela ANVISA vigentes e que vierem a vigorar durante a execução do contrato.
- 15.5.44. Apresentar comprovação de vacinação contra hepatite B e tétano completa de todos os funcionários no momento da admissão, ou recusa formal dos trabalhadores que não acatarem a vacinação.
- 15.5.45. A Contratada é responsável pelos encargos e obrigações sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, por todos os ônus referentes aos serviços prestados, bem como por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviços, até o término do contrato;
- 15.5.46. Deverá ainda manter todas as condições de habilitação e qualificação e demais exigências legais para o exercício da atividade do objeto da licitação durante a vigência do contrato.
- 15.5.47. Apresentar mensalmente, para a Contratante, o comprovante do pagamento efetuado das guias de recolhimento do INSS e FGTS.
- 15.5.48. Fornecer a mão de obra necessária à execução dos serviços, alocando pessoal com nível de instrução correspondente a categoria profissional solicitada pela Contratante. Devido às

peculiaridades que envolvem o serviço de Limpeza Técnico Hospitalar, somente serão admitidos profissionais que saibam ler e escrever.

15.5.49. Informar o número de empregados alocados à execução contratual, para que a Contratante, quando do pagamento mensal dos serviços, confronte o número apresentado com aquele declarado na Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

15.5.50. Assumir a responsabilidade de atender prontamente seus empregados na hipótese de ocorrência de acidente de trabalho ou quando acometidos de mal súbito gerando a responsabilidade civil e penal decorrentes do descumprimento desta.

15.5.51. Registrar e controlar diariamente, juntamente com o representante designado pela Contratada à assiduidade e pontualidade do pessoal, bem como, as ocorrências havidas.

15.5.52. Efetuar a reposição da mão de obra imediatamente na eventual ausência;

15.5.53. Garantir que os encarregados designados exerçam as funções de fiscalizar e orientar seus empregados, obrigando-se a reportar ao designado pela Contratante quando houver necessidade.

15.5.54. Indicar profissional habilitado e capacitado para ministrar treinamento na limpeza da área médico-hospitalar.

15.5.55. Garantir a boa apresentação de seus funcionários no trabalho, a partir do uso de uniformes adequados, crachá de identificação, bem como, os equipamentos de segurança exigidos pela legislação vigente.

15.5.56. Oferecer treinamento de higienização hospitalar, antes do início dos trabalhos com conteúdo programático aprovado pela contratante e sem ônus para o mesmo.

15.5.57. Fornecer relógio ponto biométrico com homologação vigente do Ministério do Trabalho para o registro de entrada, intervalo e saída dos seus funcionários, sendo facultado a Contratante o acesso a esses registros, a fim de averiguações.

15.5.58. A Contratada, após assinatura do contrato e antes de iniciar a prestação de serviço, deverá estar ciente e seguir o manual interno de Higienização da Contratante.

15.5.59. A CONTRATADA deverá definir/organizar os intervalos de repouso e alimentação dos serventes e supervisores de acordo com o exigido pelos artigos 71, 611-A e Inciso XVII do 611-B da Consolidação das Leis Trabalhistas/CLT.

15.5.60. Todos os intervalos intrajornada e interjornada previstos na legislação deverão ser gozados pelos funcionários da CONTRATADA e deverão ser registrados diariamente com o horário efetivamente realizado pelo funcionário, não sendo aceito registros conhecidos como "ponto britânico";

15.5.61. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, profissional de contabilidade devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), responsável pela emissão, validação e assinatura das memórias de cálculo, balancetes analíticos e demais obrigações fiscais/trabalhistas exigidas mensalmente pela fiscalização (CAFC), sob pena de glosa ou sanção administrativa.

## **16. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Por tratar-se de contrato de prestação de serviços com mão de obra exclusiva e continuada, faz-se necessário permanente contato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e, entre os supervisores com os higienizadores da CONTRATADA;

16.2. A CONTRATADA deverá designar e informar os contatos de preposto para contato imediato entre a CONTRATANTE e CONTRATADA;

16.3. Além do preposto a CONTRATADA deverá disponibilizar os contatos dos responsáveis pelas áreas técnica/operacional, administrativa, financeira, recursos humanos e outras que se fizer necessário;

16.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de comunicação direta entre os supervisores e seus subordinados, bem como disponibilizar o contato dos supervisores para a CONTRATANTE e gestores locais dos setores/filiais, para encaminhamento das demandas diárias e solução de demandas eventuais ou ocorrências diversas.

16.5. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA sobre suas normas internas relativas à segurança, inclusive aquelas atinentes ao controle de acesso de pessoas e veículos.

16.6. A CONTRATANTE proporcionará as facilidades indispensáveis à execução das obrigações contratuais, permitindo o acesso dos representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA aos locais onde serão prestados os serviços, observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

16.7. A CONTRATANTE disponibilizará instalações, de uso coletivo, para os trabalhadores da Contratada, com disponibilidade de sanitário e área de alimentação (sendo que o mobiliário ficará por conta da CONTRATADA);

16.8. A CONTRATANTE, através do Gestor do Contrato, designará Presidente à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato (CAFC), que fiscalizará o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e ao Termo de Referência.

16.9. A CONTRATANTE apontará a CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo de acordo com este Termo de Referência, para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

16.10. A CONTRATANTE deverá avaliar tempestivamente os planejamentos encaminhados pela CONTRATADA, sinalizando adequadamente eventuais necessidades de alteração.

16.10.1. A CONTRATANTE deverá viabilizar o acesso aos locais de ocorrência dos serviços, nos horários de funcionamento regular ou, excepcionalmente em momentos alternativos quando houver comum acordo entre as partes.

16.11. A CONTRATADA **deverá emitir relatórios com frequência mínima semanal** destacando as atividades realizadas e todas as eventuais intercorrências observadas durante a execução das atribuições;

16.11.1. Os relatórios deverão ser elaborados pela supervisora da contratada e encaminhados com frequência mínima semanal para a equipe de acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE;

16.11.2. O relatório deverá mencionar quaisquer intercorrências relevantes na execução dos serviços, tanto aquelas relacionadas ao gerenciamento do RH (faltas, atrasos, substituições, conflitos interpessoais, treinamentos realizados, etc), quanto àquelas relativas à execução dos serviços (falta de materiais, problemas na qualidade dos insumos, registro de auditoria de processo pela supervisão, necessidades de manutenção em equipamentos, questões estruturais relevantes identificadas, etc);

16.11.3. Os relatórios emitidos deverão orientar a realização de reuniões entre as partes para qualificação continuada dos serviços prestados;

## **17. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

17.1. Para **habilitação**, a empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade/responsabilidade técnica de no mínimo 50% do quantitativo licitado (serventes e

encarregados, jardineiro), no regime de mão de obra exclusiva na **área de higienização hospitalar e jardinagem ou de instituições que prestam serviços de saúde**;

17.2. O atestado para os serviços de jardinagem poderá ser de empresas públicas ou privadas, informando que os serviços foram prestados de maneira satisfatória e de maneira ininterrupta/contínua, pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

17.3. O atestado para os serviços de higienização deverá comprovar que os serviços foram prestados de maneira satisfatória e de maneira ininterrupta/contínua, pelo período mínimo de 1 (um) ano.

17.4. Para fins de comprovação dos períodos mínimos de experiência (6 meses para jardinagem e 1 ano para higienização), será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que os períodos neles consignados sejam concomitantes/simultâneos, demonstrando que a licitante possui experiência em gerenciar concomitantemente quantitativos de mão de obra compatíveis com o objeto licitado.

17.5. As exigências mínimas temporais e de quantitativo de pessoal se justificam pela necessidade de contratarmos empresas que se mantiveram por um longo período prestando serviços com qualidade satisfatória e que comprovem a redução de risco para a Administração em caso de abandono dos serviços prestados.

17.5.1. O GHC nos últimos anos sofreu com desistências durante a execução contratual em várias oportunidades, o que trouxe transtornos à Administração e pôs em risco o bom atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.

## **18. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE DA UNIDADE**

18.1. Os serviços contratados deverão ser realizados nas dependências do Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas, localizado na Av. Bento Gonçalves, 4590, Pelotas/RS.

18.2. O horário de funcionamento da unidade é ininterrupto, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

## **19. DA BASE OPERACIONAL DA CONTRATADA**

19.1. Em função da necessidade de reposição imediata de pessoal, de EPI's, EPC's e demais equipamentos descritos neste Termo de Referência é indispensável que a empresa CONTRATADA possua base operacional em Pelotas ou nas regiões próximas, no Estado do Rio Grande do Sul.

19.1.1. A base operacional nas proximidades deverá ser comprovada após a assinatura do contrato (no prazo de até 60 dias da data da última assinatura), sob pena de Notificação/Multa ou até mesmo rescisão por descumprimento de obrigação;

19.2. Todas as atividades relativas à pessoal, tais como, contratação, rescisão, cálculo e folha de pagamento, pagamento de salário, vale alimentação, vale transporte, compra, estoque e fornecimento de uniformes, EPIs, EPCs e demais equipamentos previstos neste Termo de Referência devem ser administrados pela base operacional da CONTRATADA.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

20.1. Não será permitida subcontratação total ou parcial dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA;

20.2. Também não será permitida a participação de empresas em consórcios.

## **21. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **21.1. O serviço deverá ser iniciado em até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da ordem de início dos serviços ou documento equivalente.**

21.2. No dia imediato à assinatura do contrato pelas partes será agendada reunião de organização do início dos serviços, nas dependências da Contratante, devendo comparecer por parte da Contratada profissionais representantes, no mínimo, das seguintes áreas: diretor geral ou preposto, e preferencialmente funcionários da área técnica/operacional, área administrativa, área de recursos humanos da empresa, bem como os supervisores das áreas assumidas pela Contratada.

### **21.3. Em decorrência da necessidade imediata dos serviços, poderá ser acordado entre as partes o "escalonamento" do início dos trabalhos, desde que, pelo menos 50% do quadro esteja disponível em até 10 dias e a totalidade do quadro se encontre disponível em até 30 dias corridos da emissão da ordem de início dos serviços;**

## **22. DA FISCALIZAÇÃO**

22.1. A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Gestor de Contrato.

22.2. A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

22.3. Quaisquer exigências do Gestor de Contrato, inerentes ao objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

22.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato do CONTRATANTE deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas apropriadas.

22.5. A fiscalização do cumprimento do objeto contratual integra, igualmente, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais dos trabalhadores da CONTRATADA, e compreende as seguintes comprovações:

22.5.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

22.5.1.1. Planilha padronizada contendo a relação de empregados, informando: (1) número de registro, (2) nome completo, (3) data de admissão, (4) número de identidade (Registro Geral-RG), (5) número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS), (6) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), (7) cargo, (8) função, (9) turno de trabalho, (10) horário de trabalho (inclusive com horário de intervalo), (11) salário, (12) local do posto de trabalho do empregado e (13) quaisquer informações ou observações pertinentes, com indicação de quais empregados serão responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

22.5.1.2. Cópia da Carta de Apresentação do funcionário para prestação de serviços no CONTRATANTE, contendo posto de trabalho e data de início, com a ciência do empregado.

22.5.1.3. Cópia do Contrato de Trabalho.

22.5.1.4. Cópia da Ficha de Registro de Empregado.

22.5.1.5. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento "pdf" gerado no aplicativo CTPS digital, na opção "Enviar Carteira de Trabalho") dos empregados admitidos ou cópia do registro do evento de Admissão do eSocial (S-2200).

22.5.1.22. Cópia do recibo de entrega e devolução da CTPS aos empregados, devidamente assinado, nos casos que não for utilizada a CTPS Digital.

- 22.5.1.7. Cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- 22.5.1.8. Cópia do Requerimento de Vale-Transporte ou Declaração de Renúncia, assinada pelo funcionário.
- 22.5.1.9. Cópia do Termo de responsabilidade para Concessão do Salário-Família ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
- 22.5.1.10. Cópia da Declaração de dependentes do Imposto de Renda ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
- 22.5.1.11. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.
- 22.5.1.12. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 22.5.1.13. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação) e de Uniformes, com ciência do empregado.
- 22.5.1.14. Recibos de entrega de Crachá, com ciência do empregado.
- 22.5.1.15. Sempre que houver admissão ou transferência de empregados da CONTRATADA para prestação de serviços no CONTRATANTE, os documentos elencados na cláusula 22.5.1 deverão ser apresentados à fiscalização.
- 22.5.2. Até o 30º (trigésimo) dia de cada mês, relativamente ao mês anterior, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos:
- 22.5.2.1. Prova de inexistência de débitos com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- 22.5.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.
- 22.5.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 22.5.2.4. Declaração do Ministério do Trabalho e Emprego de Informação sobre Infrações.
- 22.5.2.5. Relação de funcionários que prestaram serviço no CONTRATANTE, no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/ volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.
- 22.5.2.22. Cópia da Carta de Transferência do funcionário, contendo data de início e/ou saída do posto de trabalho deste CONTRATANTE, com assinatura do empregado, quando aplicável.
- 22.5.2.7. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE.
- 22.5.2.8. Cópia dos contracheques com assinatura dos empregados (caso seja utilizado contracheque virtual, deve ser enviado documento contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao documento).
- 22.5.2.9. Cópia do comprovante de pagamento de salário em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 22.5.2.10. Cópia dos comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, de todos empregados a serviço do CONTRATANTE, relativos ao mês da prestação dos serviços, sendo que o vale-transporte e o vale alimentação devem ser realizados por recarga de cartão eletrônico.
- 22.5.2.11. Cópia do comprovante de repasse de contribuições previstas nas normas coletivas, quando for o caso.
- 22.5.2.12. Cópia do registro de frequência com totalizador dos eventos (horas extras, horas noturnas, horas intervalares, entre outros) dos empregados da CONTRATADA, através de sistema de registro eletrônico autenticado por biometria, adequado às regras do Ministério do Trabalho e Previdência, e com a assinatura do empregado;
- 22.5.2.13. Cópia do DARF de recolhimento de INSS e IRRF e respectivo comprovante de pagamento.
- 22.5.2.14. Em caso de parcelamento dos débitos, cópia do requerimento de parcelamento, do DARF de recolhimento e do comprovante de pagamento das parcelas.

- 22.5.2.15. Cópia do Relatório da Declaração Completa da DCTFWeb, do Relatório Resumo de Débitos e Créditos, e do Recibo de Entrega.
- 22.5.2.122. Cópia da guia de recolhimento de FGTS Digital e respectivo comprovante de pagamento.
- 22.5.2.17. Relação de Trabalhadores do FGTS Digital referente aos funcionários terceirizados lotados no GHC;
- 22.5.2.18. Aviso e recibo de férias com assinatura do empregado.
- 22.5.2.19. Comprovante de pagamento do adiantamento das férias, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado.
- 22.5.2.20. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do Décimo Terceiro Salário (13º), em que conste como tomador o CONTRATANTE, quando aplicável.
- 22.5.2.21. Cópia dos contracheques do Décimo Terceiro Salário (13º) com assinatura dos empregados (caso seja utilizado o contracheque virtual, deve ser enviado documento contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao contracheque), quando aplicável.
- 22.5.2.22. Cópia do comprovante de pagamento Décimo Terceiro Salário (13º) em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 22.5.2.23. Cópia da DCTFWeb ou Relação de Trabalhadores do FGTS Digital pertinente ao Décimo Terceiro Salário (13º);
- 22.5.2.24. Cópia dos registros de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
- 22.5.2.25. Cópias dos atestados médicos apresentados no mês de competência pelos empregados a serviço do CONTRATANTE.
- 22.5.2.222. Comprovante de encaminhamento ou retorno ao/do INSS de empregado da CONTRATADA ocorrido no mês de competência.
- 22.5.2.27. Cópia do relatório da composição de médias de salários variáveis para férias, décimo terceiro salário e rescisão, quando aplicável.
- 22.5.2.28. Cópia do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho assinado pelo empregado demitido no mês de competência, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria.
- 22.5.2.29. Cópia do pedido de demissão ou comunicado de desligamento do empregado.
- 22.5.2.30. Recibo de entrega de requerimento do seguro desemprego, quando aplicável.
- 22.5.2.31. Cópia dos comprovantes de pagamento da rescisão, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 22.5.2.32. Cópia do Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório, cópia da Guia de FGTS Rescisório Digital e cópia do respectivo comprovante de recolhimento, quando aplicável.
- 22.5.2.33. Extrato integral da conta vinculada do FGTS de cada empregado que teve o contrato de trabalho rescindido.
- 22.5.2.34. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento "pdf" gerado no aplicativo CTPS digital, na opção "Enviar Carteira de Trabalho") dos empregados demitidos ou cópia do registro do evento de Desligamento do eSocial (S-2299). Em caso de registro na CTPS física, deverá ser encaminhado o recibo de entrega e devolução da CTPS referente a este evento.
- 22.5.2.35. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional (demissionais) dos funcionários desligados no mês de competência.
- 22.5.2.322. Cópia do termo de prorrogação do contrato de trabalho de prazo determinado/experiência, nos casos de desligamentos de funcionários terceirizados pelos motivos de término de contrato e antecipação do término do contrato de trabalho, independentemente se foi motivado pelo empregador ou empregado, caso a data do desligamento esteja abrangida neste documento.
- 22.5.3. Quando da extinção ou rescisão deste contrato, entrega da documentação relacionada no subitem 22.5.2, após o último mês de prestação dos serviços, até o dia 30º (trigésimo) do mês subsequente:
- 22.5.3.1. Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 22.5.3.1.1. Extrato da conta do FGTS de qualquer empregado, a critério do CONTRATANTE.
- 22.5.3.1.2. Declaração anual de que possui as demonstrações contábeis atualizadas, assinado por contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;

- 22.5.3.1.3. Memória de cálculo correspondente à composição de quaisquer valores de direito que envolvam a esfera trabalhista.
- 22.5.3.1.4. Cópia da declaração do EFD-Reinf.
- 22.5.3.1.5. Comprovações de pagamento de parcelamento dos débitos.
- 22.5.4. A critério da Administração, quando necessário, poderão ser solicitados documentos e informações complementares, a fim de elidir eventuais dúvidas quanto ao adimplemento de obrigações previdenciárias e trabalhistas.
- 22.5.5. Mensalmente, ou quando aplicável, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos pertinentes à Segurança do Trabalho:
- 22.5.5.1. Relação de funcionários que prestaram serviços no CONTRATANTE, e foram admitidos/transferidos ou desligados no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.
- 22.5.5.2. Cópias do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR), que deverão ser reapresentados após expiração da respectiva validade.
- 22.5.5.3. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.
- 22.5.5.4. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação), com ciência do empregado.
- 22.5.5.5. Cópia da Carteira de Vacinação Nacional.
- 22.5.5.22. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO (admissionais, demissionais ou periódicos) emitidos no mês de competência.
- 22.22. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados no subitem 22.5 de acordo com a periodicidade de apresentação exigida anteriormente, organizados e agrupados por nome de empregado, em cópias digitalizadas no formato "Portable Document Format" (pdf), devendo ser compactados em um único arquivo no formato ZIP e encaminhados através da Plataforma Zeev Workflow.
- 22.7. Mensalmente, além dos documentos e informações já elencados nesta Cláusula, a CONTRATADA deverá fornecer à CAFC os seguintes documentos:
- 22.7.1. Checklist, emitido por filial, preenchido e assinado pelo representante da CONTRATADA e por responsável de cada filial onde ocorrem os serviços, conforme modelo existente no respectivo Edital de licitação que dá origem ao contrato.
- 22.7.2. Cópias dos relatórios de visita diários da CONTRATADA; e
- 22.7.3. Quando da admissão ou transferência de algum empregado da CONTRATADA para prestação de serviços para o CONTRATANTE, encaminhar cópia da carta de apresentação do funcionário.
- 22.8. O CONTRATANTE deverá verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:
- 22.8.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.
- 22.8.2. À concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional.
- 22.8.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.
- 22.8.4. Aos depósitos do FGTS e;
- 22.8.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 22.9. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, podendo executar a garantia em valor correspondente ou, na insuficiência da garantia, poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.
- 22.10. Na hipótese prevista no subitem acima e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até quinze dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das

obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados. Dependendo da gravidade apurada, o prazo estabelecido neste subitem poderá ser reduzido.

22.11. O sindicato representante da categoria do trabalhador poderá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos itens anteriores.

22.12. O pagamento direto das obrigações, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

22.13. Não será permitida a execução dos serviços em consórcios de empresas.

22.14. Não será permitida a subcontratação dos serviços.

22.15. A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:

22.15.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela CONTRATADA.

22.15.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

22.15.3. Prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato à solução de problemas relacionados ao objeto.

22.122. A gestão e a fiscalização de que trata o item anterior competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

22.17. A CONTRATADA deve possuir equipe de reserva técnica na base operacional para efetuar as substituições necessárias para cobrir no prazo máximo de uma hora (01h) os postos que ficarem descobertos por motivos de faltas ou atrasos.

22.18. A glosa será calculada considerando os seguintes critérios:

22.18.1. Para área física não limpa ou higienizada em desacordo com as premissas definidas nos instrumentos que compõem essa contratação, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC) deverá informar, através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado, a metragem quadrada ( $m^2$ ), a data da ocorrência e a identificação da desconformidade ocorrida na prestação de serviços objeto deste contrato. O cálculo consistirá na seguinte equação: total do metro quadrado ( $m^2$ ) não limpo ou limpo em desacordo às premissas definidas nos instrumentos que compõe essa contratação, multiplicado pelo valor do metro quadrado ( $m^2$ ) conforme constante na planilha de custos e formação de preços, correspondente ao período da aferição da glosa e do tipo de área relacionada.

22.18.2. Em relação aos recursos humanos (serventes e encarregados) e insumos (materiais, equipamentos, uniformes, EPIs, entre outros) que forem disponibilizados em desconformidade com os preceitos estabelecidos nesta contratação, deverá haver glosa correspondente à ausência identificada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC), através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado. Essa glosa deverá ser calculada da seguinte forma:

22.18.2.1. Desconformidade na disponibilização dos recursos humanos:

22.18.2.1.1. Ausência de recursos humanos diária: Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela quantidade de dias contidos na composição do seu cálculo na planilha de custos e formação de preços, multiplicado pela quantidade de dias em que ocorreram as faltas.

22.18.2.1.2. Ausência de recursos humanos por hora:

Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela carga horária contratada do preço-homem, multiplicada pela quantidade de tempo que ocorreu a falta.

22.18.2.1.3. Nas glosas apuradas nas subcláusulas acima, quando essas forem especificamente de serventes, também deverá ser apurada a glosa por ausência de supervisão por parte do encarregado, proporcionalmente ao período averiguado de falta de servente.

22.18.2.2. Desconformidade na disponibilização dos insumos:

22.18.2.2.1. Diferença entre o valor contratual mensal contendo todos os insumos e o valor contratual em que se aplica a diminuição dos insumos relacionados como faltantes. Este cálculo deverá estar proporcionalizado pelo período correspondente à glosa.

22.19. Na identificação de área física não limpa proveniente da ausência de servente, o critério que será adotado para fins de cálculo de glosa é a área física não limpa.

### **23. VISITA TÉCNICA**

23.1. As licitantes estão dispensadas da obrigatoriedade de visita técnica, visto que a estrutura do hospital ainda não está totalmente concluída.

### **24. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

24.1. A proposta deverá ser apresentada discriminando a composição de todos os custos que comporão o fornecimento dos serviços;

**24.2. Deverão ser discriminados individualmente os valores para:**

1) COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO:

I) CONTEMPLANDO MÃO DE OBRA e todos os equipamentos;

II) CONTEMPLANDO OS VALORES para serviços eventuais, discriminados separadamente.

2) COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE JARDINAGEM:

-ITEM I) Com discriminação dos valores para posto de trabalho de jardineiro( mão de obra) juntamente com EPI´s e equipamentos necessários para prestação dos serviços;

-ITEM II) Identificado em planilha separada com o valor fixo de até R\$ 5.000,00 (para compra de possíveis insumos necessários para reposição de plantas, gramas, etc.)

24.3. Para a exequibilidade dos preços ofertados para este contrato, a Contratada deverá ter o conhecimento prévio de todos os elementos que compõem o preço do contrato, dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais dos profissionais que serão alocados nos postos de trabalho, dos custos relativos às substituições dos funcionários em casos de faltas, férias e outras ausências, dos custos relativos aos treinamentos dos seus funcionários, dos custos relativos ao fornecimento dos uniformes, dos custos relativos à aquisição de equipamentos e sistema de controle eletrônico de frequência, dos custos e encargos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho apresentada na licitação e outras despesas que deverão ser discriminadas em Planilha de Custos e Formação de Preços.

**RELAÇÃO EXEMPLIFICATIVA DE INSUMOS PARA COMPOSIÇÃO DE VALORES GRUPO II - DA  
JARDINAGEM**

<b>Grupo</b>	<b>Serviço/Produto a ser Cotado</b>	<b>Quant. Mensal Estimada</b>	<b>Descrição do Ítem</b>	<b>Unidade medida de fornecimento</b>
Insumos e Materiais (exemplificativo)	Adubo NPK 10 10 10	1	Adubo para manutenção de mudas.	Quilograma
	Barba-de-serpente verde	10	(Ophiopogon Jaburan) - pote de 01 litro - até 16 mudas por m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
	Buxinho Bola	3	(Buxus sempervirens) - muda com 50 - 60 cm	Unidade
	Casca de Pinus	5	Polida	Quilograma
	Contêiner Resíduos	4	1m <sup>3</sup> de resíduos orgânicos de jardinagem: vasos quebrados, seixos, troncos, lixo proveniente do jardim.	Metro Cúbico
	Cróton	5	(Codiaeum variegatum) - muda com 50 - 60 cm	Unidade
	Gramma-amendoim	50	(Arachis repens) - mudas de 10 a 20 cm - até 30 mudas por m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
	Gramma-Esmeralda	50	(Zoysia japônica) - mudas de 05 a 10 cm	Metro Quadrado
	Gramma-preta	10	(Ophiopogon Japonicus) - mudas de 10 a 20 cm - até 30 mudas por m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
	Gramma-preta-anã	10	(Ophiopogon Japonicus Nana) - mudas de 05 a 10 cm - até 30 mudas por m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
	Impatiens Colorida	5	(Impatiens walleriana Hook) - mínimo 15 cm	Caixa com 10
	Lambari roxo	10	(Tradescantia zebrina) - mudas de 10 a 20 cm - até 30 mudas por m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
	Onze-horas cores sortidas	10	(Portulaca Grandiflora) - mudas de 5 a 10 cm - Mínimo 10 mudas por metro linear	Metro Linear
	Seixo Branco	1	Tamanho 2	Quilograma
	Substrato/Adubo	2	Substrato/Adubo - adequado para jardinagem - em pacote padronizado passível de medição	Quilograma
	Sunpatiens	2	(Impatiens hybrida) - mínimo 15 cm	Caixa com 10
	Terra Preta	20	Terra Preta - adequada para jardinagem - em pacote padronizado passível de medição	Quilograma
	Vaso	1	Vaso de Chão Jumbo em Plástico 80x50cm com Prato, cor Cimento	Unidade
	Tinta à base de água	2	Tinta acrílica à base de água	Litro

<b>MATERIAIS (quantidades mínimas, podendo a empresa fornecer a mais ou outro tipo de material, contanto que seja adequado ao uso a que se destina)</b>		
QTDE. MÍNIMA ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (MESES)
5	<b>ENCERADEIRA, TIPO INDUSTRIAL, DIÂMETRO 400 MM</b> - Máquina deverá encerrar, lavar e lustrear pisos. Diâmetro do suporte de disco 400mm. Motor elétrico 1cv, 110/220 volts – 60 Hz. Extensão elétrica de 12 à 15 mts. Com dispositivo de regulagem de altura do cabo de ligação. Equipamento com roletas de borracha. Com botão de acionamento para segurança (liga / desliga). Com dispositivo de segurança na caixa de ligação.	60
3	<b>ASPIRADOR DE ÁGUA E PÓ LINHA INDUSTRIAL, POTENCIA DE 2400 WATTS ±5%</b> - Aspirador linha industrial para aspiração de água e pó. Tanque de aço inox com capacidade de 80 litros, basculante e dreno, unidade com 02 motores e estágio e sistema de By – Pass. Rendimento aproximado 340 m³ / h. Unidade com carro para transporte. Potência de aspiração 2400 Watts ± 5%. Tensão 220 v, nível de ruído máximo 69 Db. Mangueira flexível com 3 metros de comprimento, Ø 38 mm.	60
13	<b>CARRO FUNCIONAL PARA HIGIENIZAÇÃO</b> - Carro funcional para higienização, construído totalmente em plástico; Deve possuir porta saco de 90 L +-10%, com tampa. Deve ser relacionado ao local de banheiros	60
4	<b>ESCALADA DE ALUMÍNIO</b> - Escada tipo doméstica com 07 degraus. Material toda em alumínio. Degraus de um só lado com espaçamento máximo entre degraus de 28 cm. Escada durável, resistente, leve e prática. Deverá possuir sapata de borracha antiderrapante, degraus com profundidade mínima de 15 cm e plataforma superior que sirva como degraus. Arco superior de segurança com travamento lateral (em ambos os lados) em alumínio com rebites e interior em aço. Resistência mínima para carga de trabalho de 120 Kg. Peso máximo da escada 5,0 Kg. Delimitador de abertura	60
4	<b>EXTENSÃO ELÉTRICA DE 20 MT</b> - Extensão de 20 metros, confeccionadas com cabo pp 3x2.5mm, com plugues 10A (macho e fêmea), no padrão NBR 14136	36
20	<b>RODO</b> - Com base de plástico rígido de 45 cm c/ sistema de encaixe ao cabo tipo pressão com rosca, com lâminas duplas em borracha, haste de alumínio c/ 1,50 m de comprimento. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores.	4
10	<b>APLICADOR DE CERA</b> composto por base, haste e luva	6
20	<b>BALDE PLÁSTICO 12 LT</b> – cor vermelha. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores	3
45	<b>BALDE PLÁSTICO 12 LT</b> – cor verde. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores	3
8	<b>PLACA DE SINALIZAÇÃO "CUIDADO PISO MOLHADO"</b> - em plástico, alta resistência, cor amarela, letras e símbolo em preto – méd. aprox. 67x27x3,8 cm. Abertura modelo cavalete, com alça p/ transporte. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores	36
6	<b>Equipamento para limpar vidros com esponja e rodo, cabeça giratória com extensor (2 a 6 metros)</b>	12
20	<b>LIMPA TUDO</b> com cabo metálico ou plástico, c/ suporte. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores.	6
20	<b>SUPORTE PARA FIBRA MANUAL.</b> Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores	6
20	<b>PÁ COLETORA DE RESÍDUOS INTERNOS</b> sem tampa. Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores.	6
2	<b>PÁ COLETORA DE RESÍDUOS EXTERNOS</b> sem tampa	6
1	<b>PONTO BIOMETRICO</b>	60
2	<b>VASSOURA DE PIAÇAÇA, COM CABO</b>	3
4	<b>VASSOURA DE TETO, VASCULHO</b>	24
2	<b>VASSOURA NYLON</b>	1
18	<b>VASSOURINHA PARA LIMPAR VASO</b>	1
10	<b>ESCOVA DE MÃO</b> Quantidade - Ver pela quantidade de trabalhadores.	4
4	<b>LAVADORA SECADORA DE PISO COMPACTA ELÉTRICA</b>	60
1	<b>MÁQUINA DE LAVAJATO DE ALTA PRESSÃO</b>	60
3	<b>MANGUEIRA COM +OU- 30 METROS</b>	60
1	<b>COMPUTADORES</b>	60
1	<b>MICRO-ONDAS</b> - voltagem 127V/220	60
1	<b>GELADEIRA</b> - Voltagem 127V/220	60
1	<b>CELULAR</b> - Quantidade- pela quantidade de supervisores	36
1	<b>ARMÁRIOS PARA GUARDA DE OBJETOS PESSOAIS DOS FUNCIONÁRIOS</b>	120
1	<b>CADEIRAS</b> - na quantidade para funcionários utilizarem para as refeições	60
1	<b>MESA</b> - tamanho adequado para funcionários fazerem suas refeições	120

<b>Uniformes e EPIs - SUPERVISOR</b>			
<b>EPI / Uniforme</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
CALÇA	3	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANA CURTA	4	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANGA LONGA	4	unidade	anual
MOLETOM OU JAQUETA	2	unidade	anual
CRACHÁ (COM FOTO)	1	unidade	deve ser trocado se não houver condições de identificação do colaborador
CALÇADOS	2	unidade	anual
LUVAS DE LÁTEX	1	par	mensal

<b>Uniformes e EPIs - HIGIENIZADORES</b>			
<b>EPI / Uniforme</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
CALÇA	3	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANA CURTA	4	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANGA LONGA	4	unidade	anual
MOLETOM OU JAQUETA	2	unidade	anual
CRACHÁ (COM FOTO)	1	unidade	deve ser trocado se não houver condições de identificação do colaborador
CALÇADOS	2	unidade	anual
BOTAS DE BORRACHA	1	par	anual
LUVAS DE LÁTEX - AZUL	2	par	mensal
LUVAS DE LÁTEX - LARANJA	2	par	mensal
LUVAS DE LÁTEX - AMARELA	2	par	mensal
ÓCULOS DE PROTEÇÃO	2	unidade	anual
RESPIRADOR COM FILTROS ESPECIAIS	2	par	mensal
RESPIRADOR CARVÃO ATIVADO	1	unidade	mensal
TOUCA DESCARTÁVEL	1	CX 100 unidades	Quando necessário
AVENTAL DESCARTÁVEL	1	CX 100 unidades	Quando necessário

<b>Uniformes e EPIs - JARDINEIRO</b>			
<b>EPI / Uniforme</b>	<b>QTDE</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
AVENTAL DE RASPA	1	unidade	semestral
CALÇA	3	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANA CURTA	4	unidade	anual
CAMISA OU CAMISETA MANGA LONGA	4	unidade	anual
MOLETOM OU JAQUETA	2	unidade	anual
CRACHÁ (COM FOTO)	1	unidade	deve ser trocado se não houver condições de identificação do colaborador
CALÇADOS	2	unidade	anual
BOTAS DE BORRACHA	1	par	anual
PERNEIRAS	1	par	anual
LUVAS DE LÁTEX	2	par	mensal
LUVA DE RASPA	1	par	semestral
ÓCULOS DE PROTEÇÃO	1	unidade	anual
PROTETORES AUDITIVOS	2	unidade	semestral
CAPA DE CHUVA	1	unidade	anual
COLETE REFLEXIVO	1	unidade	anual
CHAPÉU	1	unidade	anual
PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (Máscara descartável PFF1 e PFF2 para rotina de corte de grama, poda e varrição).	1	unidade	Diariamente
PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (Respirador semifacial com filtro mecânico e químico combinado - Para aplicação de defensivos/produtos).	1	unidade	Substituição <b>conforme saturação ou a cada 30 dias</b> (se o uso for muito esporádico).
PROTETOR SOLAR	1	unidade	Sempre que necessário

**ANEXO I – B DO EDITAL****(MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ESTA PLANILHA PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM O EXIGIDO PELO TERMO DE REFERÊNCIA))**

O **MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COMPLETO** e **DEMAIS DOCUMENTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO**, necessários ou não para formulação das propostas estão a disposição para baixar ou consultar através do acesso ao endereço eletrônico: [www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br), no *menu* Compras e Licitações, subseção Pregões e Procedimentos Licitatórios, em Processo Digital. Para formulação da proposta, a licitante deverá acessar o seguinte arquivo que contém o **MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS COMPLETO** e **DEMAIS DOCUMENTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO**:

**“20260520\_GPEN\_HRPS\_04.\_Planilha\_auxiliar\_de\_proposta\_M.\_O.\_e\_202605201414341829304”**

Os autos do processo estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://web-app.ghc.com.br/lpregao/>. Para acesso, o interessado deverá inserir o número do pregão no campo **“Palavra-chave”**, pressionar **“Enter”** ou clicar em **“Pesquisar”** e, na sequência, selecionar a opção **“Processo Digital”**, na qual se encontram os documentos do certame para visualização e download.

Os interessados deverão, realizar o download dos documentos anexos ao Edital por meio do endereço eletrônico <https://web-app.ghc.com.br/lpregao/>, efetuando a busca pelo número do pregão no campo **“Palavra Chave”** e acessando, na sequência, a opção **“Processo Digital”**. Somente na hipótese de **comprovada impossibilidade técnica** de obtenção dos arquivos por essa via, os documentos poderão ser solicitados à GERÊNCIA DE LICITAÇÕES por meio do e-mail [comissaodelicitacao@ghc.com.br](mailto:comissaodelicitacao@ghc.com.br) ou mediante fornecimento de dispositivo eletrônico (CD, pendrive, DVD etc.) pelo interessado, junto à GERÊNCIA de Licitações do GHC, no endereço indicado neste Edital.

**ANEXO I – C****MATRIZ DE RISCO**

A **MATRIZ DE RISCOS** necessária para formulação das propostas está a disposição para baixar ou consultar através do acesso ao endereço eletrônico: [www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br), no *menu* Compras e Licitações, subseção Pregões e Procedimentos Licitatórios, em Processo Digital. Para formulação da proposta, a licitante deverá acessar o seguinte arquivo que contém a **matriz de riscos**:

**“20260528\_GPEN\_HRPS\_07.Matriz\_Higienizacao\_e\_Jardinagem\_202605281654343659014”**

Os autos do processo estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://web-app.ghc.com.br/lpregao/>. Para acesso, o interessado deverá inserir o número do pregão no campo **“Palavra-chave”**, pressionar **“Enter”** ou clicar em **“Pesquisar”** e, na sequência, selecionar a opção **“Processo Digital”**, na qual se encontram os documentos do certame para visualização e download.

Os interessados deverão, realizar o download dos documentos anexos ao Edital por meio do endereço eletrônico <https://web-app.ghc.com.br/lpregao/>, efetuando a busca pelo número do pregão no campo **“Palavra Chave”** e acessando, na sequência, a opção **“Processo Digital”**. Somente na hipótese de **comprovada impossibilidade técnica** de obtenção dos arquivos por essa via, os documentos poderão ser solicitados à GERÊNCIA DE LICITAÇÕES por meio do e-mail [comissaodelicitacao@ghc.com.br](mailto:comissaodelicitacao@ghc.com.br) ou mediante fornecimento de dispositivo eletrônico (CD, pendrive, DVD etc.) pelo interessado, junto à GERÊNCIA de Licitações do GHC, no endereço indicado neste Edital.

**ANEXO I – D DO EDITAL  
(DECLARAÇÃO)**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total remanescente dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado, independentemente do período que a licitante ainda terá de execução do contrato. Por exemplo: se ainda persistir 30 (trinta) meses de contrato para executar, o valor a ser declarado deverá ser relativo aos 30 (trinta) meses de contrato remanescentes.

Nota 3: contratos por tempo indeterminado não precisam ser relacionados para fins de cálculo, devido sua natureza de compromisso de continuidade precária e incerta.

Fonte de pesquisa e inspiração das Notas acima: Coordenadoria Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística, da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO a Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data

apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma de Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta), observados os seguintes requisitos:

1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total remanescente dos Contratos}^*} > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total remanescente dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

**ANEXO I – E DO EDITAL  
(CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS)**

1. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este Anexo, em relação à mão-de-obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão-de-obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em instituição bancária, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

1.1 A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

1.2 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

I - 13o (décimo terceiro) salário;

II - férias e um terço constitucional de férias;

III - multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.

1.3 O órgão ou entidade contratante deverá firmar acordo de cooperação com instituição bancária, o qual determinará os termos para a abertura da conta corrente vinculada.

2. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

2.1. solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada bloqueada para movimentação, no nome da empresa, conforme disposto no item 1;

2.2. assinatura, pela empresa a ser CONTRATADA, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização.

3. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, observada a maior rentabilidade.

4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 1.2, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

5. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e um documento de autorização para a criação da conta vinculada, que deverá ser assinado pela CONTRATADA.

6. A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento dos eventos mencionados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.1 Para a liberação dos recursos da conta vinculada para o pagamento dos eventos, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá

apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

6.2 Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.3 A autorização de que trata o item 6.2 deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.

7. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3(três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

8. O saldo remanescente para a CONTRATADA, com a execução completa do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, consulta ao Sindicato da categoria e consulta a Assessoria Jurídica do GHC no que se refere à situação das reclamações trabalhistas ajuizadas por funcionários terceirizados desta empresa contratada no qual o GHC consta no polo passivo.

9. Os valores provisionados para atendimento do item 1.2 serão discriminados conforme tabela abaixo:

10. A Administração poderá utilizar como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de Planilha disponível no Portal Comprasnet, devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratado.

Este texto não substitui o publicado no DOU nº 250, Seção 1, de 26 de dezembro de 2013 com retificação publicada no DOU nº 252, Seção 1, de 30 de dezembro de 2013.

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS -  
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

ITEM			
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00 % (quatro por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO**

A \_\_\_\_\_ (CONTRATADA) AUTORIZA O GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., CNPJ 92.787.118.0001-20, EM CASO DE INADIMPLÊNCIA NO PAGAMENTO DE:

- I – 13º (décimo terceiro) salário;
- II - férias e um terço constitucional de férias;
- III - multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- IV - encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário;

A MOVIMENTAR A CONTA VINCULADA NRO \_\_\_\_\_, AGÊNCIA \_\_\_\_\_, BANCO \_\_\_\_\_ E EFETUAR A QUITAÇÃO DOS REFERIDOS ENCARGOS A QUEM DE DIREITO.

---

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CONTRATADA

**MODELO RELATIVA ÀS PLANILHAS DO PIS E COFINS (NÃO EXIGÍVEL PARA AQUELES DISPENSADOS POR LEI)**

O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos dos documentos Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições:

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL A	CONTRIBUIÇÃO APURADA B = A X 1,65%	CRÉDITO DESCONTADO C	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA D = B-C	PERCENTUAL EFETIVO E= D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.700,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.118.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
<b>PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO</b>					<b>1,41%</b>

**ANEXO I – F DO EDITAL  
(MODELO DE PROPOSTA)**
*LOGOMARCA DA LICITANTE*
**AO  
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A.**
**Pregão Eletrônico N.º 0289/26  
Processo N.º 0700/26**
**SERVIÇOS DE  
HIGIENIZAÇÃO**

ITEM	TURNO	TIPO DE ÁREA		ÁREA	PREÇO UNIT.	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL	
		Área- Médico -hospitalar		M²	R\$ M²	R\$	R\$	
1	Área com 1 Frequência - (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	TÉRREO	ACESSOS E PÁTIOS	6.840,00	0,00	0,00	0,00	
		TÉRREO	ÁREAS CIRCULAÇÃO/ESCADAS/ LEVADORESSOLARIO/DIV ERSAS	2.050,10	0,00	0,00	0,00	
		2º PAV	DIVERSOS	341,71	0,00	0,00	0,00	
		3º PAV	APOIO	15,58	0,00	0,00	0,00	
		4º PAV	DIVERSOS	95,27	0,00	0,00	0,00	
		TODOS ANDARES	ESQUADRIAS	610,00	0,00	0,00	0,00	
		PAV. TÉCNICO	ÁREAS TÉCNICAS	325,38	0,00	0,00	0,00	
		ANEXOS	ANEXOS	123,17	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>				<b>10.401,21</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Área com 2 Frequências - 1 Frequência (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0,00	0,00	0,00	
		1º PAV	CME	150,76	0,00	0,00	0,00	
		3º PAV	INTERNAÇÃO	3.227,46	0,00	0,00	0,00	
		4º PAV	INTERNAÇÃO	519,14	0,00	0,00	0,00	
		ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	87,44	0,00	0,00	0,00	
		DIVERSOS	BANHEIROS	218,78	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>				<b>4.662,88</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Área com 2 Frequências - 1 Frequência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0,00	0,00	0,00	
		1º PAV	CME	150,76	0,00	0,00	0,00	
		3º PAV	INTERNAÇÃO	3.227,46	0,00	0,00	0,00	
		4º PAV	INTERNAÇÃO	519,14	0,00	0,00	0,00	
		ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	87,44	0,00	0,00	0,00	
		DIVERSOS	BANHEIROS	218,78	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>				<b>4.662,88</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Área com 3 Frequências - 1 Manhã e 1 Tarde (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)	TÉRREO	DIVERSAS	2.791,30	0,00	0,00	0,00	
		1º PAV	CENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	856,40	0,00	0,00	0,00	
2º PAV		UTI	1.266,58	0,00	0,00	0,00		
DIVERSOS		BANHEIROS	904,80	0,00	0,00	0,00		

<b>TOTAL</b>			<b>5.819,08</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Área com 3 Freqüências - 1 Freqüência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)	TÉRREO	DIVERSAS	1.395,65	0,00	0,00	0,00
	1º PAV	CENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	428,20	0,00	0,00	0,00
	2º PAV	UTI	633,29	0,00	0,00	0,00
	DIVERSOS	BANHEIROS	452,40	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.909,54</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Valor Total</b>			<b>28.455,59</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>HORAS EVENTUAIS</b>						
<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANT. MÊS</b>		<b>VALOR HORA (R\$)</b>		<b>VALOR MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR ANUAL (R\$)</b>
SERVENTE	24		0,00		0,00	0,00
SUPERVISOR	16		0,00		0,00	0,00
<b>VALOR TOTAL HIGIENIZAÇÃO - ITEM 1 (Serviços Fixos + Horas Eventuais)</b>					<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**SERVIÇOS DE JARDINAGEM**

2	<b>GRUPO I</b>					
	<b>POSTO DE SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE</b>		<b>VALOR MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR ANUAL (R\$)</b>	
	Posto de trabalho (200h/mês) - Jardineiro	1	Serviços de corte, retirada de inço, oxigenação e limpeza de canteiros, podas, rega, plantio de grama, plantio de mudas, replantio, etc.	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>GRUPO II</b>					
	<b>UNIDADE</b>			<b>TETO MENSAL (R\$)</b>	<b>TETO ANUAL (R\$)</b>	
	HRPS - VALORES SOB DEMANDA ( <i>não será objeto de disputa</i> )			5.000,00	60.000,00	
	<b>TOTAL</b>			<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	
	<b>VALOR TOTAL JARDINAGEM - ITEM 2 (Serviços Fixos + Valores Sob Demanda)</b>				<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>
	<b>VALOR TOTAL GLOBAL (Itens 1 e 2)</b>				<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

(x) Declaramos que os serviços cotados atendem ao solicitado no Edital, especialmente ao que concerne ao exigido.

Pagamento: conforme Edital.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Prazo de execução dos serviços: \_\_\_\_\_

Integram a presente proposta, para todos os fins e efeitos, independentemente de transcrição, todas as condições e exigências constantes do Edital.

Além do resumo da proposta da planilha acima, a licitante deverá apresentar todas as planilhas presentes no arquivo do **Anexo I – B** deste edital.

Porto Alegre, de de 2026

Dados do Responsável:

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF, E-Mail (Correio Eletrônico)

\_\_\_\_\_  
Assinatura Representante Legal

**ANEXO II DO EDITAL  
MODELO DE DECLARAÇÃO**

Processo n.º 0700/26  
Pregão n.º 0289/26

A empresa ....., CNPJ n.º....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação neste Pregão do Grupo Hospitalar Conceição e suas empresas, que:

- 1) Informará ao Grupo Hospitalar Conceição a respeito de qualquer circunstância ou fato ocorrido após a apresentação da documentação de habilitação que importe em alteração de suas condições de habilitação.
- 2) Não possui em seu quadro funcional menores de 16 (dezesesseis) anos de idade.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, nas condições de aprendiz.

Data:.....de.....de .....

---

Assinatura e nome do representante legal da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

**ANEXO III DO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Processo n.º 0700/26

Pregão n.º 0289/26

[Empresa] \_\_\_\_\_, doravante denominada [Empresa], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, em especial o art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo [Empresa], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Grupo Hospitalar Conceição antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que seu representante detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Porto Alegre, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor, Sócio, Gerente ou Equivalente

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da representada.

**ANEXO IV DO EDITAL****MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º 0000/26**  
**PROCESSO N.º 0700/26**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 000/00 FIRMADO ENTRE O GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. E A EMPRESA CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS (HRPS), COMPREENDENDO A HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO HOSPITALAR DE ÁREAS AMBULATORIAIS E ADMINISTRATIVAS, COM MANEJO DE RESÍDUOS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM EM ÁREAS VERDES E SOLOS NATURAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, INSUMOS E MUDAS, COM O DEVIDO RECOLHIMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS

O GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., pessoa jurídica de direito privado, empresa pública da União, inscrita no CNPJ sob o nº 92.787.118/0001-20, com sede na Avenida Francisco Trein, 596, nesta Capital, CEP 91350-200, doravante denominado CONTRATANTE, representado pelo seu Diretor Presidente, Sr. Gilberto Barichello, seu Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. João Constantino Pavani Motta, sua Diretora de Atenção à Saúde, Sra. Rosana Reis Nothen, e sua Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação, a Sra. Quelen Tanize Alves da Silva, e, de outro lado, PRESTADORA DE SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com endereço na Avenida, 000, em Cidade/UF, CEP 00000-000, telefone (00) 0000-0000, e-mail: **email@email.com.br**, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada através de seu representante legal, Sr. Fulano de Tal, tem justo e contratado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços,

derivado da homologação do **Pregão Eletrônico n.º 0289/26**, sendo o presente instrumento regido pelas disposições da Lei nº 13.303/16 e as cláusulas a seguir descritas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é a prestação dos SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS (HRPS), COMPREENDENDO A HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO HOSPITALAR DE ÁREAS AMBULATORIAIS E ADMINISTRATIVAS, COM MANEJO DE RESÍDUOS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM EM ÁREAS VERDES E SOLOS NATURAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, INSUMOS E MUDAS, COM O DEVIDO RECOLHIMENTO E DESCARTE DE RESÍDUOS, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável até o limite legal, mediante acordo entre as partes, conforme Termo de Referência e demais especificações e condições constantes deste contrato e do respectivo Edital de licitação e seus Anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Em retribuição aos serviços constantes da cláusula primeira o CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os valores constantes da tabela do item 2.1.1 abaixo, correspondentes aos quantitativos efetivamente executados no mês respectivo.

2.1.1. Detalhamento dos valores, conforme segue:

#### SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	TURNO	TIPO DE ÁREA		ÁREA	PREÇO UNIT.	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL	
		Área- Médico -hospitalar		M <sup>2</sup>	R\$ M <sup>2</sup>	R\$	R\$	
1	Área com 1 Frequência - (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	TÉRREO	ACESSOS E PÁTIOS	6.840,00	0,00	0,00	0,00	
		TÉRREO	ÁREAS CIRCULAÇÃO/ESCADAS/E LEVADORESSOLARIO/DIV ERSAS	2.050,10	0,00	0,00	0,00	
		2º PAV	DIVERSOS	341,71	0,00	0,00	0,00	
		3º PAV	APOIO	15,58	0,00	0,00	0,00	
		4º PAV	DIVERSOS	95,27	0,00	0,00	0,00	
		TODOS ANDARES	ESQUADRIAS	610,00	0,00	0,00	0,00	
		PAV. TÉCNICO	ÁREAS TÉCNICAS	325,38	0,00	0,00	0,00	
		ANEXOS	ANEXOS	123,17	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>				<b>10.401,21</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Área com 2 Frequências - 1 Frequência (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0,00	0,00	0,00	
		1º PAV	CME	150,76	0,00	0,00	0,00	
		3º PAV	INTERNAÇÃO	3.227,46	0,00	0,00	0,00	
		4º PAV	INTERNAÇÃO	519,14	0,00	0,00	0,00	
		ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	87,44	0,00	0,00	0,00	
		DIVERSOS	BANHEIROS	218,78	0,00	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>				<b>4.662,88</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Área com 2 Frequências - 1	1º PAV	DIVERSOS	459,30	0,00	0,00	0,00	
		1º PAV	CME	150,76	0,00	0,00	0,00	

Frequência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do Termo de Referência)	3º PAV	INTERNAÇÃO	3.227,46	0,00	0,00	0,00
	4º PAV	INTERNAÇÃO	519,14	0,00	0,00	0,00
	ANEXOS	CENTRAL DE RESÍDUO	87,44	0,00	0,00	0,00
	DIVERSOS	BANHEIROS	218,78	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>4.662,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Área com 3 Freqüências - 1 Manhã e 1 Tarde (Diurno: das 07 às 19 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)	TÉRREO	DIVERSAS	2.791,30	0,00	0,00	0,00
	1º PAV	CENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	856,40	0,00	0,00	0,00
	2º PAV	UTI	1.266,58	0,00	0,00	0,00
	DIVERSOS	BANHEIROS	904,80	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>5.819,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Área com 3 Freqüências - 1 Frequência (Noturno: das 19 às 07 hs) de segunda a Domingo - 12h - (Item 3.3 do T. R.)	TÉRREO	DIVERSAS	1.395,65	0,00	0,00	0,00
	1º PAV	CENT. CIRÚRGICO / LABORATÓRIO	428,20	0,00	0,00	0,00
	2º PAV	UTI	633,29	0,00	0,00	0,00
	DIVERSOS	BANHEIROS	452,40	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.909,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Valor Total</b>			<b>28.455,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>HORAS EVENTUAIS</b>						
<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANT. MÊS</b>		<b>VALOR HORA (R\$)</b>		<b>VALOR MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR ANUAL (R\$)</b>
SERVENTE	24		0,00		0,00	0,00
SUPERVISOR	16		0,00		0,00	0,00
<b>VALOR TOTAL HIGIENIZAÇÃO - ITEM 1 (Serviços Fixos + Horas Eventuais)</b>					<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**SERVIÇOS DE JARDINAGEM**
**GRUPO I**

2	<b>POSTO DE SERVIÇO</b>	<b>QUANTIDADE</b>		<b>VALOR MENSAL (R\$)</b>	<b>VALOR ANUAL (R\$)</b>	
	Posto de trabalho (200h/mês) - Jardineiro	1	Serviços de corte, retirada de inço, oxigenação e limpeza de canteiros, podas, rega, plantio de grama, plantio de mudas, replantio, ,etc.	0,00	0,00	
	<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
	<b>GRUPO II</b>					
	<b>UNIDADE</b>			<b>TETO MENSAL (R\$)</b>	<b>TETO ANUAL (R\$)</b>	
	HRPS - VALORES SOB DEMANDA ( <i>não será objeto de disputa</i> )			5.000,00	60.000,00	
	<b>TOTAL</b>			<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	
	<b>VALOR TOTAL JARDINAGEM - ITEM 2 (Serviços Fixos + Valores Sob Demanda)</b>				<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

<b>VALOR TOTAL GLOBAL (Itens 1 e 2)</b>				<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>
---	--	--	--	-----------------	------------------

2.2. O pagamento somente será realizado após a autorização do Gestor de Contrato acerca da adequada prestação dos serviços e cumprimento de todas obrigações acessórias.

2.3. Sobre os preços ora acordados, já estão computados todos os impostos, tributos, encargos sociais, seguros, equipamentos, administração, transporte, licenças, encargos

trabalhistas, EPI's, despesas diretas ou indiretas, enfim, tudo que é necessário para boa execução dos serviços supra referidos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O período de competência de cada nota fiscal deverá iniciar no dia 15 (quinze) de cada mês e encerrar no dia 14 (quatorze) do mês subsequente.

3.2. A apresentação da nota fiscal relativa ao faturamento dos serviços prestados será realizada pela CONTRATADA, até o 3º (terceiro) dia útil após o recebimento da tarefa na plataforma Workflow, mediante execução de tarefa na plataforma supracitada, utilizada pelo CONTRATANTE para tramitação de processos eletrônicos.

3.3. O CNPJ do Emitente, a ser incluído pela CONTRATADA na nota fiscal, deverá ser o mesmo constante do Contrato de Prestação de Serviços, salvo quando for matriz e filial, e estar vinculado a uma conta bancária no Brasil.

3.3.1. Para fins de instrução da CONTRATADA para a correta forma de emissão das notas fiscais/faturas de fornecimento de bens e ou serviços ao GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. e suas filiais, serão adotado os seguintes critérios:

3.3.1.1. Para as notas fiscais de fornecimento de material de consumo, bens e ou serviços ao GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. (matriz), a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em nome do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A., utilizando como dados do destinatário o CNPJ e o endereço da matriz, realizando a entrega do material de consumo, dos bens e ou serviços no endereço informado na Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço.

3.3.1.2. Para as notas fiscais de fornecimento de material de consumo, bens e ou serviços para as filiais, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em nome de GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. e utilizar nos demais dados do destinatário o CNPJ e o endereço da filial destinatária dos bens ou serviços, fazendo a entrega do material de consumo, dos bens e ou serviços no endereço informado na Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço.

3.3.1.3. Em cada nota fiscal emitida deverão constar os seguintes dados:

- a) número do Processo;
- b) número do Contrato;
- c) dados bancários para recebimento do preço; e
- d) o período relativo ao serviço prestado.

3.3.1.4. A CONTRATADA obriga-se a informar o número da AES (Autorização de Execução de Serviço) ou OS (Ordem de Serviço) ou similar no campo xPed (equivalente ao número do pedido de compra do cliente) dentro do XML da NFe.

3.4. O vencimento de cada nota fiscal deverá ocorrer no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente do período de competência que se refere à prestação dos serviços.

3.5. Caso a CONTRATADA não anexe a nota fiscal e/ou não execute a tarefa devida na data aprazada no subitem 3.2 deste instrumento ou anexe e execute a tarefa, porém a nota fiscal esteja em desconformidade no que tange as informações e valores, poderá haver atraso no pagamento, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

3.6. O arquivo "xml" relativo à nota fiscal deverá ser enviado ao seguinte endereço eletrônico do GHC: [recnfehns@ghc.com.br](mailto:recnfehns@ghc.com.br).

3.7. Na hipótese de atraso de pagamento pelo CONTRATANTE dos créditos resultantes deste Contrato, ao seu valor será acrescida a variação correspondente à taxa mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC do mês da emissão da fatura, a título de compensação financeira, calculada *pro rata die*, desde o dia imediatamente subsequente ao vencimento até o seu efetivo pagamento.

3.8. A critério do CONTRATANTE poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA, decorrentes da prestação dos serviços deste contrato.

3.9. No caso de recusa ou demora no atendimento de qualquer reclamação do CONTRATANTE poderá este confiar a outro a execução dos serviços reclamados e não executados e o custo correspondente será abatido da fatura mensal de prestação de serviço, independente das demais penalidades cabíveis.

3.10. O Gestor de Contrato será responsável pelo ateste e autorização do pagamento da nota fiscal, tramitados na plataforma Workflow, e constituídos pela avaliação da quantidade e da qualidade dos serviços executados, que deverão ocorrer em perfeita conformidade com os critérios estabelecidos no Edital da Licitação, no Termo de Referência e no Contrato de Prestação de Serviços.

3.11. Caso a CONTRATADA não receba a tarefa de anexar a nota fiscal no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de início do período de competência da nota fiscal, o prazo de pagamento passará ao 5º (quinto) dia útil, após o anexo da nota fiscal e execução da tarefa no Workflow, salvo as situações em que o documento for anexado com pendências.

3.12. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) deverá comunicar tal condição à Gerência Financeira do CONTRATANTE, em data anterior a entrega da primeira parcela do objeto contratual, que conferirá, no sítio da Receita Federal do Brasil, a situação atualizada das empresas no cadastro do Simples Nacional.

3.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

3.14. O CONTRATANTE reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) incidente sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA do certame, conforme prevê o artigo 34, da Lei nº 10.833, de 29.12.2003, combinado com o artigo 64, da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

3.14.1. As alíquotas corresponderão às fixadas no Anexo I, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3.14.2. Para o fim do atendimento do § 3º, do artigo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.2012, as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não

incidência ou alíquota zero devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, se sujeitarem à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.15. A CONTRATADA, se aplicável, deverá discriminar os materiais e/ou equipamentos utilizados, quando da emissão da nota fiscal/fatura, conforme determinação contida na Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17.10.2022. A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal/fatura o valor de Retenção para Previdência Social (INSS), se aplicável, conforme determinação dos artigos 121, §§ 1º e 2º e 122, da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17.10.2022.

3.16. A CONTRATADA e o CONTRATANTE, este por último na condição de substituto tributário, deverão reter e recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ao município da prestação dos serviços, ou na falta do estabelecimento deste local, naquele do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003, quando o imposto será devido no local.

3.17. O CONTRATANTE poderá sustar ou reter parte do pagamento de qualquer nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- 3.17.1. execução defeituosa dos serviços;
- 3.17.2. descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;
- 3.17.3. débito da CONTRATADA para com o CONTRATANTE quer proveniente da execução do Contrato decorrente desta licitação, quer de obrigações de outros instrumentos contratuais;
- 3.17.4. não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;
- 3.17.5. obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o CONTRATANTE;
- 3.17.6. paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA; e
- 3.17.7. falta de pagamento de obrigações trabalhistas e sociais aos seus empregados, facultando ao CONTRATANTE o pagamento direto a eles, caso assim entender necessário.

3.18. O pagamento será realizado de acordo com os serviços efetivamente realizados pela CONTRATADA durante o período de competência correspondente.

3.19. A emissão da Nota fiscal só poderá ocorrer após o recebimento do Nº de Empenho ou Nota de Empenho, o qual representa a existência de saldo orçamentário, possibilitando o posterior pagamento das notas.

3.20. A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, emitir a Nota Fiscal sem ter recebido o Nº de Empenho ou Nota de Empenho, ou seja, a data de emissão da nota fiscal NUNCA poderá ser anterior à data da liberação destes documentos e geração do saldo orçamentário. Nesses casos, será devolvida.

3.21. Os pagamentos serão processados conforme estabelecido no Edital de Licitação/Contrato. Devem acompanhar a Nota Fiscal / Fatura, além da planilha de serviços.

3.22. Em virtude do disposto no Art. 59-A da CLT, nos contratos de prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra com jornada de 12x36, quando esta jornada for permitida pela legislação, não serão mais devidos o pagamento em dobro pelo

trabalho realizado em feriados e o adicional noturno nas prorrogações de trabalho noturno, caso não previsto em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou em contrato individual.

3.23. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá adotar os seguintes procedimentos:

3.23.1. Os valores provisionados para pagamento das férias, um terço constitucional de férias, 13º salário, encargos previdenciários e de FGTS incidentes sobre as rubricas supracitadas e a multa sobre o saldo do FGTS dos empregados da CONTRATADA, serão depositados pelo CONTRATANTE em conta depósito vinculada específica, conforme o disposto no inciso IX do artigo 45 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO.

3.23.2. Os valores provisionados ficarão resguardados na conta-depósito vinculada, podendo a empresa solicitar o resgate desses valores proporcionalmente ao período laborado pelos empregados nas dependências do CONTRATANTE, quando ocorrerem as seguintes situações:

3.23.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;

3.23.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 (um terço) de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

3.23.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e multa rescisória sobre o FGTS (dependendo da causa do afastamento);

3.23.2.4. O saldo remanescente para a CONTRATADA, com a execução completa do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, consulta ao Sindicato da categoria e consulta a Assessoria Jurídica do CONTRATANTE no que se refere à situação das reclamações trabalhistas ajuizadas por funcionários terceirizados desta empresa CONTRATADA no qual o CONTRATANTE consta no polo passivo.

3.23.3. A solicitação da liberação dos valores da conta-depósito vinculada pelos motivos expostos na subcláusula 3.23.2 acima somente serão liberados com a autorização expressa do CONTRATANTE.

3.23.4. O CONTRATANTE poderá, considerando o caso em concreto, autorizar a movimentação dos recursos da conta-depósito vinculada bloqueada, antes da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista, mediante a solicitação da CONTRATADA. Nessa situação a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante da quitação das obrigações trabalhistas.

3.23.5. O CONTRATANTE poderá descontar valores de multas e de indenizações de reclamações trabalhistas do saldo remanescente da conta-depósito vinculada.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

4.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, observado os itens 4.2 e 4.3 desta Cláusula.

4.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, contados da data-base aplicável do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta da CONTRATADA, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos, será possível a repactuação, mediante termo aditivo firmado entre as partes, dos componentes dos preços que envolvam a folha de salários, com base em convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo da categoria profissional a que pertencem os empregados da CONTRATADA, ou, ainda, em decorrência de lei.

4.2.1. A repactuação contratual prevista neste item visará à adequação dos preços aos patamares de mercado.

4.2.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

4.2.3. As repactuações somente serão analisadas, quando precedidas de solicitação da CONTRATADA, no momento da renovação do Contrato, se ocorrer, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos e formação de preços e do documento que fundamenta o pedido.

4.2.4. Fica vedada a inclusão, na proposta de repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto se tornados obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho.

4.3. Após o interregno de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta da CONTRATADA ou da data do orçamento a que se referir a proposta, será possível o reajuste dos preços, em relação aos seus componentes não incluídos no **item 4.2** desta **Cláusula Quarta**, mediante avaliação da sua natureza, pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, ou outro índice que venha a substituí-lo, exceto vale transporte, que será reajustado de acordo com o percentual de reajuste respectivo concedido pelo órgão competente, mediante solicitação da CONTRATADA no momento da renovação do Contrato, se ocorrer.

4.4. A CONTRATADA é responsável integral e exclusivamente por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecida na MATRIZ DE RISCO constante do Anexo I do respectivo edital de licitação que deu origem a este Contrato, naquilo que lhe couber.

4.5. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

4.6. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantida as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

4.7. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reajuste devido a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

4.8. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da expedição da Autorização

de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço pelo CONTRATANTE, podendo ser prorrogado, por comum acordo entre as partes, por aditivo contratual, até o limite legal.

5.1.1. Em eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação do contrato. A empresa terá oportunidade de se posicionar no que tange a prorrogação do contrato com as supressões/reduções tratadas, devendo apresentar suas respostas devidamente embasadas até o décimo dia útil do recebimento da tarefa específica para essa manifestação na plataforma Workflow. Caso não conclua a tarefa no prazo estipulado, será aberta notificação ao fornecedor, podendo ser aplicadas as sanções administrativas previstas neste contrato. Todo o processo mencionado nesta subcláusula, ocorrerá por meio da plataforma Workflow.

5.2. A Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Execução de Serviço será expedida somente após a assinatura do contrato do Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Gestor de Contrato.

6.2. A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

6.3. Quaisquer exigências do Gestor de Contrato, inerentes ao objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

6.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato do CONTRATANTE deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas apropriadas.

6.5. A fiscalização do cumprimento do objeto contratual integra, igualmente, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais dos trabalhadores da CONTRATADA, e compreende as seguintes comprovações:

6.5.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

6.5.1.1. Planilha padronizada contendo a relação de empregados, informando: (1) número de registro, (2) nome completo, (3) data de admissão, (4) número de identidade (Registro Geral-RG), (5) número de inscrição no Programa de Integração Social (PIS), (6) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), (7) cargo, (8) função, (9) turno de trabalho, (10) horário de trabalho (inclusive com horário de intervalo), (11) salário, (12) local do posto de trabalho do empregado e (13) quaisquer informações ou observações pertinentes, com indicação de quais empregados serão responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

- 6.5.1.2. Cópia da Carta de Apresentação do funcionário para prestação de serviços no CONTRATANTE, contendo posto de trabalho e data de início, com a ciência do empregado.
  - 6.5.1.3. Cópia do Contrato de Trabalho.
  - 6.5.1.4. Cópia da Ficha de Registro de Empregado.
  - 6.5.1.5. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento “pdf” gerado no aplicativo CTPS digital, na opção “Enviar Carteira de Trabalho”) dos empregados admitidos ou cópia do registro do evento de Admissão do eSocial (S-2200).
  - 6.5.1.6. Cópia do recibo de entrega e devolução da CTPS aos empregados, devidamente assinado, nos casos que não for utilizada a CTPS Digital.
  - 6.5.1.7. Cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
  - 6.5.1.8. Cópia do Requerimento de Vale-Transporte ou Declaração de Renúncia, assinada pelo funcionário.
  - 6.5.1.9. Cópia do Termo de responsabilidade para Concessão do Salário-Família ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
  - 6.5.1.10. Cópia da Declaração de dependentes do Imposto de Renda ou declaração com a ciência do funcionário que este não possui dependente;
  - 6.5.1.11. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.
  - 6.5.1.12. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
  - 6.5.1.13. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação) e de Uniformes, com ciência do empregado.
  - 6.5.1.14. Recibos de entrega de Crachá, com ciência do empregado.
  - 6.5.1.15. Sempre que houver admissão ou transferência de empregados da CONTRATADA para prestação de serviços no CONTRATANTE, os documentos elencados na cláusula 6.5.1 deverão ser apresentados à fiscalização.
- 6.5.2. Até o 30º (trigésimo) dia de cada mês, relativamente ao mês anterior, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos:
- 6.5.2.1. Prova de inexistência de débitos com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
  - 6.5.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.
  - 6.5.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
  - 6.5.2.4. Declaração do Ministério do Trabalho e Emprego de Informação sobre Infrações.

- 6.5.2.5. Relação de funcionários que prestaram serviço no CONTRATANTE, no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.
- 6.5.2.6. Cópia da Carta de Transferência do funcionário, contendo data de início e/ou saída do posto de trabalho deste CONTRATANTE, com assinatura do empregado, quando aplicável.
- 6.5.2.7. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o CONTRATANTE.
- 6.5.2.8. Cópia dos contracheques com assinatura dos empregados (caso seja utilizado contracheque virtual, deve ser enviado documento contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao documento).
- 6.5.2.9. Cópia do comprovante de pagamento de salário em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 6.5.2.10. Cópia dos comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, de todos empregados a serviço do CONTRATANTE, relativos ao mês da prestação dos serviços, sendo que o vale-transporte e o vale alimentação devem ser realizados por recarga de cartão eletrônico.
- 6.5.2.11. Cópia do comprovante de repasse de contribuições previstas nas normas coletivas, quando for o caso.
- 6.5.2.12. Cópia do registro de frequência com totalizador dos eventos (horas extras, horas noturnas, horas intervalares, entre outros) dos empregados da CONTRATADA, através de sistema de registro eletrônico autenticado por biometria, adequado às regras do Ministério do Trabalho e Previdência, e com a assinatura do empregado;
- 6.5.2.13. Cópia do DARF de recolhimento de INSS e IRRF e respectivo comprovante de pagamento.
- 6.5.2.14. Em caso de parcelamento dos débitos, cópia do requerimento de parcelamento, do DARF de recolhimento e do comprovante de pagamento das parcelas.
- 6.5.2.15. Cópia do Relatório da Declaração Completa da DCTFWeb, do Relatório Resumo de Débitos e Créditos, e do Recibo de Entrega.
- 6.5.2.16. Cópia da guia de recolhimento de FGTS Digital e respectivo comprovante de pagamento.
- 6.5.2.17. Relação de Trabalhadores do FGTS Digital referente aos funcionários terceirizados lotados no GHC;
- 6.5.2.18. Aviso e recibo de férias com assinatura do empregado.
- 6.5.2.19. Comprovante de pagamento do adiantamento das férias, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado.

- 6.5.2.20. Cópia da folha de pagamento analítica e sintética do Décimo Terceiro Salário (13º), em que conste como tomador o CONTRATANTE, quando aplicável.
- 6.5.2.21. Cópia dos contracheques do Décimo Terceiro Salário (13º) com assinatura dos empregados (caso seja utilizado o contracheque virtual, deve ser enviado documento contendo a ciência do empregado sobre a disponibilização de acesso ao contracheque), quando aplicável.
- 6.5.2.22. Cópia do comprovante de pagamento Décimo Terceiro Salário (13º) em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 6.5.2.23. Cópia da DCTFWeb ou Relação de Trabalhadores do FGTS Digital pertinente ao Décimo Terceiro Salário (13º);
- 6.5.2.24. Cópia dos registros de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
- 6.5.2.25. Cópias dos atestados médicos apresentados no mês de competência pelos empregados a serviço do CONTRATANTE.
- 6.5.2.26. Comprovante de encaminhamento ou retorno ao/do INSS de empregado da CONTRATADA ocorrido no mês de competência.
- 6.5.2.27. Cópia do relatório da composição de médias de salários variáveis para férias, décimo terceiro salário e rescisão, quando aplicável.
- 6.5.2.28. Cópia do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho assinado pelo empregado demitido no mês de competência, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria.
- 6.5.2.29. Cópia do pedido de demissão ou comunicado de desligamento do empregado.
- 6.5.2.30. Recibo de entrega de requerimento do seguro desemprego, quando aplicável.
- 6.5.2.31. Cópia dos comprovantes de pagamento da rescisão, mediante depósito em conta bancária em nome do empregado da CONTRATADA.
- 6.5.2.32. Cópia do Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório, cópia da Guia de FGTS Rescisório Digital e cópia do respectivo comprovante de recolhimento, quando aplicável.
- 6.5.2.33. Extrato integral da conta vinculada do FGTS de cada empregado que teve o contrato de trabalho rescindido.
- 6.5.2.34. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital (documento "pdf" gerado no aplicativo CTPS digital, na opção "Enviar Carteira de Trabalho") dos empregados demitidos ou cópia do registro do evento de Desligamento do eSocial (S-2299). Em caso de registro na CTPS física, deverá ser encaminhado o recibo de entrega e devolução da CTPS referente a este evento.
- 6.5.2.35. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional (demissionais) dos funcionários desligados no mês de competência.
- 6.5.2.36. Cópia do termo de prorrogação do contrato de trabalho de prazo determinado/experiência, nos casos de desligamentos de

funcionários terceirizados pelos motivos de término de contrato e antecipação do término do contrato de trabalho, independentemente se foi motivado pelo empregador ou empregado, caso a data do desligamento esteja abrangida neste documento.

6.5.3. Quando da extinção ou rescisão deste contrato, entrega da documentação relacionada no subitem 6.5.2, após o último mês de prestação dos serviços, até o dia 30º (trigésimo) do mês subsequente:

6.5.3.1. Entrega, quando solicitado pelo CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.5.3.1.1. Extrato da conta do FGTS de qualquer empregado, a critério do CONTRATANTE.

6.5.3.1.2. Declaração anual de que possui as demonstrações contábeis atualizadas, assinado por contador regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade;

6.5.3.1.3. Memória de cálculo correspondente à composição de quaisquer valores de direito que envolvam a esfera trabalhista.

6.5.3.1.4. Cópia da declaração do EFD-Reinf.

6.5.3.1.5. Comprovantes de pagamento de parcelamento dos débitos.

6.5.4. A critério da Administração, quando necessário, poderão ser solicitados documentos e informações complementares, a fim de elidir eventuais dúvidas quanto ao adimplemento de obrigações previdenciárias e trabalhistas.

6.5.5. Mensalmente, ou quando aplicável, a CONTRATADA deverá entregar os seguintes documentos pertinentes à Segurança do Trabalho:

6.5.5.1. Relação de funcionários que prestaram serviços no CONTRATANTE, e foram admitidos/transferidos ou desligados no mês, especificando se efetivo/folguista/substituto/volante e informando: (1) nome completo, (2) data de admissão/transferência (3) data de desligamento/transferência, (4) número do CPF, (5) cargo/função, (06) local do posto de trabalho do empregado.

6.5.5.2. Cópias do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR), que deverão ser reapresentados após expiração da respectiva validade.

6.5.5.3. Documentos de comprovação de treinamento dos empregados da CONTRATADA sobre Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego exigidas para essa contratação.

6.5.5.4. Cópia dos recibos de entrega de EPIs (com CA-Certificado de Aprovação), com ciência do empregado.

6.5.5.5. Cópia da Carteira de Vacinação Nacional.

6.5.5.6. Cópias de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO (admissionais, demissionais ou periódicos) emitidos no mês de competência.

6.6. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados no subitem 6.5 de acordo com a periodicidade de apresentação exigida anteriormente, organizados e agrupados por nome de empregado, em cópias digitalizadas no formato "Portable Document Format" (pdf), devendo ser compactados em um único arquivo no formato ZIP e encaminhados através da Plataforma Zeev Workflow.

6.7. Mensalmente, além dos documentos e informações já elencados nesta Cláusula, a CONTRATADA deverá fornecer à CAFC os seguintes documentos:

6.7.1. Checklist, emitido por filial, preenchido e assinado pelo representante da CONTRATADA e por responsável de cada filial onde ocorrem os serviços, conforme modelo existente no respectivo Edital de licitação que dá origem ao contrato.

6.7.2. Cópias dos relatórios de visita diários da CONTRATADA; e

6.7.3. Quando da admissão ou transferência de algum empregado da CONTRATADA para prestação de serviços para o CONTRATANTE, encaminhar cópia da carta de apresentação do funcionário.

6.8. O CONTRATANTE deverá verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

6.8.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário.

6.8.2. À concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional.

6.8.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.

6.8.4. Aos depósitos do FGTS e;

6.8.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

6.9. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, podendo executar a garantia em valor correspondente ou, na insuficiência da garantia, poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

6.10. Na hipótese prevista no subitem acima e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até quinze dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços contratados. Dependendo da gravidade apurada, o prazo estabelecido neste subitem poderá ser reduzido.

6.11. O sindicato representante da categoria do trabalhador poderá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos itens anteriores.

6.12. O pagamento direto das obrigações, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

6.13. A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:

6.13.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela CONTRATADA.

6.13.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

6.13.3. Prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato à solução de problemas relacionados ao objeto.

6.14. A gestão e a fiscalização de que trata o item anterior competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

6.15. A glosa será calculada considerando os seguintes critérios:

6.15.1. Para área física não limpa ou higienizada em desacordo com as premissas definidas nos instrumentos que compõem essa contratação, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC) deverá informar, através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado, a metragem quadrada (m<sup>2</sup>), a data da ocorrência e a identificação da desconformidade ocorrida na prestação de serviços objeto deste contrato. O cálculo consistirá na seguinte equação: total do metro quadrado (m<sup>2</sup>) não limpo ou limpo em desacordo às premissas definidas nos instrumentos que compõe essa contratação, multiplicado pelo valor do metro quadrado (m<sup>2</sup>) conforme constante na planilha de custos e formação de preços, correspondente ao período da aferição da glosa e do tipo de área relacionada.

6.15.2. Em relação aos recursos humanos (serventes e encarregados) e insumos (materiais, equipamentos, uniformes, EPIs, entre outros) que forem disponibilizados em desconformidade com os preceitos estabelecidos nesta contratação, deverá haver glosa correspondente à ausência identificada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual (CAFC), através do relatório da fiscalização técnica correspondente ao período averiguado. Essa glosa deverá ser calculada da seguinte forma:

6.15.2.1. Desconformidade na disponibilização dos recursos humanos:

6.15.2.1.1. Ausência de recursos humanos diária: Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela quantidade de dias contidos na composição do seu cálculo na planilha de custos e formação de preços, multiplicado pela quantidade de dias em que ocorreram as faltas.

6.15.2.1.2. Ausência de recursos humanos por hora: Valor do preço-homem (valor mensal total do empregado) dividido pela carga horária contratada do preço-homem, multiplicada pela quantidade de tempo que ocorreu a falta.

6.15.2.1.3. Nas glosas apuradas nas subcláusulas acima, quando essas forem especificamente de serventes, também deverá ser apurada a glosa por ausência de supervisão por

parte do encarregado, proporcionalmente ao período averiguado de falta de servente.

6.15.2.2. Desconformidade na disponibilização dos insumos:

6.15.2.2.1. Diferença entre o valor contratual mensal contendo todos os insumos e o valor contratual em que se aplica a diminuição dos insumos relacionados como faltantes. Este cálculo deverá estar proporcionalizado pelo período correspondente à glosa.

6.15.3. Na identificação de área física não limpa proveniente da ausência de servente, o critério que será adotado para fins de cálculo de glosa é a área física não limpa.

6.16. As demais disposições relativas à fiscalização, contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem ao contrato, se houver, deverão ser atendidas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

7.1. O processo administrativo sancionatório é operacionalizado através do Sistema ZEEV (workflow GHC), sendo responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados cadastrais e de acesso atualizados, bem como operar adequadamente o sistema. O CONTRATANTE informa que todas as notificações, e as respectivas respostas, relativamente à execução contratual e o eventual processo sancionatório serão enviadas exclusivamente pelo Sistema ZEEV.

7.2. Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste instrumento, erro, imperfeição, mora na execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, incidência em quaisquer das condutas previstas no artigo 246 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, a CONTRATADA estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

7.3. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição e neste instrumento, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no termo de Contrato;

III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no termo de Contrato;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos; e

7.4.1. As sanções pecuniárias previstas nos incisos II e III do caput poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e IV do caput.

7.4. No caso de reincidência no atraso da execução dos serviços, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem prejuízo das cobranças das multas.

7.5. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos, implicará a não aceitação dos mesmos, sem prejuízo da cobrança de multa.

7.6. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de

qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou Autorização de Fornecimento/Autorização de Execução de Serviço/Ordem de Início de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.7. Se, pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE necessitar contratar os serviços no mercado, fica a CONTRATADA responsável por arcar com o pagamento da diferença entre o preço contratado originariamente e o praticado no momento da nova contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

7.8. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e compensatórias à CONTRATADA, diante do não cumprimento das disposições editalícias e contratuais. Poderá a CONTRATADA ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

**7.8.1. DAS MULTAS MORATÓRIAS POR ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

7.8.1.1. Sem prejuízo da faculdade de rescindir o Contrato ou cumular outras sanções, inclusive multas compensatórias, o CONTRATANTE poderá aplicar multas moratórias por retardo injustificado no cumprimento do objeto contratual, seja pela entrega em atraso dos bens, insumos ou materiais ou atraso na prestação dos serviços, conforme Termo de Referência/Projeto Básico.

7.8.1.2. A multa moratória incidirá sobre a parcela correspondente do objeto contratual, conforme o parcelamento do fornecimento dos bens, insumos ou materiais, o cronograma de execução dos serviços ou cronograma físico-financeiro, em caso de obras.

7.8.1.3. A multa moratória será de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até um limite de 30 (trinta) dias corridos.

7.8.1.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ensejar a rescisão unilateral do Contrato, incidindo demais sanções previstas no Edital e no instrumento contratual.

**7.8.2. DA MULTA MORATÓRIA POR ATRASO DA ENTREGA DA GARANTIA.**

7.8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

7.8.2.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato, conforme dispõem o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

7.8.2.3. O disposto no item 7.8.2 e seus subitens somente será aplicado quando houver cláusula específica que exija a apresentação de garantia de execução contratual, previsão esta que deverá constar ao menos do edital ou do Contrato.

**7.8.3. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA AVERIGUADA PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

7.8.3.1. Se a **CONTRATADA** não entregar a documentação de apresentação obrigatória, exigida pelo Edital ou Contrato, será considerada inadimplente com a obrigação acessória e estará sujeita a aplicação de multa compensatória de até 03,00% (três por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, podendo esse percentual variar devido às situações verificadas ou por decisão do Gerente de Suprimentos. Caso a apresentação dos documentos ocorra de forma incompleta e/ou adversa ao contrato, o percentual da multa será inferior ao percentual da situação que não houve entrega de determinados documentos, conforme quadro abaixo:

Situações	Percentual de inconformidade averiguada <sup>(1)</sup> (A)	Percentual ponderado (B)	Percentual considerando a ponderação (AxB)
Percentual de ponderação da quantidade de documentos não recebidos sobre o percentual de multa estabelecido no caput		100,00%	
Percentual de consideração sobre a quantidade de documentos recebidos de forma adversa e/ou incompletos sobre o percentual de multa estabelecido no caput		95,00%	
<b>Percentual ponderado total (PPT)</b> do não cumprimento da empresa nesta competência (Conforme previsão contratual, esse percentual é definido da seguinte forma: (Percentual do "recebido adverso ao contrato" + "recebido parcialmente" + "recebido parcialmente adverso ao contrato") x 95,00% + Percentual do "não recebido" x 100,00%.			
<b>Percentual Máximo Contratual (PMC)</b> em virtude da não entrega completa da documentação trabalhista obrigatória:			3,00%
<b>Percentual de multa, caso a sanção definida seja essa (PPT x PMC):</b>			

(<sup>1</sup>) A relação analítica desses documentos constará no checklist emitido pela fiscalização administrativa do contrato;

(<sup>2</sup>) Cálculo que deverá ser efetuado é o seguinte: Quantidade de documentos pendentes desta ocorrência / Quantidade de documentos totais analisados (agrupados por espécie) = Resultado desta operação (Convertido para porcentagem) x Percentual Ponderado x Percentual de multa estabelecido no caput = Percentual devido para aplicação de multa).

7.8.3.2. Se a **CONTRATADA** não cumprir quaisquer exigências contratuais, normativas, jurisprudenciais e legais perante aos seus funcionários, estará sujeita a aplicação de multa compensatória de até 02,00% (dois por cento) calculada sobre o valor mensal do contrato, podendo esse percentual variar, conforme situações

verificadas ou por decisão do Gerente de Suprimentos. O percentual será definido com base no quantitativo e qualitativo das ocorrências verificadas, por meio da análise evidenciada no checklist elaborado pelos fiscais administrativos:

Situações	Percentual de inconformidade averiguada <sup>(1)</sup> (A)	Percentual ponderado (B)	Percentual considerando a ponderação (AxB)
Ocorreu atraso de pagamentos (Salários, rescisões, férias, benefícios, encargos sociais, impostos e demais pagamentos)		95%	
Ocorreu ausência de pagamentos (Salários, rescisões, férias, benefícios, encargos sociais, impostos e demais pagamentos)		100% <sup>(1)</sup>	
Ocorreu inconformidade na análise efetuada dos cálculos trabalhistas que impactam no recolhimento do FGTS e INSS		95%	
<b>Média do percentual ponderado (MPP)</b> do não cumprimento da empresa nesta competência (Conforme previsão contratual, esse percentual é definido pela média do seguinte cálculo: Percentual do "Sim" nos assuntos atraso de salário e inconformidade dos cálculos trabalhistas x 95,00%, com o cálculo do Percentual do "Sim" da ausência de pagamentos x 100%)			
<b>Percentual Máximo Contratual</b> em virtude da inconformidade averiguada na análise da documentação trabalhista ( <b>PMC</b> )			2,00%
<b>Percentual de multa, caso a sanção definida seja essa (MPP X PMC):</b>			

<sup>(1)</sup> Por conta da gravidade da ausência de pagamentos, consideramos o percentual ponderado superior aos demais itens.

**7.8.4. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL**

7.8.4.1. O descumprimento do contrato, pela inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado ou qualquer outra inconformidade que as não enquadráveis nos subitens 7.8.1, 7.8.2 e 7.8.3, nas quais serão apontados como pendentes após a discordância da defesa prévia dos itens notificados, ensejará a aplicação de multa compensatória de até 10% (dez por cento), que será calculada sobre a parte não cumprida da parcela ou etapa do objeto, devendo ser aplicada a seguinte tabela para definição do percentual de multa ou definida por decisão do Gerente de Suprimentos.

<b>Percentual máximo</b>	<b>Percentual não</b>	<b>Percentual da multa</b>
--------------------------	-----------------------	----------------------------

<b>de multa (A)</b>	<b>atendido na prestação de serviço (¹) (B)</b>	<b>(AxB)</b>

(¹) Essa informação constará no relatório mensal elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato (CAFC), sendo que esse percentual significa a inconformidade averiguada na prestação dos serviços (Pontuação não atingida em relação à pontuação total)."

7.8.4.2. Será retido o pagamento correspondente à parte não cumprida da parcela ou etapa do objeto.

7.8.5. DA MULTA COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO TOTAL DO OBJETO.

7.8.5.1. Pela inexecução total do objeto contratado, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela contratual correspondente não cumprida.

7.8.5.2. Configura a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, quando aplicável.

7.8.6. DA MULTA COMPENSATÓRIA PELA RECUSA INJUSTIFICADA EM ASSINAR O CONTRATO OU RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE OU PELA RESCISÃO CONTRATUAL

7.8.6.1. Pela recusa injustificada pela CONTRATADA em assinar o termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este Instrumento, será aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato.

7.9. As multas previstas nos itens anteriores, quando cumuladas, não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.

7.10. Os valores relativos a multas poderão ser retidos e abatidos dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, sem prejuízo da cobrança judicial, conforme o caso.

7.11. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais previstas na Lei nº 13.303/16 e demais sanções penais cabíveis, previstas na Lei n.º 14.133/21, sendo que estas infrações penais tipificadas nesta lei serão objetos de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7.12. A(s) defesa(s) prévia(s) de qualquer notificação de sanção ou glosa será(ão) apresentada(s) ao Setor de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, da Gerência de Suprimentos do CONTRATANTE, que encaminhará, conforme o caso, as justificativas que ocasionaram o eventual atraso para o Gestor de Contrato ou área contratante, para avaliação e parecer.

7.13. Em caso de não acolhimento da defesa prévia apresentada, poderá a CONTRATADA apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias, que será remetido à autoridade imediatamente superior, apresentando razões para o acolhimento da defesa.

7.13.1. O recurso administrativo será recebido pelo Setor de Acompanhamento e Fiscalização Contratual, da Gerência de Suprimentos do CONTRATANTE, que o remeterá para Diretoria do CONTRATANTE para decisão.

7.14. Em caso do não acolhimento das defesas e recursos administrativos apresentados, a CONTRATADA será notificada pela Gerência de Suprimentos, por meio de instrumento formal, juntamente com cópia do ato aplicando a sanção.

7.15. O prazo de recolhimento da multa administrativa será de 30 (trinta) dias corridos após o encaminhamento da Guia de Recolhimento da União à empresa CONTRATADA. Em caso de não recolhimento no prazo estipulado, acarretará cobrança de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento desta obrigação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

8.1. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, qualitativamente e quantitativamente, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos do CONTRATANTE;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 13.303, de 2016;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; ou

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.1.1. O aditamento contratual tramitará mediante prévia manifestação justificada da área demandante, que passará por aval da Gerência de Suprimentos, e será apreciado pela Assessoria Jurídica quanto a sua adequação à lei e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição antes de ser encaminhada para assinatura dos Diretores, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

8.2. A alteração quantitativa prevista no inciso II do item anterior poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.2.1. Em hipótese de reforma de imóvel ou de equipamento, os acréscimos ou supressões poderão ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- 8.2.2. Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pela CONTRATADA na licitação ou no processo de contratação direta.
- 8.2.3. Se no contrato não foram contemplados preços unitários para obras, serviços ou bens, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput do item 8.2 e no subitem 8.2.1 acima.
- 8.2.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos neste artigo, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes.
- 8.3. As alterações qualitativas podem excepcionalmente ultrapassar os limites previstos neste Contrato, desde que observadas as seguintes situações:
- I - não acarrete para o CONTRATANTE, encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual acrescidos aos custos da instauração de um novo processo licitatório;
  - II - não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira da CONTRATADA;
  - III - decorra de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
  - IV - não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;
  - V - seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes; e
  - VI - que seja demonstrado, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual, que as consequências de uma rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em gravame para o CONTRATANTE.
- 8.4. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão no reequilíbrio deste para mais ou para menos, conforme o caso.
- 8.5. A substituição da garantia de execução contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA e se submeterá à aprovação do CONTRATANTE.
- 8.6. Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.
- 8.7. As alterações de que trata este Contrato deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1. A inexecução total ou parcial deste instrumento, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

9.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o descumprimento de obrigações ou prazos contratuais;
- II - a alteração da pessoa da CONTRATADA, mediante:
  - a) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização do CONTRATANTE, observado o presente o instrumento convocatório e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição. Obs.: os veículos não precisam ser próprios, portanto, é possível a sublocação ou contratação dos mesmos junto a outras empresas, não caracterizando assim relação de subcontratação entre CONTRATADA e CONTRATANTE; ou
  - b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- III - a inobservância das determinações regulares do Gestor do contrato, do Fiscal Técnico ou CAFC, conforme aplicável, ou dos Fiscais Administrativos;
- IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- V - a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA, em caso de pessoa física ou empresa individual;
- VI - a decretação de falência ou a insolvência civil da CONTRATADA;
- VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do contrato;
- VIII - razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- IX - a não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- X - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XI - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XIII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XIV - atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis para a apresentação da garantia de execução contratual pela CONTRATADA;
- XV - a entrega ou fornecimento de material, equipamento, serviço ou obra que não atende ao solicitado no edital da respectiva licitação;

XVI - a denúncia vazia, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, sem ônus recíprocos, mediante aviso prévio por escrito com 120 (cento e vinte) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento do aviso pela CONTRATADA, em caso de contratos com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses;

XVII - o implemento ou consumação de condição disposta em cláusula resolutiva do próprio contrato; ou

XVIII - recusa pela CONTRATADA, sem justificativa, em readequar planilha de custos e formação de preços em caso de ser constatado sobrepreço ou superfaturamento superveniente ao início do contrato.

§ 1º Os casos de rescisão contratual devem ser motivados nos autos do processo, devendo ser assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, em casos de fatos que lhe sejam imputáveis.

§ 2º A hipótese do inciso XVII do caput permite ao CONTRATANTE aplicar a resolução do contrato, caso não prefira exigir-lhe o cumprimento, formalizando-a por meio de simples notificação, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos da CONTRATADA, decorrente de eventual inadimplemento que deu causa.

9.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser motivados nos autos do processo, devendo ser assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, em casos de fatos que lhe sejam imputáveis.

9.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, em qualquer dos casos; ou

III - judicial, nos termos da lei.

9.3.1. Os efeitos da rescisão unilateral do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre a decisão motivada à CONTRATADA, ou, na impossibilidade de sua notificação, por meio de publicação oficial.

9.3.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da CONTRATADA terá, ainda, direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

III - pagamento do custo da desmobilização.

9.4. A rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição:

I - assunção imediata do objeto contratado, pelo CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE; e

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

9.5. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.6. Ocorrendo a rescisão do Contrato, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual emitirá um relatório de arrolamento da obra no estado em que se encontra quando da sua paralização, que será remetido à CONTRATADA para manifestação.

9.7. Caso não convenha ao CONTRATANTE exercer o direito de rescindir o Contrato, quando a ação ou omissão da CONTRATADA justificar essa medida, poderá suspender a execução do mesmo, a seu exclusivo critério, sustando o pagamento de faturas pendentes e/ou intervindo na execução dos serviços, da maneira que melhor atenda aos seus interesses, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.7.1. Na hipótese de ocorrer acréscimos nos preços dos serviços, em consequência da adoção das medidas mencionadas neste item, correrão os mesmos por conta da CONTRATADA e o respectivo valor poderá ser descontado dos seus créditos ou da garantia constituída.

9.8. O descumprimento das obrigações trabalhistas e sociais ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9.9. O CONTRATANTE poderá proceder a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito e aplicar as penalidades cabíveis, na hipótese de não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS por parte da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de créditos de Despesas Correntes consignado no Orçamento Geral da União, do exercício de 2026, Programa de Trabalho - ATENÇÃO A SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA obriga-se até o adimplemento total de suas obrigações, a manter suas condições de habilitação e qualificação exigidas para ser admitida no processo de licitação.

11.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme exigências da legislação, condições deste contrato e especificações contidas na proposta apresentada e no respectivo Edital e seus Anexos.

11.3. A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências e condições contidas neste Contrato e no Edital da licitação e seu Termo de Referência.

11.4. A CONTRATADA deverá atender todas as exigências legais quanto ao devido cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais incidentes sobre os contratos de trabalho mantidos com os empregados que contratar para prestar serviços no CONTRATANTE.

11.5. Em cumprimento à Lei nº 9.294, de 17 de julho de 1996, às determinações contidas na Portaria nº 571, de 08 de abril de 2013 do Ministério da Saúde e em atendimento ao

Projeto Ambiente Livres de Fumaça do Cigarro no CONTRATANTE, fica expressamente proibido o uso do fumo nas dependências internas e externas dos hospitais.

11.6. Fica vedado que familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no CONTRATANTE preste serviços através da CONTRATADA neste contrato.

11.7. A CONTRATADA está ciente e concorda com as políticas de integridade e conduta ética do CONTRATANTE, comprometendo-se em cumprir com todas as disposições do Código de Ética e Conduta do CONTRATANTE, disponível no site do CONTRATANTE ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)), especialmente as que constam nos capítulos que tratam das condutas exigidas e das condutas vedadas às empresas fornecedoras do CONTRATANTE.

11.8. Se a CONTRATADA deixar de prestar o serviço objeto do Contrato dentro do prazo previsto, obrigando o CONTRATANTE a contratá-lo por dispensa, face às necessidades da mesma, fica obrigado a cobrir a diferença de preço a maior, eventualmente ocorrida sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor.

11.9. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços, ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependência do hospital, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

11.10. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto aos serviços prestados.

11.11. A CONTRATADA deverá manter seus dados cadastrais atualizados no sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, para permitir o envio e recebimento de informações por meio digital.

11.12. Na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá anexar ao sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

11.13. NA assinatura do contrato a CONTRATADA deverá indicar no sistema de “Workflow” do CONTRATANTE, preposto para representá-la na execução do contrato.

11.14. Os contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da CONTRATADA de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual exigirão:

- I - apresentação pela CONTRATADA do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;
- II - o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato;
- e
- III - a relação de benefícios a serem concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, que conterà, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses forem concedidos pelo CONTRATANTE.

11.14.1. O CONTRATANTE não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

- I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa CONTRATADA;

II - matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.15. A CONTRATADA se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT/DCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete seu enquadramento sindical ou de sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho na qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

11.16. As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas afetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, o que exige apresentação de planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, exceto previsão legal em contrário.

11.17. A CONTRATADA declara estar plenamente ciente e de acordo com as Políticas Institucionais do CONTRATANTE, comprometendo-se a observar e cumprir integralmente as disposições do Código de Ética e Conduta, da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, da Política de Integridade e Conformidade, bem como de todas as demais normas e políticas institucionais aplicáveis do CONTRATANTE, disponíveis para consulta no site oficial ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)). A CONTRATADA compromete-se, em especial, a adotar as condutas exigidas e a abster-se das condutas vedadas nos capítulos destinados às empresas fornecedoras, além de assegurar o cumprimento rigoroso dessas normas em todas as suas interações com o CONTRATANTE.

11.18. A CONTRATADA deverá atender na íntegra a todas as disposições a ela atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. O CONTRATANTE deverá efetuar mensalmente o pagamento dos serviços que são o objeto deste Contrato e, no caso de inadimplemento, os valores deverão ser reajustados de acordo com a **Cláusula Terceira** deste instrumento contratual.

12.2. O CONTRATANTE deverá garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos aos locais relativos à execução dos serviços.

12.3. O CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

12.4. O CONTRATANTE deverá acompanhar, verificar, fiscalizar e intervir na execução do Contrato, para assegurar a fiel observância das cláusulas e condições previstas neste Contrato, no respectivo Edital e nas especificações dos seus Anexos.

12.5. O CONTRATANTE deverá estabelecer o controle através de documento próprio, das ocorrências, em conjunto com o responsável designado pela CONTRATADA.

12.6. O CONTRATANTE deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA, compatível com os registros previstos no subitem anterior, no que refere à execução do contrato.

12.7. O CONTRATANTE deverá atender na íntegra a todas as disposições a ele atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA serão avaliados pelo Gestor de Contrato, indicada como responsável do acompanhamento do contrato, conforme previsto na **Cláusula Sexta** deste instrumento contratual, e terão seu recebimento conforme procedimento e prazos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição.

13.2. O prazo de execução dos serviços contratados deverá ser **conforme disposto no Anexo I do respectivo edital de licitação**, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas no Edital/Contrato.

13.3. O prazo só poderá ser prorrogado mediante solicitação e justificativa, sujeito à aprovação do CONTRATANTE.

13.4. A CONTRATADA deverá atender como condição de fornecimento e execução dos serviços, a todas as exigências contidas no Termo de Referência.

13.5. Os serviços deverão ser iniciados **conforme disposto no Anexo I do respectivo edital de licitação**, momento em que deverá ser apresentado o cronograma de execução mensal, para fins de fiscalização do cumprimento do Contrato, por parte de todos os setores da envolvidos, conforme estabelecido no **Anexo I do respectivo edital de licitação (Termo de Referência)**, após serão aplicadas as sanções cabíveis constantes no Contrato.

13.6. A CONTRATADA deverá respeitar as normas de identificação e de acesso de pessoal e materiais nas instalações do CONTRATANTE.

13.7. A CONTRATADA é obrigada a contratar, remunerar e dirigir o trabalho realizado por seus empregados.

13.8. Em decorrência da presente prestação de serviços, não se configurará vínculo empregatício entre os empregados, ou sócios da CONTRATADA, qualquer que seja o seu ramo, com o CONTRATANTE.

13.9. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 4º-B, da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

13.10. A CONTRATADA deverá garantir que seus empregados, quando e enquanto os serviços forem executados nas dependências do CONTRATANTE, as mesmas condições:

- a) relativas a:
  - 1. alimentação garantida aos empregados do CONTRATANTE, quando oferecida em refeitórios.
  - 2. direito de utilizar os serviços de transporte, caso oferecidos.
  - 3. atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências do CONTRATANTE ou local por ele designado, quando disponível; e
  - 4. treinamento adequado, fornecido pela CONTRATADA, quando a atividade o exigir.

- b) sanitárias, de medidas de proteção à saúde e de segurança no trabalho e de instalações adequadas à prestação do serviço.

13.11. A pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos 18 (dezoito) meses, prestado serviços ao CONTRATANTE, na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados, não poderá se configurar como CONTRATADA deste último.

13.12. Na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá declarar sua responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato à Gerência de Suprimentos.

13.13. A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la na execução do Contrato.

13.14. A CONTRATADA deverá manter permanente contato, através de preposto credenciado junto ao CONTRATANTE, para tratar de assuntos relativos ao serviço, com especificações dos limites do seu poder de decisão imediata.

13.15. O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato por ato unilateral e escrito e a aplicar as penalidades cabíveis, em caso de não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por parte da CONTRATADA.

13.16. O CONTRATANTE, de acordo com a necessidade, verificará a comprovação mensal do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS; e
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de que trata o item 13.12, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e executará a garantia em valor correspondente ou, na insuficiência da garantia, reterá do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.17.1. Na hipótese de haver quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, após o comunicado do CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

13.17.1.1. Os pagamentos previstos acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

13.17.2. O sindicato representante da categoria do empregado da CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas a que se referem estes subitens.

13.18. A utilização da conta vinculada deverá ser apresentada, exceto se dispensada mediante decisão da autoridade competente no planejamento da licitação.

13.19. A CONTRATADA deverá atender na íntegra a todas as disposições a ela atribuídas contidas no Memorial Descritivo/Termo de Referência/Projeto Básico contido no Anexo I do respectivo edital de licitação, que dá origem a este contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ABSTENÇÃO**

14.1. A abstenção, por parte do CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assista em razão deste Contrato e/ou da Lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, qualquer tempo, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, sem gerar precedente invocável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO**

15.1. Este Contrato fica vinculado às disposições do processo administrativo de que decorre, às do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, da Lei nº 13.303/16 e seu Regulamento, e à proposta da CONTRATADA no que não contrariar outras estipulações deste instrumento, fazendo parte integrante e inseparável deste Contrato, o Edital do Pregão Eletrônico nº 0289/26, seus Anexos.

15.2. Aplicam-se à execução deste Contrato, além das disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Grupo Hospitalar Conceição, da Lei nº 13.303/16 e seu Regulamento e da legislação específica arrolada no Edital e no Memorial Descritivo, os preceitos de direito público e, supletivamente no Memorial Descritivo e os preceitos de direito privado pertinentes.

15.3. Em caso de contradição entre as disposições do presente instrumento em face do Termo de Referência/Projeto Básico ou da Proposta da CONTRATADA, prevalecerão as disposições do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FORÇA MAIOR OU DO CASO FORTUITO**

16.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes, aos termos do presente Instrumento, os fatos cujos efeitos não seja possível evitar ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, as obras/serviços contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

17.1. Por determinação da Autoridade Competente, será exigida prestação de garantia.

17.1.1. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

17.1.2. A garantia poderá ser utilizada inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar

da execução dos serviços contratados, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias após o encerramento do contrato. A garantia a que se refere o caput será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do Contrato originalmente pactuado, bem como por ocasião de prorrogação da vigência do Contrato. (Alteração feita ao Decreto nº 9.507 de 21/09/2018 pelo Decreto nº 10.183 de 20/12/19).

17.1.3. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, a critério do CONTRATANTE, o limite de garantia previsto no subitem 17.1.2 poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

17.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia de execução contratual no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a celebração do respectivo instrumento, sob pena de aplicação de multa, prazo que é aplicável igualmente à renovação de vigência por aditamento contratual.

17.1.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis para a apresentação da garantia a que se refere o parágrafo anterior, autoriza o CONTRATANTE a rescindir o Contrato por descumprimento de suas cláusulas.

17.1.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II - prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- III - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- IV - obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA e arcadas pelo CONTRATANTE em função de pagamento voluntário ou por sentença condenatória transitado em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes, com prévia anuência do terceiro garantidor, e consequente homologação do Poder Judiciário.

17.1.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída em até 90 (noventa) dias após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante a apresentação, quando aplicável:

- I - de comprovação de regularidade com a Previdência Social relativa à baixa da matrícula do Cadastro Específico do INSS (CEI); e
- II - de comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes do Contrato.

17.1.8. A garantia somente será restituída desde que não exista ação judicial trabalhista contra o CONTRATANTE de empregado vinculado ao Contrato e, havendo demanda judicial desta natureza, a liberação se dará após o trânsito em julgado da demanda.

17.1.9. Nos casos de Contratos que importem na entrega de bens pelo CONTRATANTE, dos quais a CONTRATADA ficará depositário, à garantia deverá ser acrescido o valor destes bens.

17.1.10. A caução em dinheiro será realizada unicamente em depósito de conta remunerada da Caixa Econômica Federal em nome da CONTRATADA e que somente poderá ser movimentada por autorização do CONTRATANTE, mediante ajuste a ser firmado com a instituição bancária, se possível.

17.1.11. Reduzida ou perdida a garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a sua recomposição imediata para o prosseguimento do Contrato sob pena de rescisão unilateral por inadimplência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

18.1. A inexecução total ou parcial do Contrato pela CONTRATADA enseja a sua rescisão, com as consequências previstas neste e as previstas em lei.

18.2. Alterado ou rescindido o Contrato sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deve garantir-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. A CONTRATADA não poderá autorizar a visita ao local de execução dos serviços de pessoas estranhas aos mesmos, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.

19.2. É vedado à CONTRATADA negociar, prestar em garantia ou ceder a qualquer fim duplicatas ou qualquer outro título cambial emitido em face do CONTRATANTE, ensejando, o descumprimento desta condição contratual, a aplicação das cominações ajustadas neste Contrato.

19.3. Os documentos discriminados neste Contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição e lhe são Anexos.

19.4. Compete ao CONTRATANTE dirimir divergência, de qualquer natureza, havida entre os documentos integrantes deste Contrato.

19.5. As partes considerarão completamente cumprido o Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo CONTRATANTE.

19.6. Ocorrendo a propositura de Reclamação Trabalhista por empregado, ex-empregado, contratado ou qualquer trabalhador da CONTRATADA alocado na execução dos serviços objeto deste Instrumento e na qual seja citada o CONTRATANTE na condição de reclamada ou litisconsorte passiva, fica o CONTRATANTE autorizada a fazer a retenção do valor reclamado e dos pertinentes aos depósitos judiciais de qualquer crédito da CONTRATADA ou, se insuficiente este, da Garantia de Cumprimento do Contrato, até o trânsito em julgado da lide.

19.7. Sendo julgada procedente a Reclamação Trabalhista, o valor retido será destinado à satisfação da condenação, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a complementar o valor devido ao empregado, caso a retenção seja insuficiente.

19.8. Sendo julgada improcedente a Reclamação Trabalhista, depois de transitada em julgado a decisão, o valor reclamado e retido em espécie será devolvido à CONTRATADA atualizado com base no índice previsto neste Contrato, exceto o pertinente aos depósitos recusais, os quais serão devolvidos nos termos da subcláusula 19.9 destas Condições Contratuais.

19.9. Os valores relativos aos depósitos recursais serão considerados como parte do pagamento de indenização trabalhista do processo correspondente ao depósito; caso o CONTRATANTE seja excluído do feito em Instância Superior, o quantum dos depósitos recursais será devolvido à CONTRATADA quando de sua liberação e no mesmo valor liberado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul da Justiça Federal da 4ª Região, como competente para conhecer qualquer demanda, disputa ou ação judicial decorrentes da execução do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via.

Porto Alegre,..... de..... de 2026

**CONTRATANTE**

Sr. Gilberto Barichello  
Diretor Presidente

Sr. João Constantino Pavani Motta  
Diretor Administrativo e Financeiro

Sra. Rosana Reis Nothen  
Diretora de Atenção à Saúde

Sra. Quelen Tanize Alves da Silva  
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação

**CONTRATADA**

Sr. \_\_\_\_\_  
Representante Legal

## Identificação interna do documento HZWVXYDDC9-FDO0LY42



Nome do arquivo:

EDITAL0289\_2026\_assinado\_202607071840135907143.pdf

Data de vinculação à solicitação: 07/07/2026 18:40

Autor: LEONARDO BICHINHO STEFANUTO (35637)

Aplicativo: 6458404